



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0029/16	DATA: 18/02/2016	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 14h59min	PÁGINAS: 114

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDUARDO ADRIANO KOELLE - Presidente para a América Latina e CEO no Brasil do Banco BNY Mellon.

SUMÁRIO

Apreciação de matérias constantes da pauta.  
Tomada de depoimento do Sr. EDUARDO ADRIANO KOELLE, Presidente para a América Latina e CEO no Brasil do Banco BNY Mellon.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Houve tumulto no plenário.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
A reunião foi suspensa e reaberta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Atenção, por favor. Peço que a audiência tome assento, para que possamos iniciar a sessão. Já pedi para o Secretário da Comissão convidar o depoente, o Sr. Adriano Koelle, CEO do Banco de Nova York, BNY Mellon, hoje o maior administrador de fundos de pensão do mundo, que foi o principal responsável pela administração da carteira do POSTALIS, que hoje enfrenta um prejuízo de 6 bilhões de reais como déficit.

Já temos quórum.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Como temos quórum, vamos começar pela reunião deliberativa.

Peço ao Sr. Adriano que aguarde a conclusão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Sr. Presidente, qual a pauta da reunião deliberativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

O Deputado Marcus Vicente tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Qual a pauta da reunião deliberativa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu acredito que esteja aí no computador. Se não, com a Dra. Penha.

**O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V.Exa.

Na penúltima sessão que nós tivemos aqui, no período que antecedeu o carnaval, no momento em que eu estava presente na sessão, nós estávamos com uma oitiva do Sr. Vaccari, que não estava respondendo, minha assessoria tinha formulado algumas perguntas com base nas informações que vêm sendo obtidas e que vêm saindo nesse período. Formulou as perguntas para que pudéssemos



apresentar alguns questionamentos ao Sr. Vaccari. Naquele momento — V.Exa. sabe disso, acompanha, dada a nossa amizade — eu me senti mal, não estava bem aqui na sessão.

E eu quero também agradecer, já de pronto, ao Deputado Paulo Azi, que se prontificou a fazer os questionamentos que tinham que ser apresentados naquele momento. O Deputado Paulo Azi se prontificou a fazer as perguntas sem saber sequer qual seria o seu conteúdo, e as fez. Quero ser bem claro e dizer que naquele momento S.Exa. só foi meu procurador para fazer com que essas perguntas viessem. Agradeço. Esperava que S.Exa. estivesse aqui para que eu pudesse agradecer-lhe pessoalmente, o que vou fazer em momento oportuno.

Mas aquelas perguntas foram colocadas num contexto, e quero dizer a V.Exa. que elas ficam restritas — apesar de não terem sido respondidas — ao espectro da CPI, porque elas podem ser usadas para outros fins e eu não gostaria que esses fins viessem a ser atribuídos a ações e a algumas medidas que podem ser tomadas num foro que extrapole aqueles que são produto da investigação da CPI.

Por isso, eu quero agradecer ao Deputado Paulo Azi e dizer que este era o nosso intuito, o nosso objetivo: ficarem restritas as questões aqui, apesar de não terem sido respondidas.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço, Deputado Júlio Delgado. Seu pedido é absolutamente regimental, constará das notas taquigráficas, mas o Relator, que acaba de chegar, fará o uso que considerar adequado das mesmas, até porque, como V.Exa. bem disse, não houve respostas, e foram perguntas que geraram grande repercussão. Mas aguardaremos o relatório final para saber qual é a apreciação e o juízo de valor que o Relator fará delas.

Declaro aberta a 37ª Reunião Ordinária da CPI Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 36ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Peço dispensa, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em discussão a ata.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Indago a V.Exa. se nós poderíamos tratar desse tema posteriormente e já começar a oitiva, se isso é possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós vamos deliberar os requerimentos, Deputado Paulo Teixeira. (*Palmas.*)

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Agora? Já?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agora, em virtude da Ordem do Dia, que, se iniciada, pode atrapalhar o andamento dos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Tudo bem.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que nós, tendo em vista o acordo votado em plenário de não prorrogação desta CPI, tendo em vista que nós já a prorrogamos, já fizemos as oitivas, não desejamos colocar esse tema em votação, porque, se colocado, nós teremos que fazer todo o debate desse tema durante a manhã de hoje. Então, se V.Exa. preferir discutir o tema administrativo agora e depois a oitiva, nós poderíamos, como sugestão, fazer uma permuta, fazer a oitiva e depois discutir a pauta administrativa, porque a pauta administrativa, tendo em vista o debate que haverá, vai se prolongar muito fortemente, inclusive quanto ao tema da ata.

Eu só quero trazer essa contribuição para a boa condução dos trabalhos no dia de hoje, o que V.Exa. sempre fez. Mas isso nos obriga a, inclusive, discutir a ata.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Então eu quero aqui iniciar o debate da ata, tendo em vista esse aspecto, que foi um aspecto votado em plenário e é uma insistência da Oposição. Já foi acordado. O último dia de oitiva é o dia de hoje, conforme o acordo votado em plenário. Essa é uma questão preliminar para nós, esse debate. Isso exigirá inclusive a discussão da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, calma.



Deputado Paulo Teixeira, nós temos de votar porque — V.Exa., que é tão conhecedor dos temas regimentais desta Casa, sabe — com Ordem do Dia nós não podemos deliberar. O que nós temos de plenário é exatamente que a CPI teria uma prorrogação por 30 dias e 30 dias para o Relator apresentar o seu relatório final. Nós ainda estamos dentro dos nossos 30 dias.

Segundo: fatos supervenientes, que naturalmente podem acontecer, ensejaram nos Deputados que subscreveram o pedido de prorrogação, como o Deputado Arnaldo Faria de Sá, o Deputado Marcus Vicente e o Deputado Marcus Pestana, o desejo de uma nova prorrogação, o que também é regimental. Isso será colocado em votação. Se for aprovado, o desejo da maioria da Comissão prevalece. Se for derrotado, nós concluiremos a Comissão dentro do prazo regimental.

Então, se V.Exa. quer discutir a ata, o seu prazo se inicia agora, neste momento. (*Palmas.*)

Prazo de 5 minutos para o Deputado Paulo Teixeira. Vamos iniciar a discussão da ata. Se o Deputado Paulo Teixeira quiser...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É bom ler a ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, já passou.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não faz sentido essa obstrução, Deputado Paulo Teixeira. Não faz sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu peço que iniciem, por favor, o prazo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação para o Deputado. Não faz sentido, Deputado Paulo Teixeira. Creio que todos nós estamos interessados em levar a fundo e esgotar essas investigações. Vai haver um momento de deliberar sobre a prorrogação, e esse assunto ainda vai ao Plenário. Então nós teremos várias oportunidades de repor essas questões que estão sendo levantadas, mas o fato é que não é uma questão de Oposição *versus* Governo. Nós não avançamos, nós levantamos uma série de informações, mas as quebras de sigilo, as acareações, o trabalho conclusivo para criar a base do relatório do nosso Relator e da Comissão não foi alcançado, não foi alcançado.

Eu queria ponderar o seguinte: que não houvesse obstrução, leitura de ata, discussão de ata, expediente protelatório. Não vejo realmente sentido, porque não



há esse espírito. O espírito é de dar eficácia e efetividade a esta CPI e de tirar conclusões substantivas sobre a atuação dos fundos de pensão, que reconhecidamente estão com graves dificuldades e passaram por um processo de distorção na sua gestão, nos seus investimentos.

Então, seria isso. Eu queria ponderar que não fosse feita essa obstrução, porque daqui a pouco começa a Ordem do Dia e isso vai inviabilizar a aprovação dos requerimentos, a discussão. Eu acho que deveríamos partir imediatamente para isso. Se for o caso, ganha no voto. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente... Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só um momento, Deputado Enio Verri.

A palavra está com o Deputado Paulo Teixeira. Eu peço que retomem o tempo de 5 minutos. Se o Deputado Paulo Teixeira, no tempo dele, quiser ceder aparte a V.Exa., o fará; se não, na sequência, V.Exa. poderá se manifestar, porque está clara a estratégia de obstrução, clara e incontestável, inclusive dito pelo próprio Deputado Paulo Teixeira. *(Palmas.)* E, como Presidente, eu não admitirei nenhum tipo de blindagem às investigações sobre o desvio de recurso de aposentados. *(Palmas.)* É lamentável, é lamentável! Esta CPI revela exatamente a face mais cruel de todos esses escândalos, porque é desvio de dinheiro de aposentado. Apropriaram-se do dinheiro dos aposentados indevidamente. E nós estamos aqui para investigar.

É legítima a estratégia? É legítima. Agora, eu serei bastante rigoroso no tempo.

Por 5 minutos, por favor, o Deputado Paulo Teixeira tem a palavra. E S.Exa. tem o poder de conceder aparte.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Inscrevo-me depois.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, peço a V.Exa. para somar ao meu tempo o tempo de Líder de Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concedo também o tempo de Líder ao Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu quero inicialmente dizer que nós fizemos, nestes dias todos, nesses meses todos, todo um esforço para



a recuperação dos recursos eventualmente desviados dos fundos de pensão, a punição dos responsáveis, a devolução dos recursos e a melhoria do aspecto institucional dos fundos de pensão. E eu creio que o relatório do Deputado Sergio Souza contemplará essas preocupações.

Em segundo lugar, nós teremos uma oitiva hoje de manhã que contribuirá para o esclarecimento dessas questões. E nós estamos de acordo que uma nova oitiva daquela pessoa que não pôde vir no dia de terça-feira, porque teria perdido uma das suas irmãs, poderia ser feita na semana que vem, e que, portanto, tudo poderia ser bem conduzido. Agora, nós temos uma questão central. Qual é a questão central?

O prazo desta CPI venceria em dezembro, no dia 9 de dezembro. Nós concordamos com a prorrogação desta CPI, por 60 dias, descontado o tempo de recesso: 30 dias para oitivas e mais 30 dias para a formulação do relatório. Portanto, nós já prorrogamos esta CPI. As outras duas CPIs, a CPI da PETROBRAS e a CPI do BNDES, não foram prorrogadas. Esta, sim, foi prorrogada. Agora, nós entendemos que já foi dado o prazo regulamentar, já foi feita uma prorrogação, portanto nós não temos acordo para uma nova prorrogação.

É por isso que nós estamos pedindo para se fazer uma inversão de pauta: inicia-se esta sessão com a oitiva de uma pessoa que está convocada para vir e que tem que devolver 250 milhões de reais para o fundo de pensão POSTALIS. Essa pessoa tem que dar conta hoje. O Presidente do Banco BNY Mellon tem que dar conta para a sociedade brasileira e devolver 250 milhões de reais para o fundo de pensão do POSTALIS. Portanto, nós não podemos fazer um debate às avessas. O debate correto hoje aqui é fazer a oitiva do Presidente do Banco BNY Mellon, e ele devolver os recursos que foram desviados do fundo de pensão POSTALIS.

É por isso que eu me insurjo contra o fato de se estabelecer uma reunião administrativa aqui para se buscar a prorrogação, sendo que o foco, no dia de hoje, é ouvir o Presidente do Banco BNY Mellon, que desviou recursos do POSTALIS.

Em segundo lugar, nós queremos o cumprimento do que foi acordado. No Parlamento, o acordo é sagrado. O acordado foi uma prorrogação. Estamos dentro da prorrogação e temos que cumpri-la.



E é por esse motivo que apelo a todos os Deputados aqui para que possamos ouvir o Presidente do Banco BNY Mellon. Esse banco fraudou o fundo de aposentadoria dos carteiros, o POSTALIS. Esse homem tem que responder, porque a Justiça brasileira já penhorou 250 milhões de reais do banco BNY Mellon para devolver ao POSTALIS.

E esta CPI, entre os seus grandes feitos, terá realizado um grande trabalho, se, entre todas as medidas, nós conseguirmos devolver os recursos ao POSTALIS.

Então, eu trago este tema aqui, porque eu quero o cumprimento da agenda de hoje. A agenda de hoje era esta: ouvir o Banco BNY Mellon. Portanto, eu quero cumprir essa agenda e os acordos. Nós não podemos andar ao sabor de conjunturas políticas que nos tirem o foco.

Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira.

Se eu usar um pouquinho mais do tempo, utilizo o meu tempo de inscrição, não é isso, Sr. Presidente? Serei breve, como sempre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço que agregue 5 minutos do tempo de inscrição do Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, conforme o histórico que o Deputado Paulo Teixeira colocou de forma muito clara — eu vou fazer o possível para não ser repetitivo —, julgo esta CPI muito bem-sucedida. Várias vezes V.Exa. reconheceu que nós construímos esta CPI sempre em acordo. O nobre Deputado Marcus Pestana foi parceiro nesses acordos, nas negociações. E nós votamos muito pouco aqui. Quase tudo o que foi colocado em pauta foi aprovado, foi encaminhado. Os convites foram todos feitos. A CPI tinha um prazo. Pelo sucesso que ela vinha apresentando, nós concordamos, o Governo concordou em prorrogá-la em mais 60 dias, sem problema nenhum.

Agora — permita-me a observação, Sr. Presidente —, não é justo dizer que está havendo uma blindagem dentro da recuperação ou da luta pelos recursos dos aposentados. V.Exa. citou isso, mas não é justo. Em momento algum nós blindamos ou defendemos aqui qualquer iniciativa. E houve iniciativas muito bem-sucedidas, com o apoio da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. Graças aos nossos consultores, houve um avanço gigantesco. Depois de tudo isso, desse avanço,



querer prorrogar esse debate leva-nos a crer que há outros interesses além de lutar pelos recursos dos aposentados. Até que ponto nós não estamos caminhando para usar o desvio dos recursos dos aposentados para outro debate político que não seja o interesse do fundo de pensão?

É esse o desafio que eu faço, olhando para quem foi lesado nesse processo todo. O Banco BNY Mellon tem que explicar o que aconteceu. Nós aprovamos outros. O nobre Deputado Sergio Souza também vai ter uma reunião hoje e vai fazer outras solicitações que, com certeza, serão aprovadas. Todas as iniciativas foram aprovadas, sem debate, com construção.

Então, nós estamos sentindo concretamente neste momento que colocar uma pauta de prorrogação é tentar ampliar o objetivo desta CPI, é deixar de ser CPI dos Fundos de Pensão, que até agora foi muito bem-sucedida, avançou bastante, e é convertê-la em um tipo de “CPI do fim do mundo”. Daqui a pouco haverá outros nomes.

Por exemplo, eu fiz dois requerimentos que não estão aqui. V.Exa. tem todo o direito de colocar isso. Não estou aqui dizendo que houve abuso de poder de V.Exa., mas há de convir comigo que nós temos que construir isso. Mas prorrogar esta CPI por 60 dias, enquanto todas as outras já fizeram seu trabalho, cumpriram sua meta... Nós, diferentemente de outras — não quero comparar a nossa CPI com outras —, temos nomes, denúncias, processos. A imprensa tem anunciado isso de maneira muito competente.

Pela nossa estrutura, por não termos tido o apoio que as outras CPIs tiveram, nós chegamos aonde estamos — e V.Exa., que é o Presidente, há de convir comigo — porque somos muito bem-sucedidos. Mérito! Esta Mesa é muito competente, mas é mérito também do grande acordo construído entre todos os partidos. Até agora esta CPI não foi, de maneira nenhuma, um palanque. Até agora, cada membro nesta CPI — e digo isso me referindo à Oposição, ao PPS, ao Democratas, ao PSDB, ao Solidariedade — trabalhou com seu estilo, com seu Estado, com suas verdades, mas todos ficaram na pauta. E vamos ter sucesso nisso. Agora, com toda franqueza, prorrogar esta CPI é extrapolar. Todo objetivo que nós construímos foi de forma consensual, séria, com retorno.



É importante deixar claro a quem nos ouve que esta CPI não teve um papel brilhante, porque este não é o nosso papel. Mas, considerando as denúncias, os números que levantamos — e tenho certeza quase absoluta de que tudo o que o Relator Sergio Souza vai colocar no relatório será aprovado consensualmente —, isso prova a competência desta CPI.

Por isso, vou fazer um apelo, e acredito que isso é facilmente negociável. Sei que não cabe só a V.Exa., como coordenador e Presidente, mas ao conjunto desta CPI. Então apelo: vamos manter os acordos, vamos trabalhar o que pode ser trabalhado.

Há uma pessoa para ouvirmos que julgo também ser importante. Sem ouvir o Governo, sem ouvir o Líder, o Deputado Paulo Teixeira, a quem eu me submeto, há um nome que foi citado na sessão passada, acho que Mauro Halpern, o que me deixou curioso, e eu gostaria de ouvi-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está na pauta.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Mas, mais do que isso, ampliar o prazo, além de mais um encontro, além de tudo que avançamos, Deputado Pompeo de Mattos, é transformar isso aqui em um grande palanque. E o objetivo nosso é trazer resultados. Que resultados tem o nosso o objetivo? Primeiro, mudanças drásticas na gestão. E hoje, Deputado Pompeo, V.Exa., que é ligado à PREVI, sabe que ela é um modelo. Pode não ser o dos sonhos, mas é o melhor modelo. E nós temos que tirar daqui uma posição clara. Temos que pegar o melhor modelo, que é o da PREVI. Todos os fundos de pensão devem seguir o modelo da PREVI, sem voto de minerva, sem aquelas loucuras que eu não conhecia e nós descobrimos aqui. Temos de responsabilizar quem desviou dinheiro. Temos nomes, temos evidências.

Estão construídas as condições para esta CPI provar que ela foi vitoriosa a interesse de quem foi prejudicado, que são os aposentados, a sociedade brasileira e a futuros detentores desses direitos, que são os fundos de pensão. Por isso eu rogo aos colegas Deputados e ao Presidente que tenhamos compromisso com a CPI, tenhamos compromisso com os aposentados que foram lesados, tenhamos compromisso com o povo brasileiro, que espera da Câmara dos Deputados, desta CPI resultados concretos, o que vem sendo apresentado até agora.



Com todo respeito à opinião de cada Parlamentar, seria leviandade prorrogarmos por mais 60 dias os trabalhos desta CPI, porque estaríamos deixando de ser uma CPI dos Fundos de Pensão, de apresentar os resultados que todas as pessoas que estão aqui esperam, que todo o povo brasileiro espera, para transformar isso em um grande debate político, com outros interesses que não são os do povo brasileiro e dessas pessoas que foram lesadas.

Por isso, eu faço este apelo: vamos ouvir o BNY Mellon, vamos tomar as providências que temos que tomar, vamos ter a reunião reservada que, tenho certeza, será interessante e vamos apoiar, mas não podemos prorrogar o prazo. Há prejuízo para a CPI e para toda a população brasileira, em especial para os que precisam dos fundos de pensão para garantir a sua velhice com qualidade e com Justiça, porque é um direito deles.

Então, faço esse apelo ao Presidente, ao Relator, aos colegas Deputados presentes para que tenhamos o compromisso que foi marcado nesse tempo todo, o que nos levou a prorrogar os trabalhos, e fazemos um apelo para que encerremos na data marcada.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, apenas uma observação: eu não posso admitir que o Deputado Enio Verri diga que é leviandade a minha proposta. Lamento que S.Exa. faça isso. Não é leviandade, não! *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Subscrevo a sua fala, Deputado Arnaldo Faria de Sá. Leviandade é deixar roubar e não apurar, isso sim! *(Palmas na plateia.)*

Com a palavra a Deputada...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, Sr. Presidente... Eu quero, eu quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Eu só quero dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay. Se ela quiser passar o tempo dela a V.Exa., poderá fazê-lo.



**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Presidente, eu quero fazer uma autocrítica. Não se preocupe, eu não tenho esse problema, Presidente. Eu estou aqui para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. É só porque, como há essa estratégia de obstrução, Deputado...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Não, não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu tenho muito respeito pela sua pessoa, que sempre colaborou com esse trabalho.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agora, como há essa estratégia de obstrução, eu cedo o tempo à Deputada Erika Kokay. Se S.Exa. quiser lhe passar a palavra, poderá fazê-lo.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Está bem. Eu só quero que se faça uma autocrítica do termo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputada Erika Kokay, V.Exa. está com a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - A primeira coisa é que eu acho que nós temos que resgatar é a história desta CPI. Esta CPI foi a única a ser prorrogada — a única!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, Deputada. A CPI do BNDES foi prorrogada, a dos Crimes Cibernéticos foi prorrogada. Só para repor a verdade...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Se V.Exa. não me interromper, eu diria que foi prorrogada por 60 dias. Foi a única prorrogada por esse espaço de tempo, nenhuma outra foi prorrogada com esse espaço. Aliás, as outras CPIs que começaram no mesmo período tiveram uma prorrogação para o fechamento de relatório e de parecer. Então, vejam, das que começaram no mesmo período, nenhuma foi prorrogada por esse espaço de tempo.

Então, não há uma discussão e não há que se admitir aqui que há qualquer intenção de blindagem, até porque todas as oitivas que aconteceram e todos os requerimentos foram aprovados por consenso. Houve consenso na aprovação desses requerimentos.



Nós aqui fizemos um processo exaustivo de investigação. Não há que se dizer que esta CPI, que trabalha há tantos meses, não fez um trabalho profundo de investigação, porque fez. Escutou-se aqui, chamou-se aqui o Vaccari, chamou-se aqui a Engevix. Chamaram-se todos aqueles que poderiam esclarecer a composição e a gênese do déficit que há hoje nos fundos de pensão. Portanto, nós não podemos menosprezar e desqualificar o trabalho desta CPI dizendo que não houve um processo de investigação nesses meses em que esta CPI se dedicou de forma consensual a fazer toda a sorte de apurações.

Mas nós precisamos ter clareza do que queremos, e o objetivo desta CPI é fazer com que nós possamos fazer justiça aos participantes dos fundos de pensão. Fazer justiça, repito. Prescindir de um depoimento do BNY Mellon, que lesou em mais de 200 milhões os participantes do POSTALIS, não significa ter compromisso com a lisura e o trabalho desta CPI, priorizando o resgate dos recursos que foram tirados dos fundos de pensão.

Então, é preciso que nós coloquemos as discussões nos seus verdadeiros patamares e, inclusive, que nós estabeleçamos a verdade. Foi dita aqui muita coisa que não corresponde exatamente à verdade.

Deputado Leonardo, em determinado momento, o Presidente disse que a Deloitte, a empresa que auditava os investimentos da FUNCEF, estava também auditando os investimentos da OAS e que haveria, portanto, conflito de interesses. Nós, preocupados com essa informação, solicitamos a relação temporal e vimos, por exemplo, que a Deloitte realmente auditou as contas em um processo de mais de 1 ano de discussão sobre a participação da FUNCEF nesse tipo de empreendimento. Essa Deloitte foi contratada pela FUNCEF com o voto de um diretor representante da patrocinadora e do diretor eleito, que investigou qual seria essa empresa para auditar corretamente esse processo e esse investimento que durou mais de 1 ano para ser analisado com toda a tramitação, que foi fruto de uma CPI desta Casa e que originou mudanças nas legislações no ano de 2001.

A empresa que auditava as contas da OAS naquele momento era a Ernst&Young, não era a Deloitte. E aqui foi dito que essa Deloitte, contratada com base nesse critério absolutamente rigoroso pela FUNCEF, com a participação de



diretores eleitos, seria a mesma empresa que estava auditando as contas da OAS ou o empreendimento da OAS.

Portanto, nós queremos fazer aqui uma discussão em que não se flerte com a mentira, em que não se flerte com a ausência de verdade, mas uma discussão a partir dos dados, dos fatos, de modo que nós tenhamos o primor e o rigor no processo de investigação que já houve nesta CPI e possamos, enfim, escutar o BNY Mellon, responsabilizá-lo e ir para um relatório que precisa dar resposta aos participantes dos fundos de pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Está encerrada a discussão.

Em votação. *(Apupos na plateia.)*

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. Matéria vencida. Deveria ter sido antes, Deputado.

Aqueles que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

V.Exa., que é um regimentalista, sabe disso.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não, não era para ter sido antes. A Presidência tem que chamar e seguir o Regimento. O Regimento fala em encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está em tempo de orientar a bancada.

Para orientar a bancada do PT, concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira, por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Eu peço que o Deputado Enio Verri oriente a bancada do PT e que V.Exa. coloque todos os partidos, para que todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Aqueles que desejarem.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Mas tem que colocar os partidos, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientação da bancada, tem a palavra o Deputado Enio Verri, por 1 minuto.



**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero só dizer, rapidamente, que a nossa posição tem que ser mantida, e não exatamente pela questão da ata, até porque, até agora, em todas as oportunidades, aprovamos a ata sem leitura, e muitas vezes, inclusive, eu pedi a dispensa da leitura da ata, porque acredito na fidelidade da ata e na competência dos servidores desta Casa.

O nosso objetivo, eu volto a dizer, é ser contra o processo que se está fazendo de ampliar o prazo da CPI, porque entendemos, corrigindo o meu argumento anterior, que isso não é necessário e é desproporcional, tendo em vista a responsabilidade que temos com a população brasileira e em especial com as soluções para os fundos de pensão. Nós temos como apresentar as soluções, temos como ajudá-los e precisamos do apoio para que isso não se prorrogue.

Nós somos favoráveis à ata. *(Apupos na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientar.

Se não houver quem queira orientar, passaremos à votação. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam a ata permaneçam como...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu havia pedido para orientar, pelo Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para falar pelo Governo, V.Exa. tem 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu também quero falar, pelo PDT, Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, nós chegamos a um entendimento na CPI, e esse entendimento foi votado no plenário. Qual foi esse entendimento? O de que nós teríamos a última oitiva esta semana e, a partir da semana que vem, 30 dias para a conclusão do relatório. Este foi o entendimento votado em plenário.

E hoje abrimos a possibilidade de fazer uma oitiva fora do prazo — daquele representante da Engevix que não esteve aqui na semana passada. Esse foi o entendimento a que nós chegamos.

Então, já houve uma primeira prorrogação, e nós queremos fazer o trabalho.



O nosso segundo entendimento é no sentido de que hoje nós ouviríamos o BNY Mellon, que deve aos fundos de pensão dos Correios 250 milhões. Esse é o tema mais importante aqui, e é por isso que nós queremos a oitiva do BNY Mellon.

Por isso, nós pedimos que não haja esse debate acerca da prorrogação e que venha o BNY Mellon.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, eu pedi a palavra a V.Exa. também porque preciso justificar, em 1 minuto, a preocupação que todos nós temos com a CPI.

Eu não quero que a CPI seja palanque político, palco político, motivo de constrangimento. Absolutamente, não. Eu quero que ela seja motivo de investigação, porque houve desvios milionários na FUNCEF, no POSTALIS. Nós conhecemos os problemas da PETROS, do BNY Mellon e tudo o que fizeram.

No meu caso específico, Sr. Presidente — sou do Banco do Brasil —, noto uma preocupação muito grande dos meus colegas do Banco do Brasil, que honrosamente nesta hora eu represento, que me têm dito, de forma muito enfática, que querem a prorrogação da CPI para que possam esclarecer, de forma mais objetiva, mais transparente, mais ampla, mais democrática, mais verdadeira aquilo que está acontecendo. (*Palmas na plateia.*)

É claro que eu não quero que a CPI seja palco político, mas, sim, palco de investigação, de coisa séria, de responsabilização de quem quer que seja.

Quero, inclusive, anunciar que eu apresentei um projeto de lei estabelecendo que quem recebe dos fundos de pensão só poderá receber conforme o teto do serviço público. Ou seja, vamos estabelecer um teto de recebimento dos fundos de pensão. Eu já apresentei esse projeto em nome dos funcionários do Banco do Brasil e acho que é uma reivindicação muito justa.

Nós queremos uma investigação séria, sem palco, para avançar na descoberta da verdade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação a ata.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovada a ata, com os votos contrários dos Deputados Paulo Teixeira, Chico Lopes e Wadson Ribeiro.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos e para tomada de depoimento do Sr. Eduardo Adriano Koelle, Presidente para a América Latina e CEO no Brasil do Banco BNY Mellon.

Conforme muitos argumentos levantados, o Sr. Eduardo Adriano Koelle está aqui e tem toda a tarde para ser ouvido. (*Palmas na plateia.*) Então, ninguém poderá dizer que prescindimos do seu depoimento. Eu não sei quanto aos demais Deputados. Eu não tenho hora para viajar hoje. Então, ficarei até o término dos trabalhos. Se alguém está querendo viajar mais cedo, é questão dele. (*Palmas na plateia.*)

Então, não haverá nenhum prejuízo à oitiva, importantíssima. Pela segunda vez ele vem a esta CPI. Em virtude de o seu primeiro depoimento não haver agradado à unanimidade dos membros, retorna à CPI o CEO do BNY Mellon.

Passa-se à deliberação de requerimentos constantes da pauta. Requerimento 1. Teremos aqui um *kit* obstrução na sequência. Leio o requerimento e, depois, o *kit* obstrução.

Requerimento nº 496, de 2016 (do Sr. Arnaldo Faria de Sá), subscrito pelo Deputado Marcus Vicente e pelo Deputado Marcus Pestana, que requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI, por 60 (sessenta) dias.

Há sobre a mesa um *kit* obstrução por parte do Governo.

*“Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., com base nos termos do art. 117, inciso VI, do RICD, a retirada de pauta do Requerimento nº 496, de 2016, constante como item 1 da pauta da presente reunião.”*

Assina o Deputado Enio Verri.

E a Deputada Erika Kokay solicita, nos termos regimentais, votação nominal na apreciação por esta Comissão deste requerimento de retirada de pauta.

Com a palavra a autora do requerimento, a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, esta é uma Casa que exige a pluralidade, e os acordos têm que ser respeitados. (*Apupos na plateia.*)

Eu gostaria que fosse assegurada a minha palavra.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu quero, primeiro — ainda não se iniciou o tempo da Deputada Erika Kokay, serão 5 minutos —, agradecer a presença de membros dos Correios, do POSTALIS, da Caixa Econômica e da FUNCEF, bem como da PREVI e da PETROS. (*Palmas na plateia.*)

Manifestações urbanas, através das faixas inúmeras que estão aqui, e gestos simbólicos, como ficarem de costas durante as falas que consideram ofensivas no plenário, serão permitidos. Quanto a vaias e aplausos, que sejam comedidos, para que não atrapalhem a fala dos membros da Comissão.

Eu agradeço demais o apoio que os senhores nos têm dado, o que tem sido essencial e indispensável para que esta CPI consiga avançar em seus trabalhos. (*Palmas na plateia.*)

Retomando o tempo, tem 30 segundos mais a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Por favor, eu gostaria que fosse recomposto o tempo, conforme a orientação do Presidente, para 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu darei os 10 segundos no final.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Presidente, houve o acordo nesta Comissão de que teríamos mais 30 dias para nos dedicarmos às oitivas necessárias, e foram feitas várias oitivas, na perspectiva de que pudéssemos fazer uma arqueologia do déficit — uma arqueologia do déficit —, e, ao mesmo tempo, mais 30 dias após as oitivas para discutirmos o relatório, que é a síntese do trabalho da própria CPI, que vai ensejar uma série de discussões. Nós sabemos disso.

E nós sabemos que o relatório de uma CPI, após o exaustivo trabalho de apuração que nós tivemos... Tivemos diversas oitivas. Tivemos oitivas duas vezes por semana, às vezes de quatro ou cinco pessoas na semana. Portanto, não se pode dizer aqui que não houve apuração ou que a apuração foi insuficiente.

Durante todo esse período, tivemos aqui as respostas às perguntas que estavam feitas. Aqueles que achavam que esta CPI deveria ter culpados predeterminados e que ela apenas traçaria o caminho para chegar a esses culpados talvez se sintam frustrados. Talvez se sintam frustrados porque acreditavam que aqui iriam culpabilizar quem já estava previamente apontado na sua culpa por esses Parlamentares.



Eles se sentiram prejudicados e talvez queiram mais tempo, na perspectiva de continuar traçando esse caminho para encontrar qualquer tipo de indício de culpa a esses que previamente já foram designados como culpados por parte dos Parlamentares desta Comissão.

Nós não queremos isso. Nós queremos apuração. Queremos mais do que apuração: queremos fazer com que esta CPI dê resposta, culpabilizando os que são responsáveis pelo déficit, que cometeram esse déficit, na condição dolosa — condição dolosa —, um déficit que tem que sofrer essa arqueologia que a CPI desenvolveu nesses meses de trabalho. E queremos avançar na legislação.

Foi uma CPI, repito, foi uma CPI que tirou as resoluções para que democratizássemos os fundos de pensão, para que tivéssemos diretores eleitos, para que tivéssemos representantes daqueles a quem se destina o recurso do fundo de pensão participando da gestão para além dos próprios conselhos.

Nós precisamos avançar nisso. Nós precisamos avançar construindo a eliminação do voto de minerva. Nós precisamos avançar estabelecendo a culpabilização e a celeridade da devolução de recursos.

Ao caso do BNY Mellon nós temos que nos dedicar a fim de, no relatório, assegurar mecanismos para que se devolva o dinheiro arrancado, de forma ilícita, dos participantes do POSTALIS.

Nós não podemos ficar transformando esta CPI em palanque para buscar traçar o caminho daqueles que acham que têm que ter culpados ou daqueles que achavam que esta CPI se resumiria a um palanque para culpabilizar o Governo ou quem quer que seja.

Nós achamos que esta CPI merece respeito. Esta CPI merece respeito. E porque merece respeito é que nós temos que começar a discutir o relatório. Neste momento, nós temos que começar a discutir o relatório, para que ele seja preciso e possa dar um salto de qualidade no controle dos fundos de pensão, nas suas medidas propositivas, e, ao mesmo tempo, romper um senso e o ar de impunidade que porventura possam pairar sobre este País ou esta Comissão.

Portanto, em respeito a esta CPI, não vamos permitir que ela se transforme em um palanque a servir e entregar de bandeja — de bandeja — a seriedade dos seus trabalhos para alimentar perspectivas eleitorais este ano.



Por isso, Sr. Presidente, requeiro votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

Utilizando os 10 segundos que me restam — os 10 segundos que me restam —, gostaria de dizer: nós queremos imediatamente, a partir da semana que vem, discutir o relatório para dar respostas à sociedade. O que tinha que ser investigado foi, e o foi com muito louvor, com muita profundidade e consensualmente por esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vejam só: o que chamam de palanque político é ouvir os gestores dos fundos. Imaginem uma CPI dos Fundos de Pensão não poder ouvir os presidentes dos fundos! (*Palmas na plateia.*)

Tem a palavra o Deputado Raul Jungmann, para falar contra o requerimento, por inscrição.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sr. Presidente, eu peço que se agregue o tempo de Líder da Minoria. (*Pausa.*) Só um?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Haverá tempo na sessão para que V.Exa. o utilize.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Tudo bem. Obedeço ao pedido de V.Exa., Sr. Presidente.

Quero chamar a atenção para três aspectos. O primeiro deles é que esta é uma CPI diferenciada pelo fato de que ela não contava com um trabalho anterior, como outras CPIs, do Ministério Público, da Polícia Federal e da própria Justiça, na profundidade e extensão que precisávamos. Segundo, esses fundos de pensão são terra de ninguém em termos de fiscalização e regulamentação.

O Congresso Nacional, por entender que se trata de contratos privados, entre entes privados, não vinha fiscalizando os fundos. A PREVIC, que sucedeu a Secretaria de Previdência Complementar, não tem mandato, não tem pessoal e não tem capacidade de fiscalizar efetivamente, tanto que nós estamos hoje com esta CPI; tampouco o Ministério Público ou a Polícia Federal, afora casos isolados, faziam a fiscalização; tampouco a CVM, que cuida apenas da ponta referente aos investimentos. Resultado: esta CPI está em fase de maturação.

Esta CPI, como aqui já dito e reconhecido, tem contribuições a dar, Sr. Presidente, no que diz respeito às mudanças legislativas necessárias para aprimorar



o sistema exatamente de fiscalização e regulamentação dos fundos de pensão, que, é bom lembrar, têm aproximadamente 650 bilhões de ativos, de beneficiários, de aposentados — todos esses fundos de pensão.

Pois bem, neste momento, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, a CPI teria frutos a dar ao Ministério Público e à Justiça, não só em termos de legislação, mas também em termos de indicação dos entes privados responsáveis, Sr. Presidente, Sr. Relator, pelos desvios realizados.

Tenho absoluta certeza e convicção de que a continuidade e a prorrogação nos permitirão indicar os agentes públicos, os políticos que estão por trás desse desvio. Interromper neste momento esta CPI é dar um indulto, é dar exatamente um *sursis* aos agentes públicos e políticos que seguramente estão dentro deste que é um dos maiores desvios da história republicana que nós temos até hoje. (*Palmas.*)

Então, Sr. Presidente, não é uma questão de palanque. Sabem os senhores que o desenvolvimento de uma CPI — e eu já participei de quase uma dezena delas — depende de dados e informações que só agora nos estão chegando.

Se fizermos isso, nós estaremos abortando a possibilidade real de responsabilizar quem está por trás desse desvio. (*Palmas.*) E eu quero dizer que quem votar contra a continuidade, independentemente dos seus motivos, legítimos ou não, estará indultando agentes públicos e políticos que têm responsabilidade por esses desvios acontecidos. (*Palmas.*)

Aí, eu quero dizer que não será apenas um lado que será prejudicado, aquele que votar contra a continuidade; será este Congresso Nacional, que vai perder credibilidade, que vai perder o respeito da opinião pública, que vai perder a legitimidade que lhe é atribuída pela Constituição Federal para investigar os malfeitos, para investigar os desvios, para investigar sobretudo a corrupção que se lavra hoje nos fundos de pensão. A Comissão precisa ir até o fim para apontar os responsáveis, para que eles nos ressarcam pelos desvios, para que eles paguem, inclusive perante a Justiça, pelo crime que cometeram contra aposentados. Contra aposentados! É importante que se ressalve isso.

Por tudo isso, Sr. Presidente, concluindo...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Presidente! Vamos votar!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

Para orientar, com a palavra a Deputada Erika Kokay.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

Não, quanto a requerimento, não há encaminhamento, Deputada Erika Kokay.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pensei que V.Exa., com tantas palmas, tinha concluído. Perdão. Foi o vigor das palmas. Parecia o encerramento. V.Exa. tem o tempo para a conclusão.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero apenas pedir uma reflexão aos membros desta CPI.

É decisivo para a nossa credibilidade, não apenas como Parlamentares, mas do Congresso Nacional, que esta CPI aponte os agentes públicos e políticos. E isso só acontecerá com esta prorrogação, que é decisiva para que esta CPI não se transforme numa *pizza*, em que pese o esforço de todos aqui presentes.

Por isso, Sr. Presidente, eu defendo o requerimento e a continuidade da CPI.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - As orientações de bancada são permitidas.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, antes, uma questão de esclarecimento. Nós estamos votando aqui o... É votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Votação nominal do requerimento de retirada de pauta.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É que teriam que concordar, adequar ali. Nós não estamos discutindo a votação. Nós estamos votando o requerimento de retirada de pauta. Mas a votação é nominal. Digo isso porque está escrito ali "*votação do requerimento de retirada de pauta*".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É porque não tem... Mas toda a Comissão está tendo ciência disso.

V.Exa. tem 1 minuto para orientar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - E o PPS é a favor de votação nominal do requerimento?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, é contra.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Pergunto porque está “sim” lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele não orientou ainda, mas é contra.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Só para esclarecer sobre o painel.

Sr. Presidente, quero orientar. V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tem 1 minuto.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu não sei se todos os Parlamentares que compõem esta CPI pensam assim, mas a CPI tem um vasto, vasto, número de documentos. Nós temos inúmeros documentos. Foram solicitados documentos de toda ordem para subsidiar o trabalho dos Parlamentares que estão aqui. São páginas e páginas, folhas e folhas de informações que já se encontram nesta CPI. Alguns documentos há muito tempo estão aqui. Alguns há meses já se encontram aqui.

Não é verdadeira a afirmação de que esta CPI tem que prorrogar os seus trabalhos para proceder à investigação. Nós já escutamos os representantes dos fundos de pensão, os Presidentes. Nós já escutamos os Diretores eleitos. Nós já escutamos as representações dos participantes. Nós já escutamos os representantes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputada.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já encerrou o seu tempo, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas não está colocado ali...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já começou e já encerrou, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Para concluir, Sr. Presidente, apenas para concluir... É porque não estava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em 10 segundos, “sim” ou “não”. Já começou e já encerrou o seu tempo, Deputada. “Sim” ou “não”.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Vamos votar, Presidente!



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Presidente, eu vou orientar, se me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - “Sim” ou “não”, Deputada. V.Exa. já gastou 1 minuto. É obstrução. Já usou o seu 1 minuto regimental. Eu obedeci ao Regimento. Peço que conclua, “sim” ou “não” ao requerimento. (*Palmas.*) Senão eu passo ao próximo partido e o PT ficará sem orientação.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, portanto, frente a todas estas discussões, nós vamos votar “sim” ao requerimento de votação nominal.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.

Vamos votar.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O PSDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - PSDB, “não”.

Deputado...

**(Não identificado)** - (*Ininteligível*) “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - “Sim”.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, é lógico que nós queremos votar “não” ao requerimento para poder entrar no objetivo principal da nossa Comissão, que é a prorrogação pedida por vários funcionários do POSTALIS, da FUNCEF, da PETROS e de todos os fundos de pensão, que, lamentavelmente, foram lesados. Nós temos que ter o tempo suficiente para poder apurar.

Portanto, votamos “não” ao requerimento. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Aqueles que forem...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Estou me esquecendo do Governo. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Presidente, antes do Governo. Não consta a nossa...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - PCdoB antes do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - PCdoB, “sim”.



Democratas. Deputado *(ininteligível)*.

**(Não identificado)** - Democratas, “não”, Sr. Presidente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele já orientou.

Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - PSB, “não”, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Não aparece lá, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Coloque “sim” lá para o PCdoB, por favor.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Vai escrever lá? Tem que digitar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É a assessoria que está demorando.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, nós estamos trabalhando aqui há quase 1 ano. Vamos entregar para a sociedade e para os detentores de direitos nos fundos de pensão, para todos, uma satisfação à altura, para melhorar a governança, melhorar a legislação, para devolver recursos e punir. Agora, não é isso que a Oposição quer nesta CPI. A Oposição quer, aqui, fazer uma CPI não dos fundos de pensão. Ela quer fazer uma CPI de outros temas. E é por isso que ela quer prorrogação. É um palanque o que ela quer nesta CPI. Por isso, o Governo é favorável à retirada de pauta deste requerimento, conforme está ali.

Portanto, a orientação do Governo para toda a sua base é votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Depois, o Deputado me faça o favor de dizer qual o requerimento aqui que não tem a ver com os fundos de pensão.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues, por 1 minuto, para orientar, rapidamente.

**O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES** - Sr. Presidente, para orientar, pelo PSD.

Com todo o nosso respeito, nós que somos um partido de base do Governo, pela liberdade que temos de estar aqui na CPI, concordamos com a permanência do referido requerimento e votamos “não”. Ou seja, nós queremos, sim, a prorrogação da CPI. *(Palmas.)*



É necessário apurar todos os fatos. Nós não concordamos em dizer que está de bom tamanho, até porque muitos dos Presidentes dos fundos de pensão que por aqui passaram faltaram com a verdade em seus depoimentos. (*Palmas*.) É importante que voltem aqui para desdizer ou para esclarecer melhor as dúvidas que o nosso País e os servidores públicos têm.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pelo PSB, para orientar, com a palavra o Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - O PSB, apesar de ter feito a proposta clara aqui para o Governo, que tem feito a obstrução nesta sessão, não querendo apurar... Estendermos por 30 dias, depois do prazo do encerramento previsto, o que seria o prazo para o Relator concluir, depois das oitivas todas que nós (*ininteligível*). Como é impossível fazer isso, nós encaminhamos o “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Em votação.

Aqueles que são contra o requerimento levantarão o braço. Aqueles que são a favor da votação nominal permanecerão como estão.

Portanto, em votação. Quem for contra o requerimento levanta o braço.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Estamos em processo de votação.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, eu estou entendendo aqui que nós estamos votando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O requerimento de votação nominal.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não. Não.

**(Não identificado)** - Já votou, Presidente!

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, requerimento de retirada de pauta... A votação nominal...

**(Não identificado)** - Já foi explicado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já foi explicado, Deputado Paulo Teixeira. É requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta. Esse mesmo requerimento voltará...



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, deixe-me fazer aqui uma questão de ordem regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Nós estamos discutindo a retirada de pauta, que é o que foi colocado aqui. Depois nós vamos ver se a votação será nominal.

**(Não identificado)** - Presidente, isso já foi explicado!

**(Não identificado)** - A votação nominal é regimental.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O requerimento é de V.Exas.

**(Não identificado)** - Proclame o resultado!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O requerimento é de autoria da Deputada Erika Kokay.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram, os que o rejeitam levantem o braço. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Votação nominal.

Aprovada a verificação. Verificação conjunta solicitada pelo Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)*

Peço aos Deputados que votem nos terminais eletrônicos.

Aqueles que querem a votação nominal votarão "sim". Quem for contra a votação nominal...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Eu retiro essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas é conjunta.

O Deputado Marcus Pestana retira?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Pedi conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não retira.

A votação está mantida. *(Pausa.)*

Encerraremos em 1 minuto a votação.



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, Presidente! Presidente, todo mundo tem que votar. Por favor, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Têm 1 minuto. Já votaram 16.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, nunca se votou em 1 minuto em lugar nenhum neste Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já atingiu o quórum.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Mas não se votou nunca! Nem todos os que estão aqui votaram.

**(Não identificado)** - Presidente, a votação começou há mais de 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Presidente, o problema é que, no processo de votação, já se passaram mais de 5 minutos. Não é a votação em 1 minuto. O processo já está há mais de 5 minutos só em votação. Então, eu acho que deu tempo suficiente para todos os Parlamentares votarem. Agora, quem não quer... Aí, é outra questão.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não estou conseguindo votar. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Vamos proclamar o resultado, Presidente! Já foi! Já fechou! *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Mesa teve um trabalho. Nós vamos recomeçar a votação por um problema da Secretaria da Comissão. *(Pausa.)*

Zerou... Por um problema da Comissão, todos terão de repetir o seu voto.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não está funcionando aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Há outros terminais funcionando.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Mas aí a pessoa vai sair do seu terminal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode votar ali, também, no fundo da sala. Senão eu colherei oralmente, sem nenhum problema.

*(Manifestação no plenário: Não! Não! Não!)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, já atingimos o número anterior.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já foi atingido o quórum. Falta alguém votar?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Relator, nós vamos encerrar. Deputado Sergio Souza... *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Já encerrou, Presidente. Vamos lá!

**(Não Identificado.)** - Vamos encerrar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Encerrada a votação.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Sr. Presidente, há Parlamentar que fica fazendo boca de urna e esquece de votar. Aí, na hora que V.Exa. quer encerrar a votação, ele não gosta que encerre. Então, eu peço, por favor... *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Rejeitado o requerimento. *(Palmas.)*

Rejeitado, prossegue a sessão e a votação dos requerimentos.

Requerimento de retirada de pauta.

Com a palavra o Deputado Enio Verri, autor do requerimento, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, Sr. Relator Sergio Souza, Sras. e Srs. Deputados da nossa CPI, tenho a impressão de que não sou o único: assim como um bom número de Deputados, não perdi nenhuma sessão, nenhuma parte disto aqui. Tive a honra de, representando o Governo, construir acordos com a Oposição e, em especial, Sr. Presidente, com V.Exa., que sempre nos recebeu muito bem, diga-se de passagem.

Portanto, o apelo que nós fazemos para tirar esse ponto de pauta prende-se pura e exclusivamente ao histórico passado. De maneira nenhuma, estou fundamentando a retirada de debate dessa questão da prorrogação com outra análise que não seja a seguinte: nós combinamos. Nós combinamos. De todos os nomes que foram convocados aqui — posso estar enganado quanto a um ou outro, mas acho que não —, nenhum foi votado. Foi votado pró-forma, mas tudo foi acordo. Foi tudo negociado, construído. Provamos, nós da base do Governo, nosso extremo compromisso com esta CPI. Provamos isso com os nomes que negociamos para serem chamados. Nomes da Direção do nosso partido estiveram aqui. Provamos



isso. Provamos isso quando votamos a liberação de documentos. Provamos isso, de várias maneiras, no dia a dia da construção da CPI.

E o resultado apresentado, julgo eu, é muito positivo. Ele é positivo na medida em que — e aqui vou citar palavras do Presidente desta Comissão — é uma Comissão que não tem o amparo lá de fora, de outros instrumentos. Ou seja, é desta Casa, com o apoio da assessoria desta Casa e de alguns órgãos de Governo, o resultado que nós conseguimos. Poucas CPIs chegaram tão longe no resultado concreto.

Quais são os resultados disso? Por exemplo, uma mudança radical na forma de funcionar dos fundos de pensão. Outra coisa importante, detectar as maneiras fraudulentas com que foram dirigidos os fundos. A presença das pessoas que foram prejudicadas com a gestão passada dos fundos de pensão nos ajudou nisso, e mesmo a manifestação contrária quando nós intervimos. Não há problema. Isso é positivo porque nos leva a repensar a importância da CPI. Nós provamos a esta Casa a maturidade dos Parlamentares no sentido de votar e construir um resultado. Nós temos um resultado.

Volto a registrar que não é justo dizer que, se ficarmos mais 10 anos, vamos ter um monte de resultados. Nós temos um limite por sermos Parlamentares. Nós não somos o Judiciário. Nós não somos o Executivo. Enquanto Parlamentares e enquanto Legislativo, nós temos uma tarefa. E essa tarefa, graças a cada uma e a cada um dos presentes aqui nesta CPI, de oposição ou não, concordando ou não, foi fundamental e muito bem-sucedida.

Olhem a tarefa, o que a Polícia Federal fez, o que o Ministério Público Federal está fazendo. Olhem o que nós estamos levantando, como o caso de hoje — e já deveríamos estar ouvindo aqui o Presidente do BNY Mellon —, as questões que envolvem outros fundos de pensão, até mesmo o pessoal do POSTALIS e da FUNCEF, sempre presente aqui. Olhem o quanto nós avançamos, o quanto refletimos.

Dizer que não nós conseguimos chegar a resultado... Dizer que nós não temos uma construção clara de resultados, clara, e nada política, não é justo. Dizer que estamos fazendo isto aqui, indo contra a prorrogação, porque nós não queremos que investigue também não é justo. É uma questão de concepção. Esta



CPI foi construída com um prazo. Prorrogamos, por acordo, sem votação — ou sem a votação legal exigida, mas por acordo —, por 60 dias. Hoje, encerram-se os 30 dias negociados. Cumprimos toda a nossa parte. Não dificultamos nada. Não é justo chegar agora e dizer que nós não defendemos os interesses daqueles que foram prejudicados pelos desvios públicos e notórios. Eles tiveram nosso apoio para que os desvios fossem investigados.

Não é justo dizer que nós não queremos que se tomem as providências legais. Nós queremos, ajudamos e temos um acúmulo suficiente para fazer isso.

Por isso o apelo que nós fazemos, por isso eu peço a retirada, para que assumamos então o prazo, para que o nosso Relator e sua equipe apresentem o relatório no tempo combinado por esta CPI e, dentro desse relatório, abramos outro debate. No debate, veremos se vamos concordar ou não, se vamos votar ou não, aprovar ou não, porque é justo. Haverá espaço de sobra para a Oposição se manifestar quando formos votar o relatório. Há espaço para se refletir sobre isso. Nós não estamos terminando de forma radical um debate longo como este. Pelo contrário, nós estamos discutindo, refletindo e vamos votar o relatório, e, no relatório, podemos avaliar se vamos ou não concordar.

A Oposição tem muito espaço. V.Exa., que também representa a Oposição — não aqui exatamente, mas também representa —, terá esse espaço.

Por isso, o apelo que eu faço é para que, pelo bem daqueles que foram prejudicados pelos fundos de pensão, retiremos isso, cumpramos o acordo do prazo que foi feito por todos aqui — e palavra dada sempre ajuda —, para que, no futuro, possamos construir mais acordos, porque é em cima de acordo que o Brasil avança. É em cima de acordo entre as forças políticas que podemos obter melhores resultados.

Fica o nosso apelo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu lhe agradeço, Deputado Enio Verri. O acordo está sendo cumprido. Com 30 dias, estamos solicitando nova prorrogação.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, para falar contra o requerimento.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu ouvi tantas vezes a palavra “combinaram”. Será que combinaram com os russos? Não combinaram, não, porque aqueles que foram prejudicados querem, sim, a prorrogação. (*Palmas.*)

É em nome deles que nós estamos defendendo a prorrogação, porque POSTALIS, FUNCEF, PETROS, PREVI, todos foram lesados. Não apenas um ou outro, mas o conjunto. É só lembrar da Sete Brasil. Vai quebrar já, já. (*Palmas.*) Os fundos de pensão é que serão todos responsabilizados pelo prejuízo da Sete Brasil, e os servidores é que serão prejudicados.

Sr. Presidente, sem mais delonga: “não” ao requerimento e vamos à prorrogação!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

Para orientar a bancada, tem a palavra a Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, não há nenhum fato novo que justifique essa prorrogação. Não há nenhum fato novo. Nós que estamos acompanhando, passo a passo, toda esta CPI, inclusive tendo acesso aos documentos, a tudo o que está nesta CPI, sabemos que a gênese do déficit já está estabelecida. Nós sabemos do impacto das ações da Vale do Rio Doce no déficit.

Sabemos, e aqui discutimos, da governança dos fundos de pensão e percebemos, inclusive, suas insuficiências. Uma delas é o voto de minerva. O voto de minerva é uma insuficiência no processo de controle dos fundos de pensão.

Nós aqui percebemos a necessidade de maior rigidez nos fundos de investimento. É preciso criar uma legislação acerca disso. Nós aqui também percebemos que é preciso criar uma legislação sobre as agências de risco.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não há mais por que prorrogar. Vamos discutir o relatório, vamos culpar quem tem que ser culpado e vamos propor o que é necessário para que tenhamos os fundos de pensão respeitando os recursos dos participantes.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores é a favor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Alguém mais vai orientar?



**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Presidente, o Solidariedade vota “não” e pede que padronize o “não” para os outros partidos.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Presidente, quero orientar, pelo Democratas, muito rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - “Não”, para o Solidariedade. Tem a palavra o Deputado Paulo Azi, do Democratas.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Presidente, a Deputada Erika Kokay diz que não há fato novo. Vou citar apenas um fato novo, Deputada Erika, que envolve a FUNCEF, e talvez por isso V.Exa. brigue tanto ao não querer a prorrogação desta CPI. *(Palmas.)*

Todos nós acompanhamos, Sr. Presidente. No recesso parlamentar vieram a público gravações das mensagens do ex-Presidente da OAS Léo Pinheiro para o ex-Governador da Bahia e hoje Ministro da Casa Civil, Sr. Jaques Wagner, que mostraram claramente tráfico de influência para liberar recursos da FUNCEF para a OAS. Agora, se os Deputados do Governo querem aqui blindar o Sr. Ministro, assumam a responsabilidade. *(Palmas.)*

Aliás, Sr. Presidente, o PT virou o partido dos medrosos. Até o ex-Presidente Lula, que era tido como a alma mais limpa deste País, está morrendo de medo de dar declarações ao Ministério Público. *(Palmas.)* Aliás, quero aqui enaltecer o trabalho belíssimo feito pelo nobre advogado Deputado Paulo Teixeira, mas demonstra o medo do PT de virem as apurações.

Por isso, “não” ao requerimento. Vamos adiante!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu lhe agradeço.

Alguém mais quer orientar?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O PSDB vota “não”.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A Maioria vota, a Minoria discute.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Como vota o PDT?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, nós também somos contra o requerimento. Nós queremos votar. Achamos que nós temos que avançar nas investigações. Esse é o desejo dos que estão sendo lesados por



aqueles que avançaram nos fundos pensão. Então, vamos deixar a coisa clara, cristalina, transparente.

Esse é o meu objetivo. Essa é a razão por que eu quero a continuação da votação e a prorrogação da CPI dos Fundos de Pensão. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - PDT, “não”; PSD “não”.

Como orienta o Governo?

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, em primeiro lugar, eu quero aqui defender o Ministro Jaques Wagner. (*Apupos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Por favor, peço respeito ao orador.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não há qualquer acusação de tráfico de influência em relação ao Ministro Jaques Wagner. Nós não podemos trazer as diferenças regionais para o plano nacional. Em segundo lugar, o Presidente Lula concordou em ir a todos os que o convocam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço a marcação do tempo de 1 minuto, por favor, para o orador.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Ele já foi conversar com todos os procuradores, promotores e delegados. Nós não aceitamos abuso. “*O pau que bate em Chico bate em Francisco.*” Quando uma autoridade está abusando com um, vai abusar com outro, e não pode esse precedente prevalecer.

Em terceiro lugar, Presidente, nós temos muitos insumos para fazer um bom relatório e debater em torno do bom relatório. E o Deputado Sergio Souza fará — eu tenho certeza da sua competência — um relatório abrangente, com responsabilização, devolução de recursos e melhoria da legislação, para garantir o aperfeiçoamento dos fundos de pensão no Brasil. Aqui há uma unidade entre nós. Todos nós queremos resgatar o interesse dos associados dos fundos de pensão.

Por isso, não acho que esta CPI deva se expandir para ser uma CPI de outros temas. Querem aqui aprofundar um desgaste político e não dar satisfação para os cotistas, como hoje está acontecendo. O Banco BNY Mellon não está nessa mesa para devolver os 250 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir a orientação, pelo PRB, tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.



**O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO** - Sr. Presidente, eu também aqui corroboro com o Governo, tendo em vista que nós estamos com uma proposição. Aliás, quero parabenizar pelo trabalho V.Exa. e o Deputado Sergio Souza. Inclusive eu estava conversando com ele agora há pouco sobre o relatório e as muitas questões para proteger isso. Mas acompanhamos o Governo por achar que, de certa forma, Sr. Presidente, existe esse sangramento no País e se tenta atingir o Ministro, que, de certa forma, conseguiu dar um equilíbrio na base aliada, para que possamos fazer proposições.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Qual o tempo, Presidente?

**O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO** - Eu não fui eleitor do PT, mas acho que o momento agora é de ter consciência, de tentar pacificar e de tomar algumas medidas que tragam resultados, verdadeiramente, e não sejam apenas palanques para sangramento do nosso País, que está sofrendo tanto.

O PRB acompanha o Governo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram, aqueles que rejeitam o requerimento e querem o prosseguimento das votações levantem o braço. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não é o nosso sentimento em relação ao que está acontecendo no plenário.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Não cabe verificação, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É o da Mesa.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, não é a verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. não tem a visão privilegiada que eu tenho daqui de cima, Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos embora! Vamos embora!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos prosseguir!



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, há 8 votos apenas. Recorro à Comissão de Constituição e Justiça desta votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deu 14 a 9, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Naquela votação. Já mudou o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos seguindo.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, eu recorro desta votação na Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Recolhida a questão de ordem de V.Exa.

Em votação o Requerimento nº 496, de 2016, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que requer a prorrogação do prazo de funcionamento desta CPI, por 60 dias.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, para defesa do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu não quero tomar tempo de ninguém, não. Acho que o requerimento é importante, as manifestações já foram demonstradas. O Deputado Paulo Azi trouxe uma informação muito importante. Foi durante o recesso que vazou a informação de que usaram recursos dos funcionários da FUNCEF de forma equivocada, e nós temos preocupação com a história que vai acontecer com a Sete Brasil, e vários fundos irão perder. Por isso, nós queremos a prorrogação, e peço apoio dos pares para a prorrogação, para salvaguardar o direito dos funcionários. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para falar contra o requerimento, com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, o primeiro aspecto é que há que se conhecer o trabalho desta CPI, para que nós possamos calcular se há necessidade ou não da prorrogação.

**(Não identificado)** - Presidente, toda vez temos que falar do tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perdão, são 5 minutos para a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - São 5 minutos.

Sr. Presidente, eu vou esperar que seja restabelecido o tempo, para que não haja confusão posteriormente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Correto, e é regimental, será restabelecido o tempo de 5 minutos para V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu vou começar quando estiver lá o tempo de 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Portanto, nós temos uma concepção de que esta CPI fez um belíssimo trabalho, e investigou sobremaneira, e não há fatos novos. Não há fatos novos. Não há nada que justifique a prorrogação desta CPI e o rompimento do acordo que foi feito, e que nada nos assegurará que não será rompido posteriormente. Se nós concordássemos aqui com 60 dias, quem nos assegura que não será rompido de novo o acordo e que logo mais haverá uma nova prorrogação de 60 dias, até que cheguem os processos eleitorais, e os palanques sejam desviados, saiam desta CPI e assumam a sua função natural durante uma campanha eleitoral?

Nós precisamos nos dedicar ao parecer e ao relatório. Ter uma relação, ter uma fala que indica uma relação do então Governador da Bahia com o Presidente da OAS, que é uma empresa que à época era uma das responsáveis pelas grandes obras neste País, não pode ser considerado como algo que atente contra o próprio Governo ou que justifique uma convocação do Ministro da Casa Civil. O que se quer é o caos? É ter uma relação ou ter um contato do dono da OAS com o Ministro Jaques Wagner, justificando que o Ministro venha aqui como se suspeito fosse?

Que responsabilidade que se tem — tem razão o Deputado Fausto Pinato — com o País? E que responsabilidade que se tem com os fundos de pensão? Nós vimos aqui o que foi o impacto das ações da Vale. Nós vimos que foi uma orientação e uma obrigação do Governo Fernando Henrique Cardoso e que os fundos...  
(Apupos.)

Eu gostaria que se restabelecessem os 2 segundos que me foram tomados, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço respeito à oradora.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tem que haver respeito ao contraditório, até porque lutei muito pela democracia, inclusive para democratizar os fundos de pensão. Quando parte dos que vão estavam deitados em berços



esplêndidos e o fundos de pensão estavam sendo saqueados — inclusive, nós temos ex-diretores da FUNCEF, da época do Governo Fernando Henrique Cardoso, que estão em via de serem presos —, nós democratizamos os fundos de pensão. Nós democratizamos os fundos de pensão, e temos hoje o nível de governança, inclusive da PREVIC.

É bom ver como era a PREVIC antes e como é a PREVIC agora. Ela precisa ser empoderada? Não tenho dúvidas. Mas ela tem um empoderamento extremamente superior do que tinha antes, porque não existia a PREVIC. É preciso que resgatemos as histórias para que não sejamos utilizados como massa de manobra para dar discurso àqueles que querem se candidatar na próxima eleição.

É preciso que haja seriedade no trato dos fundos de pensão, seriedade inclusive para que aqui sejam ditas verdades. E aqui foi dito que a Deloitte, empresa contratada para auditar a Caixa no investimento da OAS, era a mesma que estava auditando as contas da OAS no conflito de competência.

Em verdade, esse foi um flerte apaixonado e profundo com a mentira. Agora vêm dizer que há fatos novos. Que fatos novos são esses? Uma conversa que houve do presidente de uma grande empresa que tinha investimento na Bahia com o Governador do Estado da Bahia? Isso é fato novo? Isso tem relação direta com os fundos de pensão? Isso tem relação com a necessidade que nós temos de recuperar o que foi desviado dos fundos de pensão? Nós queríamos estar aqui com o BNY Mellon; mas não com o BNY Mellon e com dois ou três Parlamentares somente, o que está acontecendo no dia de hoje. Nós queríamos estar aqui com o conjunto dos Parlamentares para que pudéssemos forçar o BNY Mellon a devolver os mais de 200 milhões para o POSTALIS.

Portanto, nós temos que ter seriedade com os fundos de pensão. Não podemos permitir que eles sejam utilizados para alimentar os discursos daqueles que fazem política como Medeia, que assassinou os filhos para punir o ex-marido que a tinha traído, ou seja, daqueles que fazem política para prejudicar o País, tentando também prejudicar os Governos. Mas os Governos passam e o País continua e os fundos de pensão também.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

Para orientar, concedo a palavra ao Deputado Enio Verri, do PT.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, eu só queria observar que são dois que falam a favor e contra. O Deputado Arnaldo Faria de Sá...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em requerimento, são dois a favor e dois contra.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Se outro não for falar, falarei contrariamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não há outro.

Com a palavra o Deputado Fernando Francischini.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sou a favor, Sr. Presidente, para ir mais rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para falar contrariamente, tem a palavra o Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, quero fazer aqui, com todo o respeito aos colegas Deputados, um paralelo sobre o que é a CPI dos Fundos de Pensão e o que é a ampliação do debate da política — é claro, porque esta Casa é política, tudo é política —, mas com outro viés.

Quando se trata de dizer que o Ministro Jaques Wagner, ex-Governador da Bahia, tem uma relação com a OAS e, portanto, tem que ser convidado para vir para cá, eu fico pensando se eu não poderia achar também um viés com os recursos da jornalista Mirian, que ficou no exterior tanto tempo, e, segundo as entrevistas em todos os jornais ontem, ela disse que uma empresa pagava a ela, disse que recebia recursos. Não quero entrar nessa análise, não tenho nada a ver com a vida pessoal de ninguém e não devo me manifestar. Estou entrando aqui em outro valor. Estou relacionando o ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso com alguma empresa que financiava essa pessoa que tinha uma relação com ele. É a mesma coisa!

Se for esse o sentido, essa afirmação só corrobora aquilo que eu disse em várias intervenções que eu fiz aqui. Ela só corrobora que já atingimos o nosso objetivo, estamos com acúmulo suficiente para fazer um ótimo relatório e, a partir de agora, esse exemplo que foi dado do Ministro Jaques Wagner é a prova de que é



para usar para outros interesses, é para usar para ampliar um debate que não ajuda o País num momento tão difícil.

Quero fazer aqui um elogio à intervenção do Deputado Fausto Pinato em que ele fala da preocupação com o País. Nós estamos aqui discutindo o que é melhor para o País nas suas reformas econômicas, nas suas reformas de base, na articulação política. Sabe o que me parece? Uma contradição.

O novo Líder de um partido da Oposição disse que, este ano, haveria manifestação favorável àquilo que fosse bom para o País. Disse isso na imprensa. Mas o que os membros da Oposição têm dito publicamente é que esse compromisso é da boca para fora, é um compromisso que se faz para a imprensa, porque, no dia a dia e num momento como este, ele não se manifesta.

Quando se faz uma comparação como a que foi feita há pouco com o Ministro Jaques Wagner, mostra-se que a preocupação era aquela que eu temia. A afirmação que foi feita só fortalece o meu temor: o de que vamos deixar de aprofundar o problema dos fundos de pensão, o de que vamos prorrogar medidas que são urgentes e devem ser feitas, o de que vamos postergar decisões jurídicas que tínhamos que tomar agora para, assim, ficar procurando cabelo em ovo.

A verdade é que a última afirmação da Oposição me deixa muito mais tranquilo para fazer esta intervenção, porque a preocupação, como eu disse anteriormente, não é com os fundos de pensão, não é com os trabalhadores que foram lesados. Isso é consenso. Por isso precisamos encontrar uma alternativa judiciária e criminal para os culpados, independentemente do partido de quem tenha feito.

Vou defender isso sempre, por eu ter essa característica de coerência de defender que não importa o partido — quem errou tem que pagar —; de defender que quem rouba tem que ser retirado da sociedade. Temos aqui nesta Casa instrumentos para organizar e fazer dos fundos de pensão um modelo a ser copiado por outros países, e por isso entendo que isso não pode acontecer. Não podemos prorrogar isso.

Digo isto aos trabalhadores que estão aqui: nós estamos postergando o interesse dos senhores. Nós estamos jogando adiante decisões que deveriam ser



tomadas agora, em troca de achar outros problemas da política e de procurar atender àquilo que é interesse da Oposição.

A Oposição tem o direito legítimo de questionar, mas em outros lugares. Na CPI, nós temos que discutir os fundos de pensão e aqui está aberto o canal.

Por fim, só quero dizer que devo ter feito até agora quatro intervenções. Nas quatro intervenções que eu fiz, eu disse do temor de extrapolarmos o papel da CPI e de ela deixar de cumprir sua função. Eu disse isso olhando para todos. E o que ouvimos de membros da Oposição só reafirma aquilo que disse. O requerimento que está aqui para ser votado, convocando o Ministro Jaques Wagner, só reafirma o que eu disse. Só reafirma. Estamos mudando a pauta, os interesses são outros, e isso não vai ajudar, primeiro, o objetivo da CPI, segundo, os trabalhadores lesados e, terceiro, e em especial, todo o povo brasileiro.

Por isso, o nosso voto é contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação o requerimento de adiamento de votação por cinco sessões, de autoria da Deputada Erika Kokay.

Passa-se aos encaminhamentos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Encaminharei contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, são dois encaminhamentos a favor e dois contrários, certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. Para o requerimento, não. Para esse requerimento, é um a favor e um contra.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu penso que está muito clara a intenção aqui dos Parlamentares que querem prorrogar a CPI, que está passando ao largo dos interesses dos participantes dos fundos de pensão.

Aqui foi falado, como argumento para prorrogar a CPI, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, pelo que sei, não tem nenhuma relação com a discussão que estamos travando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Aqui foi dito inclusive que o Presidente Lula tem medo, tem medo e não quer ir depor. Agora, ninguém disse aqui que é preciso preservar o Estado Democrático de Direito.

Hoje, ouvi um promotor que foi impedido de prosseguir nas suas ações, em função da ilegalidade que foi constatada nas suas ações, dizer que ninguém está acima da lei. Eu digo que ninguém está acima da lei, nem ele. Ele não pode estar acima da lei para ali romper com o Estado Democrático de Direito e com a tramitação legal para punir quem quer que seja.

Nós não podemos ter essa posição aqui nesta CPI. Nós temos que aqui fazer, eu repito, a arqueologia do déficit. E sabemos que o déficit se originou das ações da bolsa, ainda que nós tenhamos hoje uma conservadorização dos investimentos nos fundos de pensão, nós temos uma taxa de juros e uma inflação que têm colocado em prejuízo os investimentos em renda fixa, que são pré-fixados e, por isso, os mais conservadores. Esse nível de investimento, conservador como é, mesmo assim não foge ao problema que o País está vivenciando neste momento no que diz respeito à crise, que não é uma crise, repito, apenas nacional, mas é uma crise em todo o mundo e que inclusive atinge um gigante como a China.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Silêncio, por favor!

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Portanto, nós temos que ter a clareza de que nós temos que nos dedicar ao que nós nos dedicamos a vida inteira. Há que, primeiro, resgatar o valor das aposentadorias — o que foi feito —, aumentar o patrimônio do fundo, que aumentou em todos os fundos, particularmente na FUNCEF.

Na FUNCEF, saiu-se de um patrimônio por volta de 9 milhões e chega-se hoje a 50. Então, portanto, houve um aumento robusto do patrimônio. Nós cortamos, revimos a tábua de mortalidade. Tiramos o limite de idade, recompusemos as aposentadorias com ganho real.

Então, portanto, interessa-nos é que os fundos de pensão atendam aos interesses dos participantes, e é isso que nós estamos discutindo e avaliando nesta CPI. Prorrogar? Prorrogar para quê? Prorrogar para chamar o Ministro Jaques Wagner, que tem contra ele o fato de ter entrado em contato com o dono da OAS? Prorrogar? Prorrogar para nós possamos transformar esta CPI numa CPI não para



investigar o déficit, ver o dolo do déficit, porque é importante atestar se houve dolo, porque, havendo dolo, nós temos que responsabilizar quem cometeu essas ações.

Utilizar-se de mentira, de que a auditoria que investigou a OAS é a mesma que estava... Investigou contratada pela FUNCEF, o que é uma mentira, é uma mentira, para justificar uma raiva e um ódio contra um Governo eleito e impedir essa visão — porque o ódio enviesa a visão. O ódio permite que haja névoas sobre a possibilidade de detectar os verdadeiros problemas dos fundos de pensão para resolvê-los.

Nós tivemos aqui a chamada da Engevix, a chamada da... Enfim, todos os grandes investimentos que os fundos de pensão fizeram estiveram aqui com os seus representantes, para que nós pudéssemos testar se houve influência política, se isso tem relação com a Operação Lava-Jato. Enfim, tudo isso foi feito nesta CPI.

Esta CPI — perdoem-me aqueles que não participaram dela todos os dias e acham que ela nada fez — trabalhou. Esta CPI trabalhou. Esta CPI requisitou documentos. Esta CPI foi a fundo na gênese dos déficits, na gênese da governança. Esta CPI, portanto, cumpriu o seu papel.

Vamos nos dedicar a avaliar o relatório, porque ele é o fundamental de todo este trabalho.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu acho que a discussão aqui é estéril. Nós temos de perguntar para os funcionários se eles querem ou não a prorrogação. (*Palmas na plateia.*)

Portanto, contra o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Eu não tenho o direito de discutir? Não são dois de cada lado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, um só.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A prorrogação ganhou. Ganhou daqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. Aqueles que são contra levantem o braço. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, Sr. Presidente. A votação é majoritária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já foi 14 a 9 na outra. Não venha dizer.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Foi daquela vez. Agora, mudou o plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. deveria ter pedido verificação nesta. Não pediu. No grito, eu não vou aceitar.

*(Tumulto no plenário.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - V.Exa. está adulterando o resultado das votações nesta CPI. Está adulterando. V.Exa. não está sendo honesto.

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Requerimento de adiamento de votação por quatro sessões.

Com a palavra o Deputado Capitão Augusto. *(Pausa.)*

Não estando presente, está prejudicado o requerimento.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Subscrevo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação o Requerimento nº 496, de 2016, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que *“requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por 60 dias”*.

Para orientar...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, Sr. Presidente, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já discutiu.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não. O requerimento, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já foi discutido, dois e dois.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É só orientação.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não foi discutido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já foi.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Já foi! Já foi!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quero só explicar, porque essa é uma questão regimental básica: não se chega à votação sem a discussão do requerimento.

Orientaram a favor dois Deputados, que foram os Deputados Arnaldo Faria de Sá e Raul Jungmann, e orientaram dois contra, que foram a Deputada Erika Kokay e o Deputado Enio Verri.

Chegamos ao adiamento da votação.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Preciso, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Chegamos ao adiamento de votação.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, antes disso,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu tenho convicção. Para orientar. Para orientar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, antes disso, eu subscrevi o requerimento do Deputado Capitão Augusto.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. Não subscreveu, não. Matéria vencida.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu subscrevi, Sr. Presidente. Falei isso. Eu subscrevi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputada, está aqui na mesa. Matéria vencida.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não! Eu subscrevi, eu subscrevi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, aqui não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não falei isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Matéria vencida.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Quando V.Exa. anunciou.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Vamos votar, Sr. Presidente. Vamos votar! Vamos votar!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, não resolva o problema assim. Não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É sobre a discussão? A discussão existiu.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tragam as notas taquigráficas dizendo que não existiu.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Liderança...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu não vou aceitar proteção.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tempo de Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientar...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tempo de Liderança!

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientação.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tempo de Liderança!

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tempo de Liderança!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientar pelo PTB, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, é questão de ordem!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, votamos "sim" ao requerimento e, sem dúvida nenhuma, nós...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Tempo de Liderança para a Deputada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Estou com a palavra!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tempo de Liderança para a Deputada Erika Kokay. É regimental, tempo de Liderança do PT. (*Apupos na plateia.*)

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Vamos estabelecer as condições de normalidade para que eu consiga iniciar a minha fala, Sr. Presidente...



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Que vergonha, Sr. Presidente! Que vergonha!

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, o tempo lá.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - E reestabelecer inclusive o cronômetro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Espere acertarem o cronômetro ali, Deputada.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Que vergonha, hein?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Nós não vamos resolver os problemas desta CPI utilizando truculência e fraudando a vontade dos Parlamentares que aqui estão.

O Deputado que preside esta CPI foi muito claro ao dizer que não, que não interessa se houve maioria ou não, o que é que passou nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A maioria estava no painel: 14 a 9, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Foi 14 a 9 em uma votação, em uma votação.

Nós não podemos dizer que houve uma votação e que esta votação será a votação e será o score de todas as outras votações. V.Exa. sabe, sabe, sabe que não foi majoritária a votação deste requerimento, neste momento, e que passou aqui pela vontade dos participantes desta CPI o adiamento da discussão. V.Exa. sabe!

E quando fala da votação de 14 a 9 o faz porque sabe que esta votação do adiamento de 5 sessões foi uma votação que derrotou a tese de transformar esta CPI, adulterando-a, adulterando-a e desrespeitando os participantes, em um palanque eleitoral. V.Exa. sabe disso. Tanto sabe que disse ao Deputado Paulo Teixeira: *“Por que você então não pediu verificação de quórum agora?”*

Então, sabe que não teve maioria nesta CPI. Está-se utilizando da condição de Presidente para fraudar os resultados aqui desta votação. *(Apupos na plateia.)*

Portanto, Sr. Presidente, alguma coisa que nós temos que ter é honestidade... *(Apupos na plateia.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Honestidade, inclusive honestidade intelectual. E não se utilizar aqui de informações, como conflitos de interesse da



empresa Deloitte, que foi contratada pela FUNCEF, dizendo que ela também iria investigar as contas e fazer auditoria na OAS, o que não corresponde à verdade. Não se pode chegar aqui e utilizar-se do cargo para poder proferir toda a sorte de inverdades, flertar de forma apaixonada com a própria mentira, mas enfrentar o que é fundamental, que são informações para que nós possamos deliberar acerca dos trabalhos desta CPI, a cerca dos trabalhos desta CPI.

Nós deveríamos estar, neste momento, Deputado Enio, escutando a BNY Mellon, porque ela tem muito o que falar, ou deveria falar para que nós pudéssemos aqui estar criando mecanismos para que ela devolva os recursos para os participantes do fundo de pensão. Nós deveríamos estar aqui nos preparando para discutir o relatório, porque é no relatório que nós vamos discutir os indiciamentos, que nós vamos discutir as proposições legislativas. O relatório é que sintetiza, que é o sumo, que é a síntese desse processo dialético, das teses e antíteses. A síntese é o relatório.

Nós deveríamos estar aqui discutindo, a partir da próxima semana, o relatório do nosso Relator Sergio Souza, que, tenho certeza, é extremamente competente. Mas nós estamos aqui discutindo se é possível estender esta CPI por mais 60 dias. É uma discussão que inclusive irá para o Plenário, que é quem dará a última palavra. O Plenário é quem dará a última palavra.

Mas desde o início o acordo foi feito com a intenção de ser descumprido, Deputado Leonardo Monteiro. Foi feito um acordo assim: *“Não, vamos prorrogar, vamos prorrogar e depois a gente prorroga de novo. Depois de 60 dias, seguramente, próximo ao processo eleitoral, eles vão querer prorrogar de novo”*. São infelizes aqueles candidatos, Deputado Enio, que precisam construir palanques em cima dos interesses dos participantes, para assegurar desempenhos eleitorais. Infelizes são esses, porque não é assim que se assegura desempenho eleitoral. Desempenho eleitoral não se constrói, não se tece, a partir de mentiras exaradas, de posturas que dizem respeito à vontade da maioria aqui presente, mas que são construídas com a intenção de se ganhar um destaque que o próprio desempenho natural não dá.

Infelizes são esses. Eles são dignos de piedade política. Aqueles que precisam prorrogar o processo de discussão desta CPI para buscar alguns



elementos que possam dar-lhes algum desempenho eleitoral satisfatório estão colocando os seus interesses pessoais e eleitorais, a sua opção de se candidatar, acima da própria verdade, acima dos próprios interesses republicanos, que são no sentido de se trabalhar na perspectiva da concretização dos trabalhos desta CPI.

Alguns vêm aqui e desrespeitam o trabalho da CPI, dizem que esta CPI, se não for prorrogada, será um indulto aos criminosos. Ora, vejam bem! Vejam bem! Esta CPI trabalhou durante meses, meses. Conseguiu aqui trazer o Sr. Vaccari preso, aprisionado, trazer os representantes da Sete Brasil, trazer os representantes da Engevix, trazer os representantes dos servidores, trazer os representantes da patrocinadora. Fez toda essa discussão durante todo este período. E vem aqui alguém e diz que ela nada fez, que ela nada fez, porque todo este trabalho de nada valeu para a construção de um relatório. O acordo, quando feito, de prorrogar por 30 dias as oitivas e mais 30 dias para a elaboração do relatório, foi o acordo em cima da maturação do processo de investigação desta CPI. Ou foi um acordo apenas para poder prorrogar posteriormente na perspectiva de utilizar a CPI com objetivos eleitorais?

Se foi um acordo real e sério — e penso eu que foi um acordo real e sério —, é porque se tinha a percepção e se chegou à conclusão de que 30 dias para novas oitivas e 30 dias para a construção do relatório era prazo suficiente para que se chegasse a um bom termo nesta CPI.

Repito: nenhuma CPI que começou na mesma época desta CPI dos Fundos de Pensão teve um período tão grande de prorrogação. Esta foi a CPI que teve o período mais largo, mais vasto de prorrogação, que foi um período determinado a partir da avaliação do conjunto dos membros desta CPI como prazo suficiente, a partir das investigações que aqui foram feitas.

Então, é inegável, é inegável que nós temos uma gênese e uma arqueologia do déficit que apontam com acordos e esqueletos no armário, que foram guardados, guardados de investimentos, que originaram, inclusive, em Governos anteriores, originaram prisões, originaram prisões, estão sendo respondidos, que foi um déficit em função das aplicações na própria Bolsa, que é nítido, é nítido para o País que as aplicações na Bolsa elas não dão o mesmo retorno. E os fundos de pensão tiveram



de fazê-lo para poder estar cumprindo a meta atuarial, à medida que a redução da taxa de juros não recomendava os investimentos em renda fixa.

É preciso que nós tenhamos clareza disso, e é preciso que nós tenhamos clareza de que todos que vieram aqui depor, onde se buscava estabelecer um liame, onde se buscava estabelecer uma relação com a Operação Lava-Jato, negaram esta relação dos fundos de pensão com a Operação Lava-Jato. Mas eles não se satisfazem. Eles querem encontrar elementos para culpar quem eles já culparam!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientar a bancada do PT, concedo a palavra ao Deputado Enio Verri, por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, quero aproveitar o meu tempo para fazer uma sugestão e um pedido. Há um debate aqui sobre os números, o resultado das votações. O que vou pedir a V.Exa. é muito simples. Que conte, então, agora, no caso, que somos contrários à prorrogação, que conte primeiro os votos contrários. Que conte novamente os votos contrários, porque nós vamos saber de fato quem está aqui. Porque V.Exa. está se baseando só na votação anterior. Se é para contar os votos aqui, já que há uma preocupação com a legalidade e em se manter a relação, peço que se conte, então, quem vai votar aqui contrariamente à prorrogação, que é o voto que o PT está orientando. E eu peço que seja votado primeiro, para depois, então, que fique como está, quem é favorável. Aí vai ser mais fácil discutir isso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, o PTB vota “sim” ao requerimento. Quem manda no Regimento é a Mesa!

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR** - O PSDB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O PTB vota “sim”; o Democratas vota “sim”; o PSDB vota “sim”.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O PSD vota “sim”.



**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - O Solidariedade vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Solidariedade vota “sim”; o PPS vota “sim”; o PP vota “sim”.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Presidente! Presidente! Para orientar, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para orientar, o PCdoB.

**O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO** - Sr. Presidente, V.Exa. tem dirigido os trabalhos com muita serenidade, mas na votação passada também ficou essa dúvida em relação ao contraste. Eu pediria que na votação seguinte tivéssemos mais calma para aferir, porque muitos Deputados entram na Comissão, depois saem, vão dar presença, e isso não fica claro.

Do ponto de vista do mérito desse requerimento em tela, eu também acompanho os que aqui votaram “não”, pelas razões expostas. Esse é o encaminhamento do PCdoB.

Peço a V.Exa. que, nas próximas votações, tenhamos calma para apurar concretamente o voto de cada Parlamentar, uma vez que o fluxo de participantes desta Comissão é intenso, porque há pessoas que chegam e saem para dar presença no plenário.

O PCdoB orienta “não”, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Governo? Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu fiz uma contagem aqui, e o Governo já tem maioria para essa votação.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - O tempo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tempo, por favor. O Deputado tem 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Vai haver verificação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vai haver verificação visual.



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Estou falando de verificação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. V.Exa. não tem condição de pedir verificação nominal. Será visual, assim como acontece no Plenário, por diversas vezes, e como acontece nas Comissões. V.Exa. é conhecedor do Regimento. V.Exa. tem tanta sapiência jurídica que conseguiu várias liminares importantes. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - V.Exa. me devolve 1 minuto?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Presidente, vamos votar!

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, eu queria o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vou devolver 30 segundos.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não! Um minuto! Um minuto!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Serão trinta mais trinta. Um minuto.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Olha lá, não é 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Calma. Não há açodamento, Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu contei aqui. O Governo tem o Deputado Enio, a Deputada Erika, este Deputado, o Deputado Fausto, o Deputado Milton, o Deputado Leonardo, o Deputado Wadson, o Deputado Andres, o Deputado Busato, o Deputado Hugo, o Deputado Celso, que veio agora, e o Deputado Herculano.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O Deputado Andres não está aqui. O Deputado Pinato está ausente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já perdeu dois: os Deputados Fausto e Andres.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Então, há 11.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - O Governo tem maioria. Eu vou dizer quem está aqui da Oposição. O Deputado Sandes Júnior está aqui também! Desculpe!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já está na sua conta.



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não! O Deputado Sandes Júnior não estava colocado aqui.

Quem está aqui da Oposição: Deputado Rubens...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Tempo, Presidente! Vamos para a votação!

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, o tempo dele acabou! Nós não estamos aqui para fazer conta com ninguém, não!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Tempo! Tempo! Vamos para a votação! Tempo! Tempo!

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Manda o Governo calar a boca, e vamos votar isso, Sr. Presidente! Pelo amor de Deus, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, ninguém sabe fazer conta?

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Ninguém aguenta a protelação desse Governo incompetente, Sr. Presidente!

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Ninguém sabe fazer conta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vocês têm 11 Deputados. Eu vou contar os da Oposição: Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Zé Silva, Deputado Fernando Francischini, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Marcus Pestana, Deputado Samuel Moreira, Deputado Nelson Marchezan Junior, Deputado Paulo Azi, Deputado Rocha, Deputado Marcus Vicente, Deputado Raul Jungmann, Deputado Rubens Bueno, Deputado João Rodrigues, Deputado Sóstenes...

*(Tumulto no plenário.)*

**(Não identificado)** - Vota! Vota! Vota!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

*(Tumulto no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram; aqueles que são contrários levantem a mão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento. *(Apupos na plateia.)*

*(Manifestação no plenário: Muito bem, Sr. Presidente! Parabéns!) (Palmas.)*



Item nº 2 da pauta...

Vitória dos aposentados, podem aplaudir pela vitória de vocês.

Item nº 2.

Requerimento nº 484, de 2016, do Sr. Efraim Filho, que requer nova convocação dos Srs. Antonio Carlos Conquista, Carlos Alberto Caser, Henrique Jäger e Gueitiro Matsuo Genso, Diretores-Presidentes dos fundos de pensão objetos de investigação por parte desta Comissão.

A favor do requerimento, o Deputado Marcus Pestana. *(Pausa.)*

O Deputado Paulo Azi, a favor do requerimento.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Contrária ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Contrária, a Deputada Erika Kokay.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, é imperativa a volta dos presidentes dos fundos, Sr. Presidente, de cada um deles, é imperativa! *(Palmas.)* Durante o processo de investigação, vários fatos, várias contradições chegaram a esta CPI. Os depoimentos são contraditórios. O Relator precisa, Sr. Presidente, ouvir, e todos nós precisamos inquirir mais uma vez os presidentes dos fundos de pensão.

Por isso, somos a favor do requerimento para que os presidentes dos fundos de pensão voltem a esta CPI, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, contra o requerimento, por 5 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu fico muito impressionada com a capacidade de racionalização — e essa é uma qualidade do Deputado Azi, posso atestar enquanto psicóloga que sou —, a capacidade de racionalização do ódio, a racionalização de um sentimento de destruição de quem tem governado este País e de quem tem transformado os fundos de pensão em patrimônios absolutamente robustos. E aqueles que atuaram de forma indevida terão que ser responsabilizados.

É uma racionalização, porque o Deputado pode fazer o esforço mental que quiser fazer, mas não vai encontrar nada de novo que justifique que voltem os quatro presidentes dos fundo de pensão que aqui vieram, que fizeram exposições,



que mostraram que não havia nenhum indício de caráter doloso, de caráter doloso, que mostraram, eu repito, a arqueologia do déficit, a gênese do déficit, e que desconstruíram a tentativa que alguns tiveram de transformar esta CPI num palanque contra um Governo, um Governo, um palanque contra o Partido dos Trabalhadores. O próprio Deputado foi claro ao falar de Luiz Inácio Lula da Silva. E eu digo: Está falando de um operário que transformou o mapa da desigualdade neste País.

Portanto, nós estamos aqui para dizer que os Deputados têm que ser muito claros para apontar, de fato, quais são os elementos que justificam que esses presidentes de fundo de pensão venham novamente depor nesta CPI; todos eles, todos eles responderam à altura todas as questões. Todos eles, todos eles! Ora, tanto é que responderam que, ao serem inquiridos, Deputado Leonardo Monteiro, ao serem inquiridos, tiveram, daqueles que os estavam inquirindo, a resposta de que estavam contemplados com as informações.

Então, portanto, é preciso que nós tenhamos clareza de que, se querem chamar os quatro, os quatro, os quatro presidentes do fundo de pensão, não é porque há fatos novos, mas simplesmente porque se quer continuar buscando os mecanismos para estabelecer aquilo que o Deputado Paulo Teixeira falou numa das primeiras reuniões desta CPI: que eles elegeram um culpado e que buscavam construir um túnel e os elementos para justificar a culpa previamente, partidariamente já estabelecida.

Esta CPI não é um palanque eleitoral. Que me perdoem os candidatos, que têm o direito de se candidatar, é óbvio, mas que devem buscar proposições e relações com a sua própria comunidade para poder justificar as suas candidaturas, e não requestrar ou buscar chamar de novo... Porque se tentou tudo aqui, se tentou tudo! Eu vou repetir: chamaram os representantes dos maiores investimentos feitos pelos fundos de pensão, e nada se conseguiu construir que apontasse caráter doloso desses investimentos.

Vejam: dolo é diferente de déficit. O déficit tem que ser analisado em função da queda da Bolsa, em função das ações da Vale, que tiveram um impacto inegável, em função da queda do valor dos imóveis, em função, inclusive, das operações, dos investimentos mais conservadores que se tem, que é renda fixa pré-fixada — é o



mais conservador! —, mas que, com essa taxa de juros, com essa inflação, não dão retorno atuarial.

Então, é preciso ter honestidade, honestidade, honestidade intelectual e honestidade e respeito por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que ela dê respostas aos participantes dos fundos de pensão, para que nós criemos os mecanismos. E é esta a discussão! Eu penso que o participante de fundo de pensão, o aposentado, não está querendo responsabilizar ou culpar partido “a”, partido “b”. Quer a resolução dos problemas do fundo de pensão. Alguns Deputados, infelizmente, querem transformar isso... Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputada. Quinze segundos para concluir.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Para concluir, Presidente, porque fui interrompida por aqueles que não se acostumaram ainda com a democracia.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Eram os seus colegas de trabalho da FUNCEF.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Que não se acostumaram ainda com a democracia.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vamos votar, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Portanto, Sr. Presidente, para concluir nos 15 segundos que me faltam, é preciso que nós rompamos essa condição, com essa animosidade, essa tentativa que fez com que uma pessoa acusada, comprovadamente acusada por uma ação de nepotismo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - ...tenha sido aplaudida por esse nepotismo.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso ter seriedade, respeito com esta CPI, para que nós possamos progredir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mais um Deputado para falar a favor e um contra.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, para falar a favor. Depois o Deputado Enio Verri, inscrito para falar contra.



**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, como autor desta Comissão Parlamentar de Inquérito, somado a 200 outros que assinaram o requerimento de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero dizer que se vê permanentemente a preocupação do Governo e de seus Deputados do Governo aqui em blindar a CPI e não deixá-la funcionar. Ora, se não se tem nada a dizer, porque não funcionar para nada dizer? Basta, então, ficar tranquilo no seu lugar. *(Palmas.)*

O que acontece, a realidade que eles tentam colocar embaixo do tapete é que há um furo de 46 bilhões de reais nos fundos de pensão — 46 bilhões de reais! Essa é a gestão do PT! Se falar na FUNCEF... Gestão de aparelho: aparelho do Banco do Brasil, aparelho da Caixa Econômica, aparelho dos Correios, aparelho da PETROBRAS. E todos os fundos — PETROS, PREVI, FUNCEF, POSTALIS —, todos eles com prejuízos!

Eu estava agora sendo informado que na FUNCEF, a partir de abril, aqueles que recebem benefício terão descontos durante 17 anos para pagar o furo e a incompetência do PT na FUNCEF. No POSTALIS não foi diferente, só suspenderam por uma medida judicial, mas também estão pagando o furo de bilhões de reais que o PT causou ao fundo dos trabalhadores dos Correios. Não é diferente no Banco do Brasil, com seus funcionários, não é diferente na PETROBRAS.

Então, é uma tragédia o PT enquanto gestor. *(Palmas.)* Isso para não falar, isso para não falar da tragédia da corrupção, a tragédia da corrupção! Nunca se roubou tanto na história do País como no Governo do PT, nunca! *(Palmas.)* E nós temos que deixar isso claro para sociedade brasileira. Não há mais como tolerar esse Governo, não há mais como deixar essa gente impune! Não bastassem os seus dirigentes presos, condenados — e continuam sendo condenados e presos — ainda vêm com esse discurso de que mudou o Brasil. Mudou para pior! Voltamos mais de 30 anos no tempo!

O trabalhador brasileiro está agora sendo desempregado. São mais de 2 milhões, e serão 10 milhões no final deste ano! As empresas estão quebrando! Milhares delas estão fechando as portas! Esse é o Governo do PT, da Presidente Dilma. E esse é o legado todo que ficou.



Por isso, Presidente, eu venho aqui não só parabenizar a prorrogação por mais 60 dias, para que chegue a fundo a investigação desta CPI, mas também os requerimentos apresentados no melhor sentido de ouvir, inclusive o requerimento do Deputado Raul Jungmann, para ouvir Jaques Wagner. Esse deve muito, inclusive com relação à PETROBRAS. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Enio Verri com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que vou recorrer ao Plenário do resultado anterior, até porque me cabe esse direito, por não concordar com o resultado apresentado. Essa é a primeira questão.

A segunda é que eu quero tratar do tema específico e dizer que eu procuro trabalhar com a lógica, com a coerência. Desde o começo, manifestei-me contrariamente à prorrogação, conforme o Deputado Arnaldo Faria de Sá pediu. Óbvio!

E qual foi o argumento que eu utilizei durante todo esse período? Com todo o respeito. Mas qual foi o argumento que eu utilizei? Que nós já tínhamos ouvido quem tínhamos que ouvir, que os números estavam dados, que o prazo foi prorrogado e que, portanto, tive que encaminhar para o relatório final ouvindo o BNY Mellon. Eu coloquei isso o tempo todo, de várias formas.

Esse requerimento, o segundo ponto de pauta, é a prova de tudo o que eu estou dizendo! Nós estamos chamando pessoas que já vieram aqui. Ora, é uma questão de provar que é preciso ter na Casa, principalmente em uma CPI séria e profunda como esta, com um quadro de Deputados tão preparados, muito mais experientes do que eu, sem dúvida — estou no primeiro mandato —, muito mais experientes mesmo, trabalho com a construção de resultados.

Por isso eu disse que tinha dado prazo, que era importante o relatório, que era importante debatermos o relatório, que estamos postergando o resultado da CPI. E quem vai perder? Serão os trabalhadores.

Esse ponto dois convoca os presidentes que já passaram por aqui. Se eles apresentarem contradições em suas manifestações — temos notas, documentos, tudo aí —, o Relator, com sua equipe, uma equipe técnica desta Câmara muito competente, vai pegar a contradição.



Eu não estou dizendo que não devemos ouvir. Em momento algum a base do Governo blindou os resultados, até porque é um equívoco dizer que os resultados são pura e simplesmente por causa da má gestão. Claro, há má gestão, está provado. Há problemas de legalidade da gestão, o modelo constituído não é legal. Eu não discordo. Mas eu acentuei aqui, eu disse que a PREVI era um bom modelo para seguirmos. A PREVI vai apresentar déficit também! E daí? A culpada agora é a gestão da PREVI? Não é! Temos que pensar claramente. No Governo Fernando Henrique Cardoso, quando foram comprar as ações da Vale — que não podem ser vendidas, há um prazo, e isso tem que ser honrado —, o que aconteceu? Essas ações se desvalorizaram por conta dos preços das *commodities* internacionais. *(Manifestação na plateia.)*

Logo que... Posso? Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Respeito ao orador.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Então, continuando, isso vai dar um déficit, isso é histórico, mas é um déficit conjuntural. É o assunto que discutimos nesta Casa sobre a importância de mudar a regra do tempo para se analisar o déficit, para que não sejam só 3 anos. Quando se tem investimento grande, forte, e que pode ser recuperado, não se pode considerar como déficit.

Eu estou dizendo coisas que eu ouvi nesta CPI. Eu não sou especialista nisso. São coisas que eu aprendi com o conjunto dos Parlamentares. E nesse sentido é que é fundamental renovar aquilo que eu disse: foi um equívoco! Foi um equívoco, com respeito àqueles que votaram contrariamente à minha posição. Postergar uma coisa da qual temos acúmulo, sobre a qual temos que tomar providências, e continuar discutindo a mesma coisa... É a mesma coisa trazer novamente os quatro presidentes, ouvir as mesmas coisas que disseram, para obtermos os mesmos resultados.

A verdade é que esta é a frase que tem que ser lembrada aqui: se todos os dias fizermos as mesmas coisas, vamos obter sempre os mesmos resultados. Eu tinha a impressão de que não era esse o papel da CPI. Eu tinha a impressão de que o papel da CPI era apresentar resultados concretos, fazer mudanças radicais no modelo de gestão. Quem fez coisa errada deve responder legalmente, independente da sua filiação partidária, e principalmente temos que recuperar o dinheiro perdido.



Parece-me que, com a votação que nós tivemos hoje, esse não foi, infelizmente, o objetivo central.

Por isso, a nossa posição é contrária a essa convocação, por pura e absoluta coerência com o discurso que eu tenho feito desde o primeiro momento que cheguei hoje e pela coerência que eu tenho mantido com V.Exa. e com todos aqui desde o primeiro momento.

Votei algumas coisas que nem sempre o Governo quis, mas que achava que era bom para a CPI.

Eu espero que dessa vez se mantenha essa coerência, que dessa vez se pense seriamente naquilo que é bom para a CPI e para os seus trabalhadores, e não só para outros interesses.

Por isso votamos contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente.

Orientação de bancada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Peço a palavra para orientar, Sr. Presidente.

O Deputado Enio Verri foi muito feliz ao dizer que nós não podemos ficar construindo... A impressão que eu tenho, e digo isso de forma muito pesarosa, é a de que todos nós apostamos que esta CPI daria resultados para o conjunto da sociedade, particularmente para os participantes. E o Deputado Enio Verri tem razão ao dizer que esta CPI, ao ficar patinando em cima dela mesma, vai acabar se desgastando, porque a intenção desta convocação é somente essa.

Eu repito: não há nenhum fato novo. Eu vi o requerimento e disse: *“É o déficit da PREVI”*. As condições que estavam dadas para a PREVI não mudaram. Aliás, a PREVI foi muito elogiada aqui pela Oposição. O modelo de governança da PREVI foi colocado como exemplo a ser seguido, mas, de repente, se diz: *“Não, não, não. Tem problema na PREVI e tem que se chamar...”*

Então, eu diria que este requerimento para chamar os Presidentes dos fundos de pensão... Aliás, começou a Ordem do Dia, Sr. Presidente. Eu peço a V.Exa. para encerrar esta reunião, porque começou a Ordem do Dia. V.Exa. sabe que não podemos prosseguir nesta discussão, inclusive interrompo a minha fala.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em virtude do início da Ordem do Dia, a deliberação está suspensa. Iniciaremos a audiência da testemunha. Após o encerramento da Ordem do Dia, havendo quórum, retomaremos as votações.

O Sr. Eduardo Adriano Koelle será chamado agora para adentrar no plenário. Aqueles que desejam interpelá-lo...Vamos iniciar a audiência pública.

Após o encerramento da audiência... *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente... *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Dr. Saulo o está convocando. Convido os Deputados a permanecerem no recinto.

Convido para adentrar no plenário o Sr. Eduardo Adriano Koelle, CEO no Brasil do Banco de Nova Iorque, BNY Mellon. O senhor pode tomar assento junto à mesa. *(Pausa.)*

Rapidamente, vamos retomar os trabalhos, enquanto o Dr. Adriano se senta.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

Esta reunião foi convocada para tomar o depoimento do Sr. Eduardo Adriano Koelle, Presidente para América Latina e CEO no Brasil do Banco BNY Mellon, Banco de Nova Iorque, e para deliberação de requerimentos, os quais já foram realizados.

O Sr. Eduardo Adriano Koelle já se encontra na mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar: o tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado; os Deputados interessados em interpelá-lo deverão se inscrever previamente junto à Secretaria-

O Relator disporá de 30 minutos para as suas interpelações; os Sub-Relatores, de 10 minutos; e cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos.

O depoente, por ter apresentado *habeas corpus*, fica dispensado de prestar juramento, apesar de dizer que responderá às perguntas que não prejudiquem o seu direito de defesa.

Em seguida será passada a palavra ao Relator.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Adriano Koelle, por 20 minutos. Ele está acompanhado de seu advogado, o Sr. Paulo Freitas.



Há microfone sem fio? Eu acho que facilita. Enquanto ela vai buscá-lo ali, V.Sa. pode iniciar. O tempo é de 20 minutos. Aperte ali o botão. Daqui a pouco chega o microfone.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Alô! Alô!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O seu campo visual já dever ter identificado, Sr. Adriano, que há aqui várias pessoas beneficiárias de diversos fundos de pensão, em especial a FUNCEF. Esses que estão de amarelo são do POSTALIS. Todos vieram para acompanhar, de forma muito atenta, o seu pronunciamento. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito, Excelência. Posso começar então?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sim. O seu tempo será contado a partir de agora.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito, Excelência.

Deputado Efraim Filho, na pessoa de V.Exa. eu cumprimento os demais membros da Casa, os Deputados e as pessoas presentes na plateia. Inicialmente, eu me apresento, mais uma vez, para aqueles que não estavam presentes quando de meu primeiro depoimento, como colocado pelo Deputado Efraim.

Aliás, quero cumprimentar também o Sr. Relator, o Sr. Sérgio Souza.

Meu nome é Eduardo Adriano Koelle. Eu sou Presidente no Brasil e *Chairman* para a América Latina do Banco BNY Mellon. Então, eu tenho a responsabilidade pelas atividades do banco na região da América Latina e respondo como Presidente pelo banco no Brasil.

Usando os 20 minutos que me cabem, eu queria colocar, inicialmente, que, quando de meu primeiro depoimento, a uma série de informações sobre as quais eu fui arguido, principalmente informações relativas a fundos de investimento nos quais o POSTALIS investe, eu não tinha todas as informações. E àquelas que me foram questionadas, sobre as quais o banco foi oficiado, nós respondemos tempestivamente.

Eu tentei me preparar da melhor forma possível e, de antemão, já digo que vou talvez consultar relatórios que me foram preparados. O meu objetivo é responder da melhor forma possível às questões que V.Exas. façam à minha pessoa



em relação ao relacionamento do banco com o POSTALIS. É um assunto muito importante que eu gostaria de também endereçar nesses 20 minutos, que foi noticiado recentemente pela imprensa, é a questão do possível acordo entre o BNY Mello e o POSTALIS.

Ao contrário do que foi noticiado pela imprensa, que disse que não houve acordo, que não houve tentativa de acordo, eu queria colocar aqui que, quando do meu pedido de adiamento do meu segundo depoimento, no final do ano passado, isso foi motivado por uma tentativa inicial, por uma reunião inicial entre os nossos advogados do escritório Sérgio Bermudes e os advogados do POSTALIS.

Em 21 de dezembro de 2014 — 15, perdão —, apresentamos uma primeira proposta aos advogados do POSTALIS. Cobramos uma resposta do POSTALIS em relação à nossa primeira proposta e não obtivemos resposta até o dia 25 de janeiro de 2016, quando formalmente interpelamos os advogados do POSTALIS. E nos foi dito que a proposta inicial não teria sido aceita. E até o presente momento não nos foi apresentada uma contraproposta em relação ao que propusemos ao POSTALIS.

Excelência, Presidente Efraim Filho, eu encerro aqui, então, a minha primeira colocação. Eu estou à disposição desta Casa e de V.Exas. para as perguntas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Inscreva-se, mas depois do Relator, perfeito?

Com a palavra, a seguir, o Relator, Deputado Sergio Souza.

Sr. Adriano Koelle, muito bem. Parece-me que, pelo menos agora, V.Sa. trouxe por escrito os relatórios. Foi motivo de uma repercussão extremamente negativa, na sua primeira audiência, o desconhecimento de fatos que a Comissão entendia que deveriam ser do seu conhecimento. Isso justificou o seu retorno aqui. Da mesma forma, também a tentativa frustrada de um acordo — parece-me que o senhor apresentará razões —, o que seria uma expectativa muito grande de ressarcimento ao POSTALIS.

Por omissão do Banco de Nova Iorque na realização dos controles para evitar fraudes como a do FIDEX no exterior, por exemplo, que já é incontestável, a Atlântica Asset, através do Sr. Fabrizio Neves, tendo o Banco de Nova Iorque como administrador fiduciário, conseguiu autorização para liquidar uma operação de 400



milhões de reais, os quais resultam da venda de títulos da dívida brasileira para aquisição de títulos das dívidas venezuelana e argentina. Além do conteúdo material, a operação gerou, inclusive, um desenquadramento na parte formal.

Segundo o contrato, especificamente à pág. 8, firmado entre o Banco de Nova Iorque e o POSTALIS, deveria ser obrigação do banco realizar esses controles preventivos. Em não ocorrendo isso, deveria o BNY se colocar na condição de responsável solidário e fazer o ressarcimento ao POSTALIS.

Uma dúvida permanece, e espero que o senhor tenha a oportunidade de contestá-la: por que o aposentado americano merece um tratamento do Banco de Nova Iorque, da sua matriz nos Estados Unidos — fez um acordo de 714 milhões de dólares ao reconhecer fraudes em fundos de pensão —, e o aposentado brasileiro, com uma fraude tão cristalina, tendo a Justiça brasileira decidido, até mesmo em segunda instância, o sequestro de 250 milhões de dólares, até agora, não tem do Banco de Nova Iorque essa resposta tão esperada para mitigar a dor e o sofrimento de aposentados?

Os aposentados presentes aqui hoje estão tendo descontado no seu contracheque o rombo da corrupção. (*Palmas.*)

Pela primeira vez no Brasil, aquilo que a gente escuta tanto falar, isto é, que o cidadão é quem paga a conta — isso sempre foi uma figura de linguagem —, pela primeira vez no Brasil, isso abandonou a figura de linguagem e passou a ser realidade. O rombo da corrupção está sendo descontado no contracheque dos aposentados do POSTALIS.

Com a palavra o Relator, Deputado Sergio Souza.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, caros colegas membros desta CPI, Sr. Koelle, não tenho nenhuma dúvida de que o envolvimento do BNY nessa questão causou um prejuízo muito grande ao POSTALIS. No entanto, o que fez com que viéssemos a reconvocá-lo a esta CPI foi que, após a sua passada por aqui — V.Sa. veio como testemunha, e nós ainda continuamos com V.Sa. como testemunha —, outras pessoas foram ouvidas por esta CPI, e alguns dos depoimentos foram contraditórios ao que V.Sa. propôs.

Agora, com o resultado da aprovação da prorrogação desta CPI, é bem provável que nós venhamos a fazer acareações, para tirar algumas dúvidas e para



não restarem dúvidas no que diz respeito à responsabilização e à responsabilidade daqueles que de alguma forma dilapidaram o patrimônio dos fundos de pensão.

O BNY, como gestor fiduciário, como administrador e criador de fundos inclusive de investimentos, administrou e administra um valor considerável dos fundos de pensão, especialmente do POSTALIS.

Outro fato que nos fez reconvocá-lo foi a ação proposta pelo POSTALIS recentemente, que, segundo a imprensa — há matéria do *G1* —, é no valor aproximado de 2 bilhões de reais. Eu acredito que esse número deve ter tido um cálculo, uma planilha. Ninguém imagina um número desses. Deve ter havido alguma auditoria, algum dado consistente que levou a isso. É lógico que nós conhecemos o devido processo legal: o banco terá seu direito ao contraditório, à contestação. E nisso ainda vai muito tempo.

Eu tenho para V.Sa. basicamente duas questões que precisamos esclarecer. E quero dizer que, se a CPI não se sentir satisfeita com isso, provavelmente vamos ter acareações no futuro, porque, com a prorrogação de mais 60 dias — é lógico que depende do Plenário — e ainda com os 30 dias de trabalhos da Comissão, vamos ter mais 90 dias de trabalho. É bastante tempo para fazer isso.

A primeira questão que faço a V.Sa. diz respeito à demissão do Sr. Zeca Oliveira, que não ficou muito clara para nós. A demissão do Sr. Zeca Oliveira só ocorreu no final de 2013. No entanto, a alegação dos motivos da sua demissão é que um processo de investigação teria sido aberto em 2010, e por um fato ocorrido em 2010.

Nós temos isso como foco não para saber se a demissão dele foi por justa causa ou sem justa causa. Não interessa à CPI as relações laborais dele com o BNY Mellon. Interessa à CPI saber se a demissão dele se deu pelo fato de o Banco de Nova York ter incorrido em erros, a tal ponto de ter que demitir toda a sua administração no Brasil.

Esses erros levaram a prejuízos substanciais o POSTALIS, sendo que um deles já é objeto de ação, com depósito judicial de mais de 200 milhões de reais. Esse que envolve o caso de Fabrizio Neves também é objeto de outros requerimentos que vamos aprovar hoje ainda, alguns em reunião reservada, porque são dados aos quais não podemos dar publicidade, já que a fundamentação de



alguns dos requerimentos tem base em documentos sigilosos desta CPI. Mas nós vamos a fundo nessa questão do BNY.

Quando nós tomamos a decisão de trazê-lo de volta a esta CPI foi para que V.Sa. tivesse a oportunidade, na condição de testemunha, que ainda é, de esclarecer esses fatos. Nós faremos um relatório severo no sentido de apurar a responsabilização e a responsabilidade de todos aqueles que dilapidaram o patrimônio dos fundos de pensão, principalmente dos beneficiários que aqui estão.

Eu pergunto a V.Sa.: qual foi a real razão da demissão do Sr. Zeca Oliveira? Alerto a V.Sa. que já temos outras informações, colhidas inclusive em reunião reservada nesta CPI.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito, Excelência. Eu vou reiterar o que me foi passado pela empresa, pelo BNY Mellon, por sua diretoria, pela matriz, em Nova York, em relação à demissão do Sr. Zeca Oliveira e dos demais diretores da empresa, que foram inclusive ouvidos aqui por esta CPI. O que me foi passado, nobre Relator, Deputado Sergio Souza, foi que o Sr. Zeca Oliveira fez um pagamento de um bônus não autorizado a um ex-funcionário — hoje ex-funcionário, mas então funcionário —, demitido do BNY Mellon, chamado Delano Franco.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Em que ano?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Poxa, eu não tenho aqui no relatório. Mas, se não me engano, foi em 2010. Se eu não me engano, Excelência. Mas eu posso levantar isso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Em 2010. E 3 anos depois ele foi demitido por esse fato?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Exato.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É nisso que nós não acreditamos. Não dá para entender! Vamos imaginar o seguinte, aqui, o gerente de um banco, da FUNCEF, por exemplo, da Caixa Econômica...

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - ...ele paga indevidamente um abono para um dos correntistas da Caixa Econômica. Três anos depois que estoura um escândalo envolvendo o BNY, e o POSTALIS, etc., demite, numa chamada desse cidadão a Nova York, numa situação em que o colocam numa sala... Não cola isso!



Eu sei que o senhor está aqui representando a sua instituição, agora eu quero lhe perguntar o seguinte: o senhor acredita nisso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu não tenho por que não acreditar, Excelência. Isso é uma coisa muito grave dentro dos quadros de qualquer instituição financeira. Ele feriu o código de ética da instituição.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor não acha que ele feriu muito mais o código de ética da instituição quando dilapidou ou ajudou ou foi irresponsável ou não foi competente o suficiente para não deixar, como no caso de Fabrizio Neves, que fossem dilapidados 400 milhões de reais do POSTALIS?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu não tenho provas quanto a isso, Excelência. Eu não posso acusar.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tem. Tem sim.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu não posso acusar. Eu não posso. Eu? Eu não posso acusar o Sr. Zeca Oliveira disso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas o senhor não acha que isso seria muito mais motivo do que os 500 mil reais de indenização?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Excelência...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quatrocentos milhões de reais! Eu estou lhe fazendo uma pergunta. O senhor não acha? Qual é sua opinião sobre isso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - A minha opinião é que não, Excelência.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não. Então, na sua opinião, 500 mil são muito mais motivo do que 400 milhões para demitir um presidente de banco.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, Excelência. Com todo o respeito, Excelência, o que nós achamos, e temos convicção, é que o BNY Mellon não é o responsável por esse prejuízo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor tem o direito de defender a empresa a que pertence. Nós temos aqui, como representantes da sociedade brasileira, e de todos aqueles beneficiários dos fundos de pensão, como fiscais, a prerrogativa que o povo nos concedeu de sermos Parlamentares e a prerrogativa que a Constituição nos confere de que o Parlamentar tem o poder da investigação.



Nós temos a prerrogativa da investigação e, ao final, dos indiciamentos e dos apontamentos nos tipos da legislação, seja penal, seja civil, daquilo que a relatoria juntamente com os membros desta CPI certamente farão até o final dos trabalhos.

É lógico que vamos ter a oportunidade, pelo que nos parece, de voltar a outras audiências nesta CPI.

Outra situação, Sr. Koelle. Com relação a essa ação que o POSTALIS propôs em desfavor do BNY e a outras que já havia anteriormente, a informação que nós temos é que vocês têm conversado, que o banco tem conversado com o POSTALIS. Eu não sei se alguma instituição como PREVIC, CVM, ou se alguém tem conversado também com vocês. Mas nós sabemos que vocês têm conversado com o POSTALIS.

A pergunta que faço é a seguinte: há possibilidade de se sentar à mesa e promover um acordo com o Banco de Nova York, como aconteceu nos Estados Unidos. O banco fez isso e restituiu um fundo de pensão, salvo engano, no valor de 700 milhões de dólares? Foi no segundo semestre do ano passado, quase no final do ano. Há possibilidade de isso ocorrer aqui? É lógico, nós não faremos nada daquilo que não tiver previsão legal e que não for da nossa prerrogativa. Mas não tenha dúvida de que vamos encaminhar isso ao Ministério Público Federal, à Justiça. E vamos porque é da função da investigação.

Agora, para nós que representamos toda esta sociedade interessa muito construir algo de concreto. Com todo o respeito à legislação, ao Poder Judiciário brasileiro, aos advogados, à OAB, no Brasil nós sabemos que a coisa é muito demorada — pode demorar 1, 10, 20 anos —, e quem vai perder com isso certamente vão ser os beneficiários. É por isso que nós gostaríamos que fosse o quanto antes.

Eu pergunto a V.Sa.: há a possibilidade de construirmos conjuntamente, Parlamento brasileiro, beneficiários e suas entidades — POSTALIS —, Ministério Público, CVM, PREVIC, de nos sentarmos todos a uma mesa e procurarmos um acordo para resolver esse imbróglio da reposição das perdas do POSTALIS? Há essa possibilidade?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Excelência, eu acho que V.Exa. coloca algo que vai ao encontro do que o BNY Mellon tem buscado desde dezembro



passado, quando nossos advogados se sentaram com os advogados dele, na tentativa de uma conversa inicial de acordo. Então, respondendo objetivamente à pergunta de V.Exa., nós hoje não tivemos uma contraproposta do POSTALIS em relação a nossa proposta inicial de acordo. Então, quando V.Exa. me pergunta se há possibilidade de se trazer para a mesa de negociação e de se conversar sobre um acordo, a minha resposta é que sim. Eu acho que precisa ser discutido. Eu preciso internalizar isso, eu não tenho alçada aqui para envolver, eu tenho que envolver outras esferas do banco. Mas digo para V.Exa. aqui muito objetivamente que sou simpático à ideia. O BNY Mellon tem interesse sim em fazer um acordo. Esta CPI tem ajudado muito a esclarecer uma série de coisas e a atribuir responsabilidades àqueles que realmente são responsáveis. O BNY Mellon quer colaborar com esta CPI e tem interesse sim em apurar as responsabilidades. O BNY Mellon não se julga responsável pelos prejuízos do POSTALIS. Porém, se provado for que o BNY Mellon é responsável, eu reitero aquilo que coloquei na minha primeira oitiva aqui, o BNY não vai se furtar, Excelência, as suas responsabilidades. Então, quando V.Exa., mais uma vez, repetindo, me pergunta sobre isso, eu acho que, se esta CPI puder nos ajudar a trazer o POSTALIS para uma mesa de negociação, obviamente, com a participação dos reguladores, dos fiscalizadores, com a participação da Associação dos Correios, que aí está, e nenhum de nós aqui no banco quer ver os carteiros prejudicados... Nós queremos resolver o problema. Então, se vamos apurar as responsabilidades e vamos caminhar para uma agenda positiva, é a resposta que temos, sim. Mas eu tenho que internalizar isso e responder a V.Exa. tempestivamente, para que nós possamos, então, discutir qual é a melhor forma para que façamos isso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Bom, o senhor disse que tem interesse. O senhor se lembra da proposta que o BNY fez? Do valor?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Excelência, com todo o respeito, se tivermos que falar do valor, nós entendemos que é algo sigiloso, e eu gostaria que fechássemos a sessão.

*(Manifestação no plenário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu posso ajudar nessa questão do valor? Eu posso fazer uma pergunta nessa questão do valor?



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Claro, Presidente. Aí já respondemos...

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - ...a essa (*ininteligível*) que temos de discutir, com relação... É importante para a CPI saber, claro.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Óbvio, nós não queremos...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Se V.Sa. diz que é uma questão de sigilo, nós só precisamos discutir como temos que fazer isso, se pode ser encaminhado por escrito à CPI ou se precisamos realmente transformar a CPI... Aí, o Presidente pode decidir sobre o assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Relator, se puder ajudar, eu não vou perguntar sobre valores, mas é uma pergunta muito objetiva: o banco tem — se o Relator puder me ajudar — sequestrado cerca de 250 milhões de reais, em datas atualizadas? É isso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Confere.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esse valor de acordo foi a maior do que já existe sequestrado ou foi a menor?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Foi uma parcela desse valor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Parece-me que não é... Nós não vamos discutir valores. Agora, se já existe sequestrado, ou seja, se a Justiça brasileira, em segunda instância, entendeu que a parte incontroversa do prejuízo, já que admitida por próprio documento interno do banco, é de 250 milhões de reais, se V.Sa. faz uma proposta aquém desse valor, é pouco provável que o POSTALIS vá aceitar, porque já está assegurado.

O Relator vai fazer encaminhamentos. Agora, eu acho que, para que seja crível essa vontade de fazer acordo, tem que se partir desse piso — não é isso, Deputado Pompeo de Mattos? —...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...para, a partir desse piso, chegar a um convencimento. Mas essa é outra questão.

Agradeço ao Relator.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Esse tem que ser o piso, Presidente, e, a partir daí, o quanto mais puder chegar para completar os 400. Pode não se chegar aos 400, mas tem que ser mais do que os 250 sequestrados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É uma questão de bom senso, que qualquer leigo vê no primeiro olhar. Mas a palavra está devolvida ao Relator.

Agradeço o espaço.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Koelle, o balanço do BNY é sigiloso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O gasto que ele tem com aluguel, com condomínio, é sigiloso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O gasto que ele tem com a imprensa é sigiloso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Com a imprensa, eu não sei. Entra numa conta de comunicações... Não é sigiloso. O balanço é público.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Depois que a CPI começou seus trabalhos, e nós cada vez mais nos aprofundamos em fatos que nos levam a crer que vários fatores levaram à dilapidação do patrimônio dos fundos de pensão, em especial do POSTALIS, que é o que mais interessa para nós nesta audiência, nós verificamos que o BNY promoveu uma grande campanha nacional para mostrar o seu tamanho.

Um dos jornais de circulação nacional, eu não lembro qual agora, fez uma publicidade: *“O capital faz o mundo girar, e, quando você o torna mais eficiente para os investimentos, o mundo gira ainda mais rápido. Isso, sim, é investimento”*. E, é o que mais interessa, diz: *“Eleito custo do ano na América Latina”*. Olha a importância disso para vocês. Nós aqui respeitamos todas as instituições, todo o mercado privado. De forma alguma, ninguém tem aqui interesse em diminuir ou ofuscar qualquer homem privado ou público — de forma alguma. Nós só temos interesse aqui na investigação e nos fatos verdadeiros.

Mais um item da divulgação da publicidade do BNY Mellon: *“Expertise global e sólida experiência local, com mais de quinhentos funcionários dedicados na*



*América Latina*". Lógico, pelo que nós sabemos, a maior parte deles estão no Brasil. *"Trinta e oito países, clientes, na América Latina"*. *"Um dos líderes entre os administradores de fundos no Brasil, com 128 bilhões em ativos sob administração e custódia"*. No Brasil! Está aqui, é uma afirmação da propaganda de vocês, e não tenho nenhum problema em mostrar a todos. Não lembro o veículo, se *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, mas era um desses grandes jornais de circulação nacional. São 128 bilhões de reais!

O que nos parece, porque nós não nos recordamos, pelo menos não temos essa informação de propaganda desse ponto nos últimos tempos... E é normal sair propaganda assim. Ontem à noite assisti a uma da Samarco, que nem sabia que existia. Para mim, era... Eu sabia da Vale do Rio Doce e tudo mais. Mas agora começou, porque é normal, para recuperar a imagem e tudo mais.

Farei duas perguntas a V.Sa. A primeira delas: essa propaganda foi feita já em face do envolvimento ou das oitivas, das inquirições ou do trabalho da CPI? V.Sa. está sob juramento. V.Sas. julgaram necessário fazer uma publicidade nacional, pelos fatos da existência desta CPI?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, Excelência. Essa propaganda específica faz parte de uma campanha global nossa que foi lançada desde o ano passado, que se chama *invested*, onde o banco busca mostrar a sua capacidade global a todos os clientes, investidores, e aqui no Brasil foi uma extensão disso. Se V.Exa. olhar...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quando se tomou a decisão de fazer a publicidade no Brasil?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não sei com certeza, especificamente. Mas já vinha sendo planejado no decorrer de todo o ano passado.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quanto vocês investiram nessa propaganda aqui no Brasil?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu posso levantar, não tenho de cabeça quanto é o custo da imprensa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Pode encaminhar à CPI esses valores exatos?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Posso, sem dúvida.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não está nesse relatório, não? Não está nessa pasta, não?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não. Sobre quanto a gente gastou com a propaganda, não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se houver condição — com certeza, há *staff* seu aqui acompanhando — de colher com sua diretoria esse valor, o Relator está interessado. Acho que quem é o diretor de comunicação deve ter essa informação na ponta da língua e pode enviar para seu *staff*, para apresentar ao Relator.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, tenho uma última pergunta ao depoente. Depois vou pedir a V.Exa. que, uma vez encerrada a oitiva, possamos suspender nossa reunião e retomar os trabalhos após o encerramento da Ordem do Dia, para deliberação dos requerimentos que restaram na pauta. Como começou a Ordem do Dia, estamos com este plenário bastante esvaziado, em face das votações que ocorrem. Não é falta de interesse no depoimento da testemunha. Tenho absoluta certeza de que a totalidade dos membros desta Comissão tem uma esperança muito grande em que nós, esta CPI, juntamente com BNY, órgãos que regulam o mercado e POSTALIS possamos promover uma ação que venha recuperar pelo menos parte do prejuízo sofrido pelos beneficiários do POSTALIS.

A última pergunta, Sr. Koelle. V.Sa. nos disse há pouco que tem interesse, que se sentaria à mesa. Podemos fazer isso já na semana que vem? Poderíamos chamar a uma sala de reuniões da CPI, no Parlamento brasileiro, PREVIC, CVM, Banco Central, POSTALIS e BNY. Seria possível? Vocês concordam em fazer isso aqui dentro do Parlamento brasileiro, perante os representantes da sociedade brasileira, que são os Parlamentares desta Casa?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Preciso ver se nós temos tempo hábil para isso. Mas eu prometo responder à questão de V.Exa. tempestivamente, para saber se conseguimos sentar na semana que vem.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Então vou mudar um pouquinho a pergunta. Se não for na semana que vem, na outra semana. Em 15 dias vocês conseguem se sentar conosco aqui no Parlamento?



**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Provavelmente sim, Excelência. Eu não quero garantir isso, mas provavelmente sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, requeiro a V.Exa. que, junto à Secretaria da Comissão, combine para que, nos próximos 15 dias, conforme afirmado pela testemunha, possamos marcar no Parlamento brasileiro uma grande reunião envolvendo todos os atores nesse processo. Lógico, não faltará presença a esta Comissão.

Sr. Presidente, eu agradeço.

Agradeço também, Sr. Koelle, a vinda de V.Sa. novamente à CPI. Faço um apelo: ajude-nos! Vamos tentar diminuir essa tensão o máximo possível. Quanto mais tempo demorar, mais sofrimento haverá.

Ontem, o Supremo Tribunal Federal tomou decisão inédita, do ponto de vista da análise dos recursos protelatórios, no caso de processo criminal: a pena começa a ser cumprida já na decisão de segunda instância. Não se admitirão mais recursos protelatórios, que só favorecem o réu. A decisão foi justamente no sentido de que a presunção da inocência, prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, deve ser, sim, garantida. Uma vez julgada em uma, duas instâncias, por um colegiado, a presunção da inocência não pode ser fato determinante para se deixar no convívio com a sociedade aquele que já fez mal a ela e que já foi julgado duas vezes. Isso deve ocorrer inclusive para as demais áreas do Direito, e tende a ocorrer, até mesmo porque o Supremo e os Tribunais Superiores não suportam a carga de processos que têm. Imagine o Brasil, do tamanho que é, ter uma Corte com 11 julgadores onde se julgam todos os processos do Brasil e todos os recursos de tribunais, de todas as áreas do Direito inclusive.

Então, faço este apelo a V.Sa.: vamos tentar resolver esse problema. Se pudermos resolver enquanto os trabalhos desta CPI estão em andamento, nós agradecemos muito. Não tenho nenhuma dúvida de que o POSTALIS e os beneficiários dos fundos de pensão agradecem muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente. A sugestão do Deputado Sergio Souza é subscrita também pela Presidência da Mesa. Acredito que possamos realizar na semana que vem ou na subsequente, antes do relatório final,



uma mesa de rodada de negociações. Isso não é algo efêmero, porque, como se bem disse, tanto banco quanto POSTALIS vêm estudando as melhores propostas de negociação. Não chegaram a haver muitas, às vezes por falta de mediador, com técnicas de negociação, para avançar.

A Comissão se coloca à disposição para ser essa mesa de acordos. Eu acho que essa é uma vocação do Parlamento. A nossa ação aqui tem um único objetivo: a defesa dos aposentados. Se pudermos ajudar nesta mediação de acordo que favoreça o ressarcimento dos fundos ao aposentado, pela primeira vez na história deste Parlamento uma CPI irá recuperar ativos, resgatar ativos. Isso é extremamente importante aos olhos de uma sociedade que, muitas vezes, vê toda CPI nascer já com a presunção de que acabará em pizza.

E me parece que a CPI dos Fundos de Pensão, pelo trabalho compartilhado com Ministério Público Federal, Polícia Federal, aqui presente com o Delegado Tacio Muzzi e o Agente Renato Resende, CVM, aqui presente com Guilherme, PREVIC, aqui presente com Maurício e Hilton, e a Consultoria da Casa, nós temos trabalhado. Para a CPI, não é dificuldade nenhuma terem sentados a esta mesa CVM, PREVIC e Banco Central, para que se possa dar guarida a um eventual acordo que possa existir conduzido por esta Mesa.

O painel ainda está aberto; há votação nominal; o Relator também terá de sair. Podemos suspender a reunião por 4 minutos ou damos prosseguimento?  
*(Pausa.)*

Deputado Pompeo de Mattos, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, eu tenho audiência às 13h30min no Tribunal de Justiça, vou dar um depoimento. V.Exa. pode me dar 2 minutos para fazer duas perguntas e sair?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vou chamar o Deputado Marcus Pestana para presidir.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos ganhar tempo.

O Relator foi quem mais estudou a matéria, foi quem representou, com certeza, as perguntas de muitos membros, que foram esgotadas. Aqueles que têm interesse em perguntas subsequentes permaneceram, os aposentados estão aqui.



Então, suspendermos os trabalhos, como se sugeriu, para voltarmos às 14h30min, 15 horas, considero falta de respeito a eles. Por isso, passarei a Presidência ao Deputado Marcus Pestana, irei lá votar e em 4 minutos retornarei, dando prosseguimento a reunião.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Depois, como Presidente, passo a palavra a V.Exa. como Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana, com tolerância total e absoluta de tempo, em virtude dos seus questionamentos, sempre pertinentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu agradeço, Deputado Marcus Pestana; agradeço ao Deputado Efraim Filho a generosidade...

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Só um aparte, permita-me. Com a prorrogação dos trabalhos aprovada, nós passaremos a ter um fôlego maior em relação ao tempo, para nos situarmos. A prorrogação aprovada aqui na Comissão tem efeito simbólico bastante importante, é argumento poderosíssimo para ser levada ao Plenário e pedir seu referendo. Eu acho que, se não podemos esgotar a pauta deliberativa hoje, aprovarmos a prorrogação é a primeira e a mais importante das intenções. Assim ganharemos tempo para apreciar os demais requerimentos, como segundo item da pauta, porque, em virtude da Ordem do Dia, no momento da votação e da obstrução do Governo, não foi possível fazermos isso.

A volta dos gestores a esta Comissão é essencial. Nós tivemos a presença dos quatro presidentes dos fundos de pensão nas duas primeiras semanas: dois na primeira semana, dois na subsequente. Eles vieram expor como funcionam os fundos, Deputado Pompeo de Mattos. O retorno deles, depois de apurados todos os indícios de fraude, de crimes, é essencial. É essencial que estejam aqui para responder a perguntas e questionamentos, diante da apuração que cada Deputado fez. *(Palmas.)*

Esse foi o motivo que nos levou a solicitar o retorno deles, para a conclusão do encerramento do ciclo. Aceitar presidente de fundo de pensão vir aqui fazer



Power Point, como fizeram, é muito bacana para iniciar os trabalhos da Comissão, mas, para encerrar, tem que vir para ser questionado e responder.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu quero agradecer ao Deputado Efraim Filho, ao Deputado Marcus Pestana...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Se for 1 minuto...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - É apenas, Presidente Marcus Pestana, para falar com o Sr. Eduardo Koelle.

Sr. Eduardo, a minha compreensão de membro desta CPI é que o BNY Mellon fraudou o POSTALIS. A prova mais eloquente dessa fraude é uma penhora judicial do que entendemos incontroverso. Eu acho que esta CPI deve colocar no seu relatório um pedido de indiciamento dos dirigentes dessa instituição. Eu queria colocar isso para o senhor, porque nós temos pelo menos ainda 30 dias. Hoje os trabalhos foram prorrogados por mais 60, mas vai haver debate em plenário. Eu acho que ou o BNY Mellon se move ou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Deputado Paulo Teixeira, na sua ausência, o Relator conduziu a possibilidade de reunião com a presença de PREVIC, Banco Central, CVM, POSTALIS e BNY, para tentar um acordo. É só para alertar. No relatório, na sequência, vamos tomar as providências.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Só para completar o 1 minuto que pedi, a ausência desse acordo vai ter consequência jurídica para esta instituição muito expressiva.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É verdade.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Eu acho que será um dos principais pontos desta CPI, entre outros.

Portanto, eu quero trazer para o senhor, já antecipando esse ânimo que sinto nos colegas de que esta instituição não conseguirá prorrogar este processo. Nós aguardamos uma ação desta instituição no sentido da devolução desses recursos para o POSTALIS.

É só isso.

Obrigado a V.Exa. Sugiro que seu tempo seja contado novamente.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Obrigado. Eu agradeço o carinho, a generosidade.

Eu tenho audiência no Tribunal de Justiça como testemunha. Vou prestar depoimento. Vejam que, às vezes, também somos chamados para prestar testemunho de fatos que conhecemos. Eu tenho esse compromisso, que vou honrar.

Sr. Eduardo Adriano Koelle, o senhor aqui é testemunha, prestou compromisso. O que eu quero falar aqui muito rapidamente é que o BNY Mellon já esteve aqui, já questionamos o senhor, já lhe fiz questionamentos. O fato é que o banco, direta ou indiretamente, por si ou por seus agentes, em conluio ou isoladamente, de uma ou de outra forma, direta ou transversalmente, acabou causando um prejuízo enorme ao POSTALIS, que hoje se avalia em 400, 500, 600, 800 milhões.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É um dinheiro a ser apurado. Lá no começo, que o valor nominal possa ser 400 milhões, e que, ao ser apurado, sabemos que vêm juros, correção monetária e algumas outras implicâncias.

Pois bem, o que se quer, e o propósito da CPI é exatamente apontar os culpados, mas, mais do que apontar os culpados, é repatriar esse dinheiro, é recuperar esse dinheiro, é repor esse dinheiro, é fazer com que o POSTALIS receba de volta o que é seu e que lhe tomaram na mão grande.

Nesse tipo de operação, a atividade é crime previsto no Código Penal e no Código de Processo Penal. Tem outra atividade, que é cível, de reparação de danos, de recuperação. No Direito brasileiro, sempre que alguém comete um crime que importe dano a terceiro e aquele que cometeu o crime vem a reparar o dano, minimizam-se as penas do crime. Não quer dizer que isente. Mas que minimiza, minimiza. Todos nós sabemos. Eu não sei se o senhor é advogado, mas sabe disso também, até porque é do nosso dever como cidadão conhecer as leis brasileiras, embora advogado conheça um pouco mais.

Nesse sentido é a minha fala. Se o banco já fez acertos dessa natureza em situações análogas, semelhantes, lá nos Estados Unidos, repondo valores de prejuízo a terceiros que o banco direta ou diretamente contribuiu para que acontecesse, o que se quer ou se pretende, no mínimo, é que o banco repita no



Estado brasileiro o que fez no Estado americano. Nós somos um pouco tupiniquins para alguns, mas não somos bobos: compram-nos por bobos e devolvem de madrugada; vão olhar que somos pequenos, mas de bobo não temos nada. Queremos essa leitura muito clara.

Nesse contexto, já existe ação do POSTALIS contra o banco, que possibilita até a contabilização, porque também faz parte. Possibilita que o banco faça a contabilização, a negociação, até que lance em perdas e prejuízos, se o banco entender contabilmente. Mas o que não pode é o prejuízo ficar por conta dos funcionários, dos trabalhadores, que pagaram mês a mês, ano a ano, por muitos anos, e, quando vão receber, os cofres estão raspados, porque meteram a mão e não sobrou nada. Então, há essa ação. Além disso, há um dinheiro sequestrado, contingenciado — deem o nome que quiserem —, um dinheiro reservado de 250 milhões de reais. E a dívida possivelmente está próxima a 250 milhões de dólares.

Então, o que se quer — e vou concluir — é que o senhor, que representa o banco, o banco em si e a estrutura toda tenham bem clara a compreensão de que pegamos o fio da meada. Nós temos o fio da meada na mão e vamos desenrolar esse novelo e ver o que existe na ponta. Tem boi na linha. Alguém está na outra ponta. É muito melhor entregar os anéis do que perder os dedos ou, quem sabe, dar uma mão do que dar as duas juntas, amarradas.

O que se quer e se pretende, a razão de ser desta CPI, é exatamente mostrar ao Brasil, aos dirigentes dos fundos de pensão todos e àqueles que acham que podem botar a mão nos fundos de pensão a qualquer custo, de qualquer modo, que esses desvios e esses investimentos temerários são nada mais nada menos do que fraudes. Consequentemente, descaminham o dinheiro dos trabalhadores e, por via de resultado, os trabalhadores acabam pagando uma conta cuja dívida não lhes pertence e com a qual eles não podem arcar.

Falo porque também pertenço a um fundo. Eu sou da PREVI, já lhe disse isso. Sou do Banco do Brasil, funcionário de carreira, do quadro. Portanto, pertenço a um fundo e sei o quanto isso dói para nós trabalhadores e sei o quanto dói para aqueles que estão perdendo. Aliás, agora estão tendo que pagar mais uma vez o que já tinham pago, por conta de o fundo estar sem fundo. Esse é o fato.



Concluo, então, fazendo esse apelo ao senhor e, ao mesmo tempo, uma advertência, no sentido de que o senhor, o banco e aqueles que o senhor representa tenham consciência de que não vai ficar por isso mesmo, de jeito nenhum! Atitudes vão ser tomadas nesta Casa, atitudes vão ser tomadas judicialmente, atitudes vão ser tomadas civilmente e atitudes vão ser tomadas criminalmente. É uma teia, não se escapa.

Estou com o fio da meada na mão. Minha mão tem cinco dedos e nenhum é igual ao outro. São diferentes, como os fundos de pensão também são. Nenhum fundo de pensão é igual ao outro, são todos diferentes. Mas são todos fundos de pensão, estão todos no mesmo barco, com o mesmo problema, uns maiores, outros menores. Esta minha mão tem cinco dedos diferentes e, quando eu quero a mesma coisa, minha cabeça se determina, meu corpo se afirma, meu braço se estende, minha munheca se enrijece, minha mão se abre, meus dedos se fecham e os cinco, que são diferentes, pegam juntos. Os fundos de pensão vão pegar juntos todos, porque estão sendo logrados e lesados todos, como eu disse, uns mais, outros menos. Quem ousar resistir nós vamos agarrar com as duas mãos e não vamos largar. *(Palmas.)* Essa é a advertência que eu faço.

O que eu quero do senhor é sua palavra de que vem para a mesa de negociação nesta hora até para evitar o pior, porque os funcionários, os trabalhadores não vão pagar essa conta, porque essa conta, essa dívida não é deles.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Com a palavra o Dr. Eduardo Adriano Koelle.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Agradeço a manifestação de V.Exa. E eu queria elogiar os trabalhos da CPI, porque, como V.Exa. bem colocou, o trabalho tem sido no intuito de realmente apurar as responsabilidades sobre os eventuais desvios de recurso dos fundos de pensão. Quando V.Exa. menciona a culpa ou não do BNY Mellon pelo prejuízo do POSTALIS, especificamente ao fundo FIDEX, que é o que V.Exa. menciona, pesa sobre o BNY Mellon uma acusação de negligência. Isso é fato. Nessa mesma ação, pesa uma acusação de fraude e conluio entre os dirigentes do POSTALIS e o diretor escolhido por eles. Isso não



quer dizer, Excelência, que o BNY Mellon não queira resolver o assunto; isso não quer dizer, Excelência e autoridades presentes, que o BNY Mellon quer o prejuízo dos carteiros; e isso não quer dizer também que o BNY Mellon não tenha tentado criar uma agenda positiva que caminhe para um acordo. Então, eu cumprimento a CPI. Acho que tem feito um excelente trabalho e tem nos ajudado inclusive a apurar, porque nós não temos, enquanto banco, o poder investigativo que tem esta CPI. Não temos. E tem nos ajudado, e muito, a conhecer melhor os fatos e as responsabilidades. Era isso o que eu tinha a dizer.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Estamos aguardando o Presidente Efraim Filho, mas vou fazer o duplo papel de Sub-Relator e Presidente.

Dr. Eduardo, nós estamos caminhando para o fecho do nosso trabalho, a assessoria está se detendo sobre o vasto trabalho que temos em mão, mas sua experiência e *expertise* como especialista e grande *player* no mercado financeiro podem nos ajudar muito a formar opinião e consolidar nossa visão.

Eu queria ouvi-lo. Depois que o senhor esteve aqui em setembro do ano passado, eu imagino que tenha se aprofundado, estudado. Naquele momento, o senhor estava se sentindo inseguro com as informações. Eu imagino que sua assessoria e a direção do banco, a nova direção, tenham aprofundado o trabalho de análise, de auditoria, de percepção e de avaliação do próprio desempenho do banco. É um aprendizado.

É confuso e difícil para esta CPI construir uma narrativa de como um dos maiores bancos do mundo, um dos maiores bancos americanos, que tem o foco principal em gestão de fundos de previdência, com um executivo, Dr. Zeca Oliveira, conhecido no mercado como grande especialista, tanto que teve sucesso em fundar uma nova administradora de recursos, colhendo êxito no mercado, pelo que se tem notícia, como um banco de primeira linha, com grande *expertise*, com um executivo que o mercado aponta como pessoa de qualificações inegáveis — e o sucesso posterior corrobora um pouco isso —, com papel que nenhuma outra instituição teve em relação a outros fundos... Quer dizer, existem ações pontuais de bancos e de gestores de fundo, de administradores de fundo em operações concretas. Mas o BNY Mellon, não. Ele se encarregava, como gestor ou administrador, do conjunto



das aplicações do POSTALIS, que se configura como o maior desastre de todos, dentro do drama geral que nós estamos vivendo nos Fundos.

Qual é o diagnóstico do banco? Como é possível? Qual o grau de responsabilidade do banco e a que se deve isso? Quer dizer, um executivo reconhecido, com qualificações; um banco que tem tradição, histórico; um grande fundo de pensão, do qual mais de 100 mil vidas dependem, têm o seu futuro hipotecado a essa instituição. Qual é a avaliação que vocês fazem?

Eu tenho certeza de que vocês devem ter feito algum trabalho de análise mais profundo, depois da sua vinda aqui, porque o BNY ficou exposto. É um dos focos principais da CPI. Qual é o diagnóstico? Ajude-nos a entender como, a partir de gente tão qualificada e de um Fundo tão importante, é possível acontecer um desastre desse. Qual o diagnóstico técnico do banco? Por que isso ocorreu?

Hoje o Fundo está com 6 bilhões de reais de déficit atuarial. A que se deve isso na visão do banco?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Excelência, o banco... Eu lembro que, na minha primeira oitiva, V.Exa. foi muito técnico e me fez uma pergunta sobre balanço, etc., que eu não tinha estudado. Quer dizer, do POSTALIS, e não me cabe. Quer dizer, nós não somos... O que eu queria dizer aqui é que o banco, quando ele assume a responsabilidade pela administração fiduciária dos fundos do POSTALIS — e, no caso, a gestão de alguns fundos exclusivos que aplicam em outros fundos —, como eu expliquei, e depois foi corroborado pelo ex-Presidente do POSTALIS, Sr. Alexej Predtechensky, se estou pronunciando corretamente, eles tinham uma consultoria que contratava; não, que escolhia os gestores. Muito bem, o BNY Mellon acatava os gestores e zelava para que isso estivesse de acordo com os regulamentos. Eu lembro que V.Exa., na minha oitiva, me perguntou sobre Canabrava etc. E eu... Em depoimento do Sr. Adilson, Diretor Financeiro, ele fala: *“Não, isso nós não podemos culpar ninguém.”* Nós fizemos esse investimento. Na época, o setor sucroalcooleiro era um setor que estava realmente na crista da onda, e perdemos recursos, etc. Depois, perguntado lá sobre investimento, se eu não me engano, em Galileu, o Sr. Alexej vai lá e comenta que aquilo foi um investimento que foi trazido pelo BMB, etc., e foi aprovado em comitê. O que eu fiz como dever de casa e como Presidente do banco? Eu entrei no *site* do POSTALIS e comecei a



olhar, então, o relatório de investimentos e tomei o cuidado de olhar a política de investimentos do POSTALIS. E na política de investimento reza, se eu não estou errado — vou me referir aos papéis aqui para não falar, tentar falar de cabeça e falar bobagem —, que eles têm alçadas de investimentos, como todo fundo de pensão, têm uma governança. Em resposta à sua questão — eu estou falando como opinião pessoal, como executivo com experiência de mercado financeiro, que é a forma como V.Exa. está me arguindo —, o prejuízo não vem de hoje. O fundo de pensão tem uma coisa que se chama ativo e passivo. O fundo de pensão, via de regra, no caso do POSTALIS, ele tem uma meta atuarial que é o que lhe vai permitir pagar as aposentadorias. No caso do POSTALIS, pelo que eu vejo na política de investimento deles, é INPC, é índice de inflação, mais 5,5%. Então, tudo aquilo que está ao redor, que deve nortear a política de investimento de um fundo de pensão, a ilegitimidade dos ativos que esse fundo de pensão vai investir, deve ir ao encontro de atingir esta meta atuarial. E aí você vai começar com gestão de risco também. Gestão de risco não cabe ao BNY Mellon. Para isso existem consultores especializados, que vão olhar para a meta atuarial e ver se os retornos esperados daqueles investimentos estão de acordo com aquilo. Então seria leviano da minha parte estar aqui para julgar gestores do POSTALIS. Eu não quero me furtar da minha opinião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Mas, a seu juízo, o papel do BNY, um banco dessa importância global, é absolutamente passivo em relação a toda essa triste trama?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Nesse caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Quer dizer, por que são... Quando nós jogamos o foco em cada opção microeconômica, vemos coisas estarrecedoras.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Hum, hum!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - O BNY, nessa convivência, era o grande administrador. Está certo que tem lá a classificação de risco de cada investimento, os comitês de investimento. Mas o BNY era simplesmente um cartório?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não. Veja, não é um cartório, Excelência. Eu acho que a palavra, com todo o respeito não é, não seria adequada.



O BNY é um administrador fiduciário. Ele tem a responsabilidade zelar para que os regulamentos, para que os investimentos estejam de acordo com os regulamentos. É importante dizer aqui que nenhum fundo de investimento é constituído sem que o seu regulamento seja encaminhado à CVM. Quando você tem investidor qualificado investindo no fundo de investimento, esse fundo de investimento só começa com o primeiro aporte. Portanto, aquele investidor leu o fundo de investimento, está de acordo com a sua política. E V.Exa. me permite complementar? Quando eu leio a política de investimento do POSTALIS, nesse dever de casa que eu tentei fazer, diz lá que cabe ao Conselho Deliberativo do POSTALIS a autorização de investimentos que envolvam valores superiores a 5% dos recursos de cada plano. Então ele tem que aprovar em Conselho. Cabe à Diretoria-Executiva do fundo de pensão autorizar os investimentos compreendidos entre 1% e 5% dos recursos de cada plano, e cabe à Diretoria Financeira — tem alçada para — aprovar os investimentos equivalentes a até 1% dos recursos de cada plano, desde que sejam considerados os seguintes pontos e atendidos os seguintes pontos: a elegibilidade do ativo objeto — então, eles têm que discutir se aquele ativo é elegível para a carteira daquele fundo de pensão; que tenha uma recomendação favorável do comitê de investimentos deles, principalmente se existe ata — imagino que o órgão fiscalizador, que é a PREVIC, olha essas atas, então, há uma aprovação; que exista a concordância do administrador interno tecnicamente qualificado — e podem, inclusive, na criação do comitê de investimentos, ter empresas de assessoramento e especialistas para auxiliar nas decisões complexas. O BNY Mellon não participa disso. O BNY não é consultor especializado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Definitivamente, vocês não opinavam, não aconselhavam; vocês tinham papel passivo, no sentido literal da palavra?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Deputado, eu não posso ser... eu posso estar incorrendo em erro se eu falar, porque eu não participava da negociação com o POSTALIS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Vocês tinham responsabilidades contratuais?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Como gestores.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - E a prova concreta é a presença do senhor aqui. O BNY ficou exposto, então, devia zelar pela qualidade dos investimentos.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu não posso fazer o julgamento dos investimentos, Excelência. É isso que eu estou colocando. Se um fundo de pensão faz o investimento, quer esteja na carteira própria ou no seu fundo exclusivo, e ele escolhe e fala: “*Eu vou comprar o ativo Canabrava*”, não cabe a mim, se aquilo está dentro do regulamento dele, ficar contestando aquele investimento. Não cabe a nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Está registrado. A Comissão entendeu.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - E agora, e também... uma coisa que eu permito aqui, e não é uma desculpa em relação às políticas de fundo de pensão, nós nos encontramos numa circunstância de mercado global e do País extremamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Não, mas uma coisa é você perder dinheiro numa *blue chip*, por circunstâncias de mercado.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Apostar na PETROBRAS, na Vale, no Banco Itaú ou em qualquer outra instituição empresarial consolidada é uma coisa. Outra coisa é entrar em aventuras. E aí, entendendo a posição, eu queria me deter em quatro investimentos para o senhor comentar, porque o que chama mais atenção é o FIDEX, da Atlântica, que está gerando todo esse impasse e essa possibilidade de negociação.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Fugindo da questão da qualificação, da análise de risco e da qualidade de investimento, mas em relação à gestão operacional, os controles eram tão frágeis a ponto do Sr. Fabrizio Neves conseguir trocar títulos fraudando o regulamento do próprio fundo? O BNY Mellon não tinha nenhum mecanismo gerencial para acompanhar esse trânsito de títulos? Era tão frágil assim? Porque, se vocês não opinavam na qualidade do investimento e no risco, e se vocês também não tinham uma gestão competente, eficiente sobre o fluxo operacional, sobre o desenvolvimento do fundo, a título de quê vocês eram



remunerados? Vocês não são meros custodiantes. Vocês eram gestores e administradores.

Por exemplo, na questão que ficou mais visível, a do FIDEX, não havia um mecanismo gerencial para vocês captarem a irregularidade patrocinada pelo Sr. Fabrizio?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Ela foi captada, Excelência, ela foi captada, mas mais tardiamente. Então, o que acontece?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Depois do leite derramado.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Então, mas acho que a colocação de V.Exa. é muito pertinente, me permita... O prejuízo causado pelo FIDEX não foi decorrente. Não achamos que fomos negligentes, porque eu vou entregar um relatório a esta CPI que mostra todo o fluxo operacional do FIDEX para que V.Exas. possam apreciar o que ocorreu. Não houvesse ocorrido a fraude, não teria prejuízo no POSTALIS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Claro que não!

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - O problema é a fraude.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - O fato gerador não foi o controle, o fato gerador foi a fraude.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Eu sei, mas o administrador tem que captar a fraude a tempo e a hora de evitar...

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Essa é a discussão. E é um pouco mais complexo, porque houve um conluio de próprios dirigentes do POSTALIS. O Sr. Conquista veio aqui, quando explicou isso, ele concordou. Ele falou à revelia do BNY Mellon e do POSTALIS, a Atlântica — eu vou entregar em documento aqui para V.Exa. —, que era a gestora, recebia todo o dia a carteira e estava nos mentindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Mas o senhor vai concordar comigo. Está certo, vocês não opinavam na estratégia de investimento, mas tinham que ser os guardiões das regras daquele fundo. Ele dizia que não podia ter título venezuelano e argentino. Quer dizer, é preciso... Vocês não são um banco



de fundo de quintal, deveria haver uma ferramenta para detectar uma fraude tão grosseira como essa.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - É... A fraude, tanto é que, Excelência, se me permite, não é em defesa nossa, mas mesmo a SEC demorou um tempo para conseguir ver a fraude. E Isso estava no território deles, porque eles tinham corretora em Miami. Enfim, eu vou entrar em detalhes contextuais aqui, que é exatamente a questão da causa na Justiça, cuja defesa nós vamos apresentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Está bom. Mas isso o Presidente já conduziu.

Causa-me estranheza um banco desse porte, dessa *expertise*, com tanta experiência, erguer e, sendo bem remunerado por isso, não detectar uma fragilidade que nós temos que corrigir no processo de gestão.

Mas também nós tivemos aqui o Presidente de uma *factoring*, de um banco, o Trendbank, onde o POSTALIS botou dinheiro, e há desde nota falsa à fatura, duplicata que é apresentada, fundo de direito creditório e tal. Quer dizer, vê-se mais uma vez a fragilidade da gestão do administrador. Nessa questão do Trendbank, o senhor chegou a fazer um dever de casa e dar uma lupa nisso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu cheguei a ver pela imprensa, mas nós não somos administradores desse fundo, salvo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Não, vocês eram administradores do conjunto de recursos.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, não, não! Não, sim, mas o Trendbank especificamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Vocês não eram os gestores, o Trendbank era o gestor.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, não, não! E nem administrador, Excelência, se me permite. Eu tentei ter aqui todo o material.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Em relação ao próprio Bioenergia, é o que o senhor disse, mas, ao contrário do que foi dito, o setor de açúcar e álcool atravessou, era uma tendência, pelo contrário, de agravamento, dada a política de petróleo e de tarifas públicas. Então, era péssimo e sem nenhuma



consistência na análise de risco. Mas, como o senhor disse que não participou. Quer dizer...

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - É. Então, o próprio Sr. Adilson Florêncio coloca no argumento dele aqui, eu tenho a transcrição. Ele fala *“Ai não podemos culpar ninguém, nós realmente escolhemos esse investimento e o aprovamos tecnicamente”*. Só um aparte, Excelência, Deputado Marcus Pestana, em relação a Trendbank, eu tenho aqui. Era um FIDC, um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial, como V.Exas. sabem, constituído em 2007, que passou por vários administradores: de 2007 a 2012, o Banco Cruzeiro do Sul; de 2012 a 2013, Banco Petra; de 2013 a 2015, Planner Corretora; e de 16 de julho até atual, Gradual Corretora de Valores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Esses são os gestores.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Esses são os administradores, os gestores foram Banco Cruzeiro do Sul, o próprio Trendbank, uma empresa chamada Evocati e atualmente o gestor se chama Brasil Plural Gestão de Recursos. Esse documento eu vou encaminhar a todos à CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Não, não. Está claro.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Acho que é importante isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - E, por último, uma avaliação também, o senhor deve ter mergulhado, a Galileu, que está sendo objeto inclusive de processo, de investigação pela Polícia Federal. Qual o grau de participação do BNY?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Nenhuma, nenhuma!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - Também não?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, não, nenhuma. E, quando V.Exa. me questionou, eu fui me debruçar sobre isso, e aí realmente consegui aqui. E aí eu ressalto mais uma vez o trabalho da CPI, o trabalho da CPI foi fundamental, porque nós não tínhamos o poder investigativo. E não fora, sem o depoimento do Sr. Alexej Predtechensky, que, quando escutado, quando perguntado sobre a Galileu, coloca que o investimento foi por eles trazido por BMB, que foi ao POSTALIS. Então, a relação que apresentou o investimento a Galileu foi o Banco BMB, Banco Mercantil do Brasil, ele que foi o estruturador. E os diretores do banco, eu não me recordo o



nome deles, mas são dois irmãos, os instrutores. Os dois acionistas do banco procuraram o POSTALIS e ofereceram esse investimento. E aí o Sr. Adilson Florêncio da Costa, indagado pelo Deputado Sérgio Souza, vai lá e fala realmente que foi proposto pelo Banco Mercantil, que fazia uma companhia etc., e eles investiram. Então, não cabe a nós isso. E aí ele pode usar, Excelência, e aí eu repito a prática normal de mercado, um fundo exclusivo dele para fazer investimento. Isso é uma prática normal, porque se calcula uma cota, em vez de ele ter um emaranhado de investimentos numa carteira administrada. Mas eu fui diligentemente tentar procurar. E, Excelência, é muita informação, é um trabalho árduo de achar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcus Pestana) - O que fica claro é o seguinte: umas das tarefas, sobre o que nós vamos ter que nos debruçar, é a fixação mais precisa dos papéis, dos administradores, dos gestores, dos avaliadores de risco, dos custodiantes e do processo de decisão.

Está evidente que um dos grandes saldos desta CPI é tornar público, trazer à luz do dia o baixo padrão de governança dos fundos. Apesar de muitos avanços na legislação, os buracos estão visíveis aí, e as responsabilidades ficam muito diluídas. Realmente, um banco do porte e da importância do BNY sendo o grande gestor, administrador, estando em contato direto com a direção, fora de qualquer retórica que possa ter, e o resultado concreto é um rombo de 6 bilhões, que equivale quase ao patrimônio. Quer dizer, o POSTALIS está insolvente, porque o seu patrimônio é igual ao seu passivo. Então, é uma empresa liquidada, é um fundo liquidado. E o BNY Mellon teve uma participação longa no histórico, na vida do POSTALIS.

Então, eu agradeço ao Presidente, ao Dr. Eduardo, os esclarecimentos. E vamos torcer para que, pelo menos em relação ao FIDEX, onde houve uma grave falha de detecção de uma fraude, já reconhecida, nesse caso, o BNY responda repondo minimamente os fundos que estão fazendo falta no fundo atuarial dos nossos carteiros e dos trabalhadores dos Correios. Mas eu agradeço ao Presidente e ao Dr. Eduardo.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Obrigado, Deputado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Marcus Pestana, que substituiu o Relator. Eu tenho sérios questionamentos a serem feitos, mas deixarei para o final, caso não sejam esgotados pelos participantes.



O Deputado Leonardo Monteiro deseja fazer uso da palavra?

V.Exa. já falou, Deputado Rocha?

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu cheguei depois.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sem problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu vou acompanhar aqui a sequência. Como V.Exa. já tinha chegado quando eu saí, eu imaginei que já tinha dado tempo de V.Exa. falar. Erro da Presidência, perdão. Na sequência, temos o Deputado Rocha, o Deputado Enio Verri e o Deputado Leonardo Monteiro. Após, o Presidente fará questionamentos.

Suspenderei a sessão por 2 minutos para que o Dr. Adriano possa ir ao toalete. *(Pausa.)*

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Obrigado.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Retomando o regular desenvolvimento dos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Rocha, para que possa proceder aos seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, eu vou ser sucinto.

Eu ouvi aqui, a oitiva do depoente, quando questionado sobre o FIDEX e as fraudes que envolveram o Sr. Fabrizio Neves. E o depoente falou — pelo menos foi o que eu entendi e acredito que foi isso mesmo — de um conluio, de um suposto conluio, entre os dirigentes do POSTALIS.

Eu queria que V.Sa. esclarecesse quais os indícios que o banco encontrou desse conluio e em que se prendeu essa informação. Essa era a primeira pergunta.

Sr. Presidente, como nós temos bastante tempo, eu pediria para ele responder, para não perdermos tempo, por favor.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito. Isso aí é o que consta do relatório da SEC, que é o órgão regulador americano que condenou então o Sr. Fabrizio Neves. Numa primeira investigação ou auto de infração, como queira chamar, não sei o termo jurídico, coloca em seu relatório que numa das fraudes foram enviados recursos para uma empresa chamada Spectra, que era então de propriedade do Presidente do POSTALIS, à época, o Sr. Alexej Predtechensky.



**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Isso, nesse relatório, nessa auditoria feita, tem todos os indícios, todas as comprovações, as constatações?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - É, esse é um documento público, Excelência. Não sei se já encaminhamos à CPI. Já encaminhamos? *(Pausa.)* Não sei se encaminhamos, mas podemos encaminhar.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, eu pediria então que o depoente colaborasse e encaminhasse esse documento para que a CPI pudesse ter acesso a ele.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito. Perfeito.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - V.Sa. falou, no primeiro depoimento, em virtude de não ter respondido algumas perguntas, que dessa vez teria feito o dever de casa. E eu me lembro de um questionamento que foi feito pelo Deputado Sergio Souza ainda sobre essa questão do FIDEX, e V.Sa. disse o seguinte: *“Eu não tive acesso a esse relatório”*, sobre a questão desses investimentos em cascata.

Eu queria que V.Sa. pudesse explicar um pouco mais a esta CPI essa sistemática de como funcionavam esses investimentos, de como eram operacionalizados esses investimentos em cascata.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Desculpe, Deputado, eu não entendo. Eu não entendi a questão dos...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - O Deputado Sergio Souza perguntou a V.Sa. sobre essa questão dos investimentos em cascata, certo? E o senhor teria dito no depoimento, pelo menos é o que consta aqui do documento que tenho comigo, em suas palavras: *“Não, Excelência, eu não tive acesso a esse relatório”*. E o Deputado Sergio Souza complementou e disse: *“Olha, o valor comprado por 10, ao final, era vendido para o POSTALIS por 20”*.

E aí eu queria que o senhor...

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Ah, não, não. Então, o senhor veja, não é investimento em cascata. Essa foi exatamente a fraude, onde houve a adulteração, salvo ledô engano — acho que é a isso que V.Exa. se refere —, e que eram compradas, que foram adulteradas notas estruturadas com corretor, Liquid Paper, e foram vendidas majoradamente ao fundo POSTALIS. Acho que é a isso que V.Exa. se refere, se eu não estou enganado.



**O SR. DEPUTADO ROCHA** - O BNY Mellon possui regras para a contratação de gestores de fundos?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - O BNY Mellon cumpre com as normas normais, a CVM regulamenta o mercado de fundos de investimento.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Existe algum critério para a contratação de gestores do BNY Mellon?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Veja: o BNY Mellon não contrata gestores. Os gestores são indicados pelos seus clientes. Então, hoje o BNY Mellon presta serviço de administração fiduciária para aproximadamente 300 fundos de investimentos. Esses gestores vêm e nos pedem a contratação do serviço de administração fiduciária.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Uma última pergunta: qual o percentual da taxa de administração que é cobrado pelo BNY Mellon?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Depende.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Essa taxa incide sobre quais valores?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - A taxa de administração é a taxa de mercado. Ela é negociada entre as partes, varia de 0,03 a 0,07, nessa ordem, e é em função do patrimônio dos fundos e é negociado com o cliente.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - V.Sa. sabe em que pé se encontram as ações judiciais que envolvem o BNY Mellon e o POSTALIS?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Sim, nós temos hoje uma ação que é pública, que é essa ação do FIDEX, em que nós ainda não apresentamos defesa. Temos lá o bloqueio dos recursos e... Tivemos, na verdade, o recurso liberado pela colocação de uma fiança bancária. E recebemos uma citação recente de uma ação relativa ao FM1, que eu não pude apreciar ainda, porque a ação foi recente. Essas são as que eu tenho conhecimento de que nós fomos citados.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - O BNY Mellon continua prestando serviços ao POSTALIS?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Sim, Excelência.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Qual é o montante?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Da ordem, hoje... Eu tenho aqui o valor atualizado e também vou deixá-lo aqui com a Casa. Hoje, acho que está na



ordem de, se eu não me engano... Só 1 minuto. Eu acho que está perto de 2 bilhões de reais. Mas eu tenho uma planilha aqui enorme que eu vou até deixar com esta Casa, para que V.Exas. tenham o número completo.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, sem mais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a participação do Deputado Rocha.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, por 1 minuto. Perdão. O Deputado Enio Verri abre mão da palavra.

Com a palavra o Deputado Leonardo Monteiro.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO** - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Efraim Filho, Presidente da CPI, os demais membros e Parlamentares membros da Comissão. Eu tenho acompanhado a constituição desta Comissão — não como membro — e, portanto, já ouvi aqui vários depoimentos, várias convocações que foram encaminhadas aqui durante a Comissão.

Eu queria, até para ser breve, fazer ao Presidente Koelle algumas perguntas sobre a questão do POSTALIS, até porque, depois de consumado o fracasso do fundo de investimento da dívida externa, o BNY Mellon renunciou, de forma unilateral, à gestão desse fundo, isso em 2014. Está confirmado isso.

Então, eu queria perguntar o seguinte: como o senhor explica essa atitude do BNY Mellon, quando ele ainda tem um contrato de administrador fiduciário com o POSTALIS? Também o BNY Mellon não estaria tentando se eximir da responsabilidade contratual desse investimento fracassado? Por quais razões o BNY Mellon está judicializando o ressarcimento do prejuízo da aplicação, quando, no contrato com o POSTALIS, o BNY Mellon é expressamente responsável pelo risco dessas aplicações, inclusive com as devidas aplicações nas esferas criminal, administrativa e cível, na hipótese de subcontratação de terceiros?

Outra questão também que me deixa encucado é essa questão de um banco da dimensão do BNY Mellon, um banco que tem ramificação em mais de cem mercados, um banco considerado um dos maiores bancos do mundo, não ter... E diante dessas irregularidades, quer dizer, poderia ter tido uma atitude, uma contribuição no sentido de evitar essas irregularidades.



Então, em princípio, são essas perguntas que eu gostaria de fazer ao Presidente do banco, o Presidente Koelle.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Obrigado, Deputado. Então, em relação à questão de V.Exa. em relação à renúncia: olhe, a renúncia, ela é, via de regra, unilateral, porque reza o contrato que nós podemos renunciar à administração ou gestão do fundo com um pré-aviso. Eu não me lembro, agora, se no contrato são 30, 60 ou 90 dias, preciso levantar isso. Porém, eu queria deixar claro que nós assumimos a gestão desse fundo FIDEX por renúncia da Atlântica. Nunca foi nosso interesse gerir o FIDEX, não é nossa *expertise*. Então, veja, quando ocorreu a fraude, que nós tanto... que foi tão debatida aqui, e restaram, no fundo, então, esses papéis ilíquidos, a Atlântica, então, renunciou. E no evento de renúncia, o administrador fiduciário, que é a nossa função, tem duas prerrogativas: ou ele liquida o fundo, e aí você acarretaria um prejuízo enorme — porque esses papéis ainda não estavam vencidos — aos cotistas, acarretaria um prejuízo enorme, ou você assume a gestão — e foi o que foi feito, para que se carregasse, então, até o vencimento. E a nossa renúncia da administração fiduciária do POSTALIS se deu a partir do momento em que eles nos processaram, quer dizer, que moveram uma ação contra a gente, e a gente teve um rompimento de relacionamento, o que é normal. Porém, nós ainda mantemos, como perguntado pelo nobre colega de V.Exa., o Deputado Rocha, fundos sob administração nossa, porque nós achamos prudente não renunciar a fundos ilíquidos para não forçar uma liquidação antecipada de papéis. Então, respondendo, ainda — finalmente —, eu acho que a última questão, que é sobre se eximir ou não: de forma alguma. O BNY Mellon — eu já repeti e reitero aqui — não vai se furtar às suas responsabilidades. Enquanto administrador do fundo, ele é responsável legalmente, por mais que tenha renunciado. Então, não vai se eximir. Se provado for que o BNY Mellon é culpado, nós não vamos nos eximir da responsabilidade. Desculpe-me, Excelência.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Para nós, já está, assim, claro como a luz do dia que o BNY Mellon é responsável. E o BNY Mellon terá que fazer, na minha opinião, um cálculo que vai levar isso para a área regulamentar, de controle, penal, ou um acordo. Porque quando o senhor fala, parece ainda que isso ficou para as calendas.



Aí eu perguntei: “Se se *provar?*”. Bom, a Justiça já fez uma penhora dos recursos do BNY Mellon, estão penhorados já. Então, isso já demonstra direito. O que nós precisamos é que os senhores se movam, se movam dessa posição, porque já não existe mais essa posição se a Justiça já reconheceu.

E esses atores dentro do BNY Mellon eram gestores, servidores, funcionários do banco. Inclusive, alguns foram até desligados do banco por questões éticas, como o senhor mesmo disse. Portanto, estavam sob a responsabilidade do banco.

Um banco dessa proporção tem que ter mecanismos de controle, mecanismos de gestão que não permitam que uma só pessoa provoque fraude dentro da instituição — e se provocar, que ela pague.

Nos Estados Unidos, o BNY Mellon também viveu isso e foi obrigado a pagar. Nós vamos tentar, aqui no Brasil, fazer o mesmo. Esse banco não pode entender que aqui há uma legislação, um País, um Estado que não constranja aqueles que promoveram fraudes.

Então, eu quero dizer, Presidente Eduardo Adriano Koelle, que, para nós, está clara a fraude. Eu soube que um diálogo será feito, mas eu acho que um dos resultados desta CPI é a devolução desses recursos que estavam sob administração do banco de volta ao POSTALIS. Esse não é um banco pequeno, é um banco grande.

Eu formei uma convicção nesta CPI. Se esta CPI deixar de punir um só que deva ser punido, essa pessoa vai reiterar, ela vai reiterar. Outro dia nós estávamos aqui com uma pessoa que esteve na CPI do Cachoeira. Essa pessoa não foi pega lá. O que ela fez? Reiterou. Aqui, então, nós não podemos permitir que nenhum indivíduo ou instituição que tenha praticado erros não seja punido. Eles têm que ser exemplarmente punidos, duramente punidos.

É por isso que eu quero, na volta deste diálogo, dizer: este é um tema, para mim, fundamental no resultado desta CPI, em comum. Esta CPI é pública, ela está sendo assistida. Todos os brasileiros saberão que o Estado brasileiro terá, doravante, que jogar muito pesado. CVM — Comissão de Valores Mobiliários, Banco Central, Ministério da Fazenda, Itamaraty, Polícia Federal, todas as instituições brasileiras vão ter que agir neste caso. Eu elejo este o caso mais importante desta CPI.



Então, eu quero falar isso para o senhor, porque é uma forma que eu tenho de prevenir que qualquer postura de adiar será uma postura que não terá êxito aqui. Qualquer postura de jogar com a barriga não terá êxito nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aqui nós temos muitos partidos e muitas divergências entre nós, mas esta não é uma divergência entre nós. Há uma unidade, entre nós, de que esses recursos têm que voltar para o fundo POSTALIS.

Então, eu quero trazer isso aqui para o senhor e dizer que ainda não tomamos todas as providências que eu espero que o relatório indique. E aí qualquer um dos Parlamentares e a Comissão como um todo, ambos, deverão pedir as providências para o Governo brasileiro, está certo?

Então, eu quero trazer isso para o senhor, porque se o Governo brasileiro, se o Estado brasileiro, se este Parlamento não pedir que se tomem as medidas adequadas, nós estaremos passando um atestado de que qualquer instituição financeira pode fraudar um fundo de pensão, qualquer instituição financeira. E vocês não são qualquer instituição financeira, não são um banco de fundo de quintal. Vocês são um banco grande nos Estados Unidos e no mundo. Então, acho importante alertá-los para tomarem as providências cabíveis para a devolução dos recursos ao fundo POSTALIS. Então, eu quero trazer isso.

O senhor falou uma coisa muito importante hoje aqui. O senhor disse que aquilo que está depositado é uma parte. O senhor falou assim: *“Aquilo é uma parte”*. Então aquilo, como disse o Presidente, é incontroverso. O que está lá é incontroverso, até porque a Justiça já penhorou. Eu acho que o debate tinha que ser em relação à outra parte, mas aquela parte deveria ser devolvida para os servidores dos Correios brasileiros, que são pessoas trabalhadoras, pouparam para isso e não podem ser lesadas por alguém que agiu com a conivência da sua própria instituição — a instituição o deixou solto, não é? E não é só ele. Uma pessoa não teria feito aquilo tudo sozinha.

E a instituição tem mecanismos regressivos quanto àqueles que lesam o seu interesse de agir contra aqueles servidores que lesaram a sua própria instituição. Mas ela tem uma obrigação objetiva. Eu não vou ao banco e me relaciono com o Sr. Eduardo Adriano Koelle. Eu vou ao banco e me relaciono com o banco BNY Mellon, o senhor concorda ou não? Até porque amanhã ou depois o senhor pode não estar



lá mais, como outros já estiveram e não estão. O senhor está e poderá, no futuro, não estar. E é por isso que a responsabilidade, nesse caso, é uma responsabilidade objetiva da instituição financeira.

Sendo assim, Sr. Eduardo Adriano Koelle, nós temos a expectativa de ver uma ação adequada desse banco no nosso País. Nós não somos um país sem lei, sem instituições. Portanto, nós esperamos uma adequada resposta dessa instituição financeira a esta CPI.

Eu tenho certeza de que o relatório em relação ao banco BNY Mellon vai ser muito duro. Nós temos não só que fazer um relatório, nós temos que fazer com que as instituições de regulação e de controle ajam. E certamente acho que o senhor, como um gestor para a América Latina que responde à matriz, não poderá dar à matriz a notícia de que essa instituição sofreu um desgaste muito grande no Brasil.

Eu quero só alertá-lo de que todas as bancadas aqui vão jogar muito fortemente para a restituição desses recursos ao fundo de pensão, uns mais duramente, outros mais diplomaticamente. Então, eu queria só alertá-lo do ambiente que nós estamos vivendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concluído?

V.Sa. quer fazer algum pronunciamento em referência à participação do Deputado Paulo Teixeira?

**O Sr. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, está entendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Entendido. Muito bem.

Para concluir, então, só resta ao Presidente... Eu vi muitas das perguntas que eu desejava fazer serem atendidas, mas a matéria não está esgotada, Dr. Adriano Koelle.

Primeiro, agradeço a tolerância e a paciência. A reunião estava agendada para 9h30min. Como atingimos logo o quórum para deliberação, e ele tomou ares de disputa maior do que se imaginava, acabou perseverando até o início da Ordem do Dia. E V.Sa. teve a tolerância e a paciência, para que pudesse participar da Comissão. Agradeço-lhe.

Segundo, fazendo uso de um direito constitucional que lhe é próprio, o senhor compareceu à CPI munido de um *habeas corpus*. Não foi obrigado a fazer o juramento. Essa atitude gerou desconfortos para a CPI. Mas V.Sa. não se negou a



responder pelo menos àquilo que lhe foi perguntando, apesar de não haver o juramento para tanto.

Havia a possibilidade de se fazer uma sessão reservada, caso fossem discutidos os valores do acordo. Mas, em virtude da mesa de negociação que foi proposta, eu acho que essa parte da sessão reservada ficará postergada para esse novo momento, que a gente espera que possa acontecer.

Eu acho que, apesar do *habeas corpus*, existem perguntas e questionamentos que precisam ser feitos, porque, como foi dito, é chegado o momento. Veja só, na sua segunda vinda aqui — nós insistimos muito para que houvesse uma segunda vinda aqui dos gestores dos fundos — é que nós podemos estabelecer os pontos controvertidos. O seu advogado, Paulo Freitas, que é meu colega, porque eu também sou advogado, assim como o Deputado Paulo Teixeira. Acho que o Deputado Enio Verri também é advogado. Não? Mas existe no processo algo chamado despacho saneador, no qual se estabelecem os pontos controvertidos, para que a gente possa realmente ir para a definição.

Várias coisas foram abordadas aqui. Mas aonde a Comissão chega neste exato momento? Nós chegamos à hora de definir o papel do banco BNY Mellon nessa relação com o Fundo de Pensão dos Correios — POSTALIS e os prejuízos causados aos fundos de pensão. V.Sa. tem uma versão, que é extremamente legítima, e apresenta os argumentos para tanto. A CPI tem encaminhado de outra forma: quais são as três possíveis relações do banco BNY Mellon com o POSTALIS especificamente no caso FIDEX? Depois, vamos ao outro.

Já houve gente aqui que defendeu três posições. A primeira: poderia ter havido uma atitude comissiva, ou seja, uma atitude explícita do banco de querer fraudar, agindo em conluio. Parece-me que essa hipótese foi descartada. Existe a segunda hipótese, que é o banco ter agido de forma omissiva, por omissão, na execução dos controles, que contratualmente era obrigação do banco, e ele não o fez. E me parece que esse é o sentimento que a Comissão tem hoje, porque, como o Deputado Paulo Teixeira disse, os próprios documentos internos dos senhores de que a CPI tem posse em virtude da operação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal, sob controle do Delegado Tácio... Nós temos informações de que o próprio banco já reprecificou — o senhor pode até confirmar —, de que houve a



reprecificação dos ativos do FIDEX, e o próprio banco já disse que 240 milhões daquele valor estão perdidos. O senhor confirma isso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Confirmado, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, ao próprio banco ele faz essa reprecificação e entende que esses ativos estão perdidos. É o que nós chamamos de parte incontroversa do prejuízo e que a Justiça brasileira já considerou.

A terceira hipótese, a que os senhores trazem por alegação, do ponto de vista da Comissão, muito frágil, é que não há responsabilidade do Banco de Nova Iorque nas fraudes cometidas, por isso os senhores resistem a esse fechamento de acordo ou a trazer uma proposta para este momento.

Esse é o cenário que nós temos hoje. Eu vejo como incontroversa essa situação. E permita-me dizer como a CPI tem conduzido a questão, porque ela implica, seriamente, responsabilidades.

V.Sa. sabe que não está lidando com leigos aqui. Um relatório final da CPI que traga indiciamentos pode amanhã gerar uma *class action* lá nos Estados Unidos. O POSTALIS já tem acompanhado isso. Existem escritórios americanos acompanhando os resultados desta Comissão de investigação. Então, é preciso que a CPI realmente se debruce sobre a matéria e tenha argumentos sólidos para apresentar o que apurou nas investigações.

A primeira questão, Sr. Adriano, é que V.Sa. não está aqui como pessoa física. Talvez esse tenha sido até um equívoco na sua primeira vinda, quando tentou responder como pessoa física, alegando que não tinha conhecimento dos fatos. Mas o senhor já se preparou melhor e responde agora institucionalmente pelos atos da sua gestão e inclusive da gestão passada, porque o senhor responde em nome do banco e não em nome da pessoa física.

Nós temos aqui contratos, Deputado Enio Verri, para dizer em que estamos nos baseando para dizer que o Banco de Nova Iorque tem responsabilidade solidária pelas fraudes que aconteceram.

Aqui na página 8 da proposta enviada pelo BNY Mellon, consolidada pelo contrato com o POSTALIS que aqui se encontra, os senhores explicam a proposta:



*“(...) esta é a peça chave da proposta ora apresentada, cabem ao administrador todas as responsabilidades” — todas as responsabilidades —, “especificamente as de ordem criminal, administrativa e civil, decorrentes dos serviços que prestar ao fundo, bem como daqueles que vier a subcontratar com terceiros.”*

É o caso, com a gestora.

Outra questão: quando lhe é conveniente, V.Sa. coloca o banco como administrador fiduciário. O que muitas vezes não ficou claro para todos é que em vários outros negócios o banco é gestor também. O senhor confirma essa informação?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Sim, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então o banco também é gestor, não neste caso do FIDEX especificamente, mas em outros que nós vamos abordar depois. Então, o banco, quando é conveniente, ele se coloca como administrador fiduciário e desconhece as responsabilidades também de gestor.

Vou só pegar mais uma parte aqui do contrato, que, na pág. 10, diz o seguinte:

*“De todo o exposto, podemos concluir que o administrador é o principal responsável por todos os eventos ocorridos no fundo de investimento, ainda que esses eventos” — atenção! — “decorram de atos e fatos de obrigação de terceiros, assumindo perante o cotista essa responsabilidade integralmente, independentemente daquela própria do terceiro causador do ato. Existe uma verdadeira relação fiduciária entre o cotista e o administrador, cabendo a este zelar para que os recursos do investidor sejam aplicados na forma e sob as condições que esse deseja.”*

No meu entendimento, que é o da Comissão, essa responsabilidade é incontroversa, e o banco querer fugir dela só vai postergar a decisão.



Essa postergação nos dói, Sr. Eduardo, porque o aposentado americano recebeu a atenção do banco. Foi fechado um acordo de 714 milhões de dólares por fraudes em fundos de pensão nos Estados Unidos na data de março de 2015. O senhor confirma essa informação, a existência desse acordo lá?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Ele, na verdade é um acordo um pouco mais amplo, Excelência. São vários cotistas, etc., mas existiu sim um *settlement*, que na verdade não é especificamente com fundos de pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas foi por conta de fraudes, *defrauded pension funds...*

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, não, não. Não foram fraudes. Perdão, Excelência. Eu tenho aqui o documento, que eu posso deixar com V.Exa. Foi, na verdade, uma má prática na venda de contratos de câmbio, em que o banco não foi condenado, não assumiu a culpa, mas resolveu o assunto. Foi feito um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso seria ótimo também. Os senhores podem até não ser condenados, podem até não assumir a culpa, mas resolvam também o problema do POSTALIS (*palmas*). No Brasil também seria muito bem-vinda essa situação. Para nós, não seria problema nenhum. O banco assumir a culpa não é a prioridade da CPI, a nossa prioridade é resolver o problema dos aposentados.

O senhor alega que houve um fato de terceiro. Então, veja só o que diz o contrato com o POSTALIS, em outra página:

*Obrigações da contratada.*

*A contratada poderá recusar operações que estejam fora das práticas usuais e equitativas de mercado e que não se enquadrem na legislação, nos regulamentos dos fundos, na política de investimentos da carteira própria.*

*A contratada poderá vetar a realização de operações com corretoras e/ou contrapartes que não se enquadram nos critérios de risco de crédito previamente estabelecidos pela contratada.*



E outras aqui que não têm a ver com a situação.

Então, Sr. Eduardo, eu respeito a posição de quem representa o banco e tem uma versão a ser apresentada, mas tenho o sincero sentimento — também dos seus depoimentos anteriores — de que do reconhecimento dessa situação o banco não pode fugir.

Eu quero lhe fazer esta pergunta: na sua convicção, o senhor acredita que o banco cumpriu à risca o contrato que tinha com o POSTALIS?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu acho que essa é uma discussão mais ampla, Excelência. Não quero fugir à minha opinião, mas é uma discussão jurídica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas está fugindo.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, é uma discussão jurídica, Excelência. Veja: V.Exa. é advogado, eu não sou. Eu joguei esse caso numa discussão para os meus advogados. Eu não me sinto na posição de ter uma discussão jurídica nesse âmbito. O que me cabe dizer é que essa interpretação — e esta é uma opinião...

Como V.Exa. pede a minha opinião, não vou me furtar a dá-la. Nós não somos a seguradora do POSTALIS. Não é razoável... O que V.Exa. leu é *ipsis litteris*, na minha concepção e na experiência que eu tenho de mercado, a responsabilidade de um administrador fiduciário. Mas ele não é uma seguradora. Então, se nós conseguíssemos...

Vamos elucubrar. Podemos ter uma discussão. Suponha o seguinte: o POSTALIS investiu num fundo de ações. A Bolsa caiu 40%. Esse raciocínio nós poderíamos exacerbar e dizer que ele poderia me processar por perdas no fundo de ações, sendo que a Bolsa caiu 40%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não é isso.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Então. Mas nós entramos numa discussão, Excelência... Eu não me sinto, com todo o respeito, na condição de ter esta discussão. O que me falam os meus advogados é que nós temos que apurar as responsabilidades. É isso o que eles colocam. Agora, vou ratificar aqui o nosso interesse na conversa e no diálogo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não me trate como leigo, porque leigo eu não sou. (*Palmas.*) Uma coisa é um investimento na Bolsa que, por um risco de mercado, que é natural e inerente à função, pode acontecer. Ninguém está sendo cobrado por isso. Outra coisa é uma fraude. O banco detinha a responsabilidade contratual de fazer os controles e não o fez, deliberadamente ou por omissão.

A Comissão ainda está achando que foi por omissão, para que não cheguemos à má-fé, ao ato deliberado. Agora, com má-fé ou com boa-fé, a responsabilidade é objetiva, e caberia ao banco fazer o ressarcimento ao POSTALIS, como o senhor acabou de dizer que fizeram nos Estados Unidos, mesmo sem reconhecer a culpa.

O senhor sabe que o ex-gestor seu antecessor, José Carlos Oliveira, conhecido como Zeca Oliveira, ex-CEO do BNY Mellon, esteve nesta Comissão. O senhor acompanhou o teor da oitiva dele?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu não tive... porque foi secreto, eu não consegui ter acesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele protocolou um documento que é público. O senhor chegou a ter conhecimento desse documento que ele protocolou? Ou o seu advogado?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não.

Tivemos acesso, Paulo? (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós temos. Está aqui. O Sr. José Carlos Oliveira demitido do banco. Por quê? O senhor sabe dizer, objetivamente?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Exatamente. Sei. Pelo pagamento de um bônus não autorizado a um funcionário chamado Delano Franco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele confessa isso. Alguma coisa a ver com essa operação do FIDEX?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não que eu saiba, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.



No depoimento do Sr. Adriano Koelle, ou melhor, do Sr. José Carlos Oliveira, que está protocolado e é de conhecimento — pode a Secretaria depois providenciar-lhe uma cópia —, ele afirma o seguinte, o ex-CEO do BNY Mellon:

*“Ao transferir os referidos títulos, acatando indevidamente o pedido da gestora — no caso a Atlântica Administradora — por um erro operacional nos controles de prevenção à fraude do Banco de Nova Iorque, que deveriam estar ainda mais rigorosos em face do erro já reportado pela CVM em 2011, do alerta contra as operações de running do Sr. Fabrizio Neves, a operação foi liquidada pela corretora sem a intervenção do administrador do fundo ou do custodiante.”*

Mais abaixo, pulando um parágrafo, ele disse:

*“Assim, ao se olhar em retrospecto, chega-se à conclusão de que o problema poderia ter sido facilmente evitado, caso o banco tivesse criado mecanismos mais eficientes de controle.”*

E conclui o ex-Presidente do Banco de Nova Iorque Mellon, ao tratar do tema na sessão aqui realizada:

*“Fica hoje claro que faltou uma camada a mais de proteção dentro da estrutura do banco, que teria permitido a criação de alertas e travas que dificultassem ou impossibilitassem que os títulos fossem transferidos da Euroclear para a corretora.”*

Diante dessa situação... O documento é mais longo, tem sete páginas. V.Exa. terá conhecimento do inteiro teor deste documento, que está sendo publicizado.

Então, Sr. Eduardo, diante de tudo que está aqui, provado e embasado com argumentos, reconhece-se que o banco cumpre o seu papel, mas também falha, e, quando falha, é obrigação dele reconhecer essas falhas.

Eu quero encerrar este tema do FIDEX, sobre as declarações que foram dadas, para passarmos a um próximo. O senhor tem algum comentário a fazer sobre o contrato, ou sobre o que foi lido aqui? O senhor mantém a mesma opinião?



**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu mantenho a mesma opinião, Excelência. É uma questão realmente jurídica, dos advogados.

Quanto ao depoimento do Sr. Zeca Oliveira, ele era o Presidente na época. Ele estava lá presente; eu não estava. Ele era o responsável por esses controles. Então, não sei, não me cabe comentar. Ele era o responsável. Se ele faz a declaração...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Institucional. Então cabia ao banco ter feito.

Passando adiante, na relação que nós temos aqui, existem seis processos envolvendo o POSTALIS e o BNY Mellon. O primeiro é o processo já comentado aqui, que corre no Rio de Janeiro. O valor da causa é 197 milhões de reais. O segundo processo cível, também do Rio de Janeiro, ele tem um valor de causa de 24 milhões de reais. O terceiro processo cível corre na 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro e tem um valor de causa de 3 milhões.

Eu posso lhe passar esta relação. Acho que seu advogado tem conhecimento de todos. Se não tem, eu posso lhes passar, com a maior gentileza.

O quarto processo, da mesma Vara, ele tem um valor de causa de 3 milhões e 800 mil reais. O quinto processo tem um valor de causa de 13 milhões de reais. E o sexto processo, que é o mais recente, a que V.Sa. se referiu, ele diz respeito a toda a carteira, e o POSTALIS coloca como valor da causa 2 bilhões e 200 milhões de reais. Ele foi distribuído em 4 de fevereiro de 2016, por isso V.Sa., acertadamente, ainda não pode se reportar sobre ele, porque não deve ter sido citado.

O que fica muito claro — e aí até para o desdobramento da mesa de negociações que virá depois, e nisto eu concordo com o banco — é que existem dois aspectos aqui que precisam ser avaliados. Um são os casos de fraude, de fraude comprovada inclusive pela SEC americana. O banco também reconhece que houve fraude, o POSTALIS reconhece que houve fraude, a Justiça brasileira reconhece que houve fraude, mas ninguém assume a responsabilidade. Este é um caso específico, que, no meu entender, está mais fácil de resolver. O outro aspecto é a discussão, aí sim, da gestão do negócio, se houve erro, se não houve erro, o que foi risco de mercado, o que não foi.



Então, até para a CPI, fica a critério de o banco discutir separadamente ou não. Isso fica a critério dos senhores. Mas para mim está muito claro o que é fraude e o que são defeitos de gestão, que podem ser discutidos, aí sim, de forma muito mais ampla.

Eu queria uma explicação, Sr. Eduardo Koelle. Quantos fundos o BNY Mellon administra no Brasil hoje? O senhor sabe dizer?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Um pouco mais de 2 mil fundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Um pouco mais de 2 mil fundos. Como administrador ou como gestor, o senhor sabe?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Não, como administrador fiduciário. Como gestor, hoje são muito poucos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.

Nós recebemos aqui da ANBIMA, aliás, nós consultamos na ANBIMA a seguinte informação: são 241 FICFI — fundos de investimento creditório, eu acredito. É isso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - FICFI é Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento. São fundos de fundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Fundos de fundos.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Que é exatamente o caso do FIC Serengeti e do FIC Douro. Para quem não acompanha e me permite explicar, estes são dois dos fundos exclusivos do POSTALIS e do Banco de Nova Iorque, e o Banco de Nova Iorque, além de ser administrador fiduciário, é também gestor dessa carteira. O senhor confirma essa informação?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu posso me remeter às minhas anotações aqui? Porque eu não tenho isso de cabeça.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo. Enquanto o senhor confirma, eu sigo na minha argumentação.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A ANBIMA nos deu a classificação de 241 fundos dessa natureza. Dos 241 fundos, por exemplo, o fundo mais rentável nos anos 2011, 2012 e 2013 foi o FIC Tornado, que tem a BNY Mellon



como gestora e o BTG Pactual como administrador. Esse fundo teve no ano de 2011 quase 18% de rendimento; em 2012, 18,66%; em 2013, 3,38%. Numa soma rápida, quase 40% de rentabilidade em 3 anos.

Qual não foi a nossa surpresa! Dos 241 fundos dessa natureza administrados pelo BNY Mellon, em todo o Brasil, com diferentes gestores e algumas vezes ele como gestor, a posição 240 e a posição 241 ficaram reservadas aos fundos do POSTALIS que têm como administrador e gestor o próprio Banco de Nova Iorque. Ou seja, ele também tem responsabilidade pela escolha dos investimentos neste caso, não apenas pelo controle.

Resultado dos fundos. Vou pegar só o último aqui, o Douro: menos 14,92% em 2011; menos 16,55%; e menos 8,64% em 2013. Ou seja, os rendimentos foram negativos. O outro, o FIC Serengeti, teve desempenho de menos 5,5% em 2011; de menos 6,95% em 2012; e de menos 1,88% em 2013.

É risco de mercado? É, mas quais são os critérios — estou falando de critérios de decisão — na hora de se montarem essas carteiras? Por que uma carteira dá lucro de 40% em 3 anos e outra dá prejuízo também de 40%, ou de 38%, de 39%? Será que o POSTALIS acabou ficando com o lixo dos investimentos, e o que era o eldorado acabou indo para outro tipo de fundo? Ou o senhor tem uma resposta para o porquê do desempenho tão ruim desses fundos?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito.

Só confirmando, Excelência, o Serengeti é um fundo encerrado. Foi constituído em 9 de setembro de 2008 e encerrado em 2014, um fundo em que o POSTALIS era cotista exclusivo, portanto um fundo constituído por ele, para ser única e exclusivamente veículo de seus investimentos. Aí o POSTALIS escolhe os gestores. Na verdade, não o POSTALIS. Segundo o depoimento do Sr. Alexej, quem escolhia os gestores era o RiskOffice. Isso é o que eu tenho do depoimento do Sr. Alexej.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas o gestor era o BNY Mellon.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - O gestor era o BNY Mellon do FIC, como V.Exa. qualificou no começo. O FIC de FI, quer dizer, um fundo de



investimento em cotas de fundo de investimento. Ele funciona como um veículo para que embaixo desse veículo existam diversos gestores.

Então, respondendo objetivamente à pergunta de V.Exa. sobre a rentabilidade, a rentabilidade é diretamente proporcional à escolha dos ativos desses fundos. Esse fundo especificamente, o Fundo Tornado, o FIC Tornado, eu não conheço, preciso levantar. Agora, nós precisamos levantar o que há embaixo da carteira, quais são os gestores que estão embaixo das carteiras do FIC Douro e do FIC Serengeti, que são FICs encerrados, para saber a causa do prejuízo. Se há algum (*ininteligível*), ou, como se disse anteriormente, se esse fundo, o Tornado, for um fundo de renda fixa e esses outros fundos forem de Bolsa, aí não tem jeito. Eu não tenho esse elemento aqui, Excelência. Eu tenho a constituição dos fundos, a data da constituição, do que se trata, e confirmo o que V.Exa. disse aqui quando perguntou: que são fundos de cotas exclusivas do POSTALIS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. E o gestor do FIC... Nesse caso, o Banco de Nova Iorque, além de administrador fiduciário, é também gestor da carteira.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - O banco é o gestor. Confirmado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Essa análise econômica do risco e do enquadramento para aquisição dos ativos existiu? Não sei se o senhor tem aí se existiu. Seria bom que apresentasse à Comissão a análise econômica de risco e de enquadramento para aquisição desses ativos do Fundo Danúbio, do Fundo Serengeti e do Fundo São Bento, além do Douro, a que nós nos reportamos.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Excelência, Danúbio, São Bento, Serengeti...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E Douro. Danúbio, Douro, Serengeti e São Bento.

Sobre o FIP RN Naval — passamos a uma próxima questão —, que foi criado com investimentos de cerca de 300, com PL de 300 milhões, e hoje está negativo, de que o Banco de Nova Iorque é gestor e administrador, o senhor tem alguma...?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Tenho, tenho. Tenho o fundo aqui.  
(Pausa.)



O senhor me desculpe a demora. Achei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Trezentos milhões de reais. Era isso?

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Perfeito. Eu tenho, na verdade, o valor investido pelo POSTALIS, de 67. Não sei se houve novos aportes. Deixe-me ver aqui.

Bom, um fundo de investimento em participações, portanto um FIP, um fundo fechado. O fundo está ativo, constituído em 2011. O gestor não foi só o BNY Mellon. O BNY Mellon foi gestor de agosto de 2011 a maio de 2012. De junho de 2012 a fevereiro de 2013, a gestora foi a Riviera Gestora de Recursos. De fevereiro de 2013 a maio de 2014, Genus Capital Group. De maio de 2014 a setembro de 2015, Diamond Mountain Investimento e Gestão de Recursos. E o BNY Mellon é o gestor atual, por renúncia da Diamond. É o que me consta aqui. O POSTALIS é um dos cotistas. Esse não é um fundo exclusivo. Há o POSTALIS mais seis cotistas. E a carteira do fundo são ações dessa Pascro Participações, que, imagino, invista então no ativo.

O que eu tenho, Excelência — posso estar engando — é que o valor investido pelo POSTALIS é de 67.498.368, lá atrás. Não sei se houve novos aportes, mas posso apurar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já para concluir, Sr. Eduardo, a última pergunta: qual foi o critério utilizado pelo BNY Mellon para adquirir letras financeiras do Banco BVA, um banco tão contestado atualmente no cenário brasileiro? O senhor deve saber o que aconteceu com ele. Veio à falência, operação judicial... Ou seja, 1 mês antes de o banco vir à falência — 1 mês! — o POSTALIS adquiriu letras financeiras no valor de 50 milhões de reais. Cinquenta milhões de reais 1 mês antes da falência. Quem está no mercado financeiro tem conhecimento dessa realidade. Será que não caberia ao banco ter feito algum tipo de controle dessa operação? É o meu último questionamento.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu preciso apurar, Excelência. Quando foi adquirido? Eu não sei se V.Exa. tem o dado, porque eu não sei. Eu não sei quando foram adquiridas as letras do BVA. Preciso levantar isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Salvo engano, no dia 18 de setembro de 2012, porque o banco fechou em 19 de outubro de 2012. Houve, na verdade, duas aquisições: uma no dia 1º de agosto de 2012, de 25 milhões, e outra no dia 18 de setembro de 2012, de mais 25 milhões.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu preciso levantar, Excelência. Eu não tenho o dado na minha frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Levante, porque não foi só o POSTALIS que sofreu com o Banco BVA, e isso é extremamente grave.

Eu tinha outras pequenas perguntas, mas a essência, Sr. Eduardo, é exatamente esta que nós quisemos demonstrar: aos olhos da CPI — ninguém pode falar como resultado final —, há indícios muito fortes da responsabilidade do banco, e nós queremos solucionar essa questão para os aposentados.

Dói em mim ouvir depoimentos de quem é arrimo de família e muitas vezes tem o filho desempregado e o neto desempregado e, com o dinheiro da aposentadoria, é quem bota o pão na mesa da família. Esse dinheiro está vindo descontado porque, infelizmente, ele foi desviado, ora por corrupção, ora por má gestão, temerária e fraudulenta.

Então, o banco tem o *know-how* — ele tem esse *know-how*, não duvido disso — de quando e onde deve assumir as suas responsabilidades, como fez lá no exterior. A PETROBRAS está pagando, lá nos Estados Unidos, pelas falhas que foram cometidas aqui no Brasil. Eu acho que o banco, se cometeu falhas lá na operação do FIDEX, aqui no Brasil poderia também ter esse gesto de responsabilidade e de solidariedade a essas famílias.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

Por fim, para uma questão de ordem, passo a palavra ao Deputado Paulo Azi, por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, eu quero apenas voltar a uma questão que já foi tratada pelo Deputado Júlio Delgado, que esclareceu os motivos que me fizeram, na sessão anterior, apresentar algumas perguntas ao Sr. João Vaccari com relação à participação do ex-Presidente da PREVI, o Sr. Ricardo Flores, na sua gestão de 2011 e 2012.



O Deputado Júlio Delgado já esclareceu as circunstâncias das minhas perguntas, mas eu gostaria de informar a V.Exa. que eu recebi um ofício voluntário do Sr. Ricardo Flores, que inclusive vou encaminhar à Comissão, para conhecimento, em que ele justifica alguns pontos daquilo que foi levantado.

Mas, Sr. Presidente, eu tive o cuidado de buscar também informações acerca da gestão do Sr. Ricardo Flores à frente da PREVI naquele período, e as informações que me chegaram dão conta de que no período a PREVI teve os melhores desempenhos de superávit, se comparado esse período com outros que são objeto desta CPI.

Era o registro que eu gostaria de fazer no âmbito desta Comissão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Registro anotado. Ele irá compor as notas taquigráficas e a ata da sessão, Deputado Paulo Azi.

Não havendo mais quem queira participar, fica a palavra facultada, para considerações finais, ao Sr. Eduardo Adriano Koelle, do Banco BNY Mellon.

**O SR. EDUARDO ADRIANO KOELLE** - Eu queria agradecer à Casa e cumprimentá-lo, Presidente Efraim. Acho que a CPI tem sido muito esclarecedora e muito importante para que se possam apurar responsabilidades e ter um clareamento do que tem acontecido no ambiente dos fundos de pensão.

Como Presidente do banco e *chairman* na América Latina, eu tentei me preparar o melhor possível para responder às perguntas de V.Exas. Espero ter contribuído.

O BNY Mellon está à disposição para contribuir para a apuração dos desvios de recursos e para que se encontre o dinheiro que eventualmente foi desviado dos fundos de pensão.

É o que eu tenho a dizer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu é que agradeço, Sr. Eduardo.

Ficou muito claro que tratar com rigor é tratar com respeito. O BNY Mellon foi tratado com o respeito que merece, mas também, é claro, com o rigor de uma Comissão de investigação em ampla sintonia com a convicção que cada Parlamentar carrega ao exercer o seu mandato, outorgado pelo povo.



Espero que, como bem foi dito tanto pelo Sr. Paulo Freitas quanto pelo senhor e por toda a equipe jurídica do banco, possa ser feita uma avaliação do cenário, para que de fato agendemos, caso seja reafirmado o interesse do banco, essa mesa de negociações, mediada pela CPI, a fim de que cheguemos a bom termo com os aposentados, seja parcialmente, com relação ao FIDEX; seja no todo — fica a critério dos senhores. Enfim, esperamos poder apresentar esse resultado e evitar maiores dissabores nas conclusões finais da CPI.

Antes de encerrar, e voltando os trabalhos para a pauta de deliberação, devo dizer que está bastante clara a ausência de quórum para votação. Temos um representante do Governo, temos um representante da Oposição.

Passaremos à pauta, respeitando os requerimentos de retirada de pauta.

Item 2.

Requerimento nº 484, de 2016.

Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta.

Dada a falta de quórum, fica o requerimento retirado de pauta.

Item 3.

Requerimento nº 486, de 2016.

Sobre a mesa requerimento de retirada de pauta, do Sr. Deputado Enio Verri.

Está aceita a retirada de pauta. O requerimento voltará nas sessões seguintes.

Item 4.

Requerimento nº 483, de 2015, do Sr. Sergio Souza, nosso Relator, que *“requer que seja realizada diligência in loco por esta Comissão Parlamentar de Inquérito ao fim de averiguar a real situação da Usina Canabrava, em especial no que diz respeito à geração de emprego, produtividade, dentre outros aspectos relatados pelo Sr. Ludovico Tavares Giannattasio quando prestou seu depoimento perante esta Comissão”*. O requerimento tem a anuência dos dois membros da Comissão aqui presentes.

O Sr. Ludovico Tavares Giannattasio já teve o seu sigilo quebrado aqui.

O banco é o administrador ou o gestor da Usina Canabrava? *(Pausa.)* Acho que é administrador fiduciário do FIC.

Em votação o requerimento.



Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5.

Requerimento nº 492, de 2016, do Sr. Marcus Vicente, que *“solicita que esta CPI requisite à ANAPAR — Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e à ABRAPP — Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar documentos que comprovem a forma de escolha do seu representante junto à Câmara de Recursos de Previdência Complementar — CRPC, além da ata da diretoria e/ou conselho que deliberou sobre este assunto. E da mesma forma, ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, documentos sobre a forma de escolha do representante dos patrocinadores e instituidores para compor a Câmara de Recursos de Previdência Complementar — CRPC, além dos registros relativos à indicação das Sras. Gema de Jesus Ribeiro Martins e Fernanda Mandarino Dornelas”*.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 7.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 8.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 9.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 10.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 11.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 12.

Há requerimento de retirada de pauta.

Item 13.



Há requerimento de retirada de pauta.

Item 14.

Há requerimento de retirada de pauta.

Aqueles que aprovam os requerimentos de retirada de pauta desses itens permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Item 15.

Há sobre a mesa requerimento de caráter reservado e sigiloso, o Requerimento nº 497, de 2016, do qual os Deputados já têm conhecimento. Será lida só a ementa, para conhecimento de todos. O teor do documento não será disponibilizado porque envolve documentos sigilosos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, que ensejaram o requerimento que agora passo a ler:

*“Requer que seja expedido ofício ao Exmo. Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de São Paulo solicitando, com base nos arts. 125, 126 e 127 do Código de Processo Penal, a decretação do sequestro judicial do imóvel tipo apartamento nº 101 do Ed. Adolfo Carlos Lindemberg, situado na Rua Jaime Costa, nº 425, Jardim Morumby, Ibirapuera, registrado sob a Matrícula nº 202221, no 15º Registro de Imóveis da cidade de São Paulo/SP, Livro nº 0003752, Folha nº 00091, registrado em nome de Fabrizio Dulcetti Neves, CPF nº 287.147.502-44; de Laura Celeste Serruya Monteiro Neves, CPF nº 399.721.272-49; Zahia Monteiro Neves, CPF nº 439.815.028-50; e Sabrina Monteiro Neves, CPF nº 439.817.798-19.”*

O Sr. Fabrizio Neves foi objeto de mandado de prisão na operação Positus, última operação da Polícia Federal, que envolveu o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS, gestores e ex-gestores. O Sr. Fabrizio Neves é gestor da Atlântica Asset, a gestora deste tão controvertido FIDEX, do qual o Banco de Nova Iorque é o administrador fiduciário — houve uma discussão sobre



as responsabilidades solidárias. Segundo os documentos obtidos, há sérios indícios de que está havendo dilapidação patrimonial e fraude. Há uma futura execução para ressarcir os casos, o que enseja a ação da CPI.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado pelos que aqui estão presentes. *(Palmas.)*

Hoje foi um dia extremamente proveitoso para a CPI, apesar de não termos esgotado todos os requerimentos da pauta, como gostaríamos. Aprovada a prorrogação da CPI, esses requerimentos retornarão à pauta, para a continuidade das investigações. O desejo de todos nós é nos aprofundarmos neste caminho. Acredito que o Plenário, na sua maioria, não terá a coragem de evitar que as investigações sobre desvios de recursos dos aposentados continuem. Eu posso ser um sonhador ou utópico, mas ainda acredito que o Plenário agirá com bom senso, para que esta investigação continue. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião ordinária, a realizar-se no dia 23 de fevereiro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente, para a tomada de depoimento do Sr. José Antunes Sobrinho, Presidente da empresa Engevix. Informo aos que estão aqui presentes que a Engevix apresenta indícios e questionamentos sobre o aporte de 340 milhões de reais, que recebeu da FUNCEF, para os seus investimentos. A Engevix, como o Sr. José Antunes Sobrinho — é de conhecimento público —, está envolvida na Operação Lava-Jato. O Sr. Sobrinho, que foi preso e agora cumpre prisão domiciliar, comprometeu-se a comparecer a esta Comissão na próxima terça-feira.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

Está encerrada a presente reunião.